

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO-FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JURACI APARECIDO DOS SANTOS

**ESTUDO DO VALOR DA PROVISÃO PARA FIXAÇÃO DE PREÇO
DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, COM POTENCIAL DE INFLUENCIAR
NO CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO A PARTIR DO PRODUTO SOJA
DA UNIDADE DE LARANJEIRAS DA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA-SP**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Anísio Cândido Pereira

São Paulo

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

JURACI APARECIDO DOS SANTOS

**ESTUDO DO VALOR DA PROVISÃO PARA FIXAÇÃO DE PREÇO DOS
PRODUTOS AGRÍCOLAS, COM POTENCIAL DE INFLUENCIAR NO CAPITAL DE
GIRO: UM ESTUDO A PARTIR DO PRODUTO SOJA DA UNIDADE DE
LARANJEIRAS DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS
PAULISTA-SP**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benedito Felipe de Souza
Universidade Sagrado Coração - USC

Prof. Dr. Evandir Megliorini
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP

Prof. Dr. Anísio Cândido Pereira
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

S. Paulo, 26 de março de 2010

DEDICATÓRIA

A Deus, às minhas filhas Pamela Cristina e Ana Luísa, à minha amada esposa Alcione, aos meus pais, sogro e sogra, irmãos e amigos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida, saúde e oportunidade para chegar até aqui.

Ao Professor Doutor Anisio Candido Pereira, pela riqueza das aulas e pela orientação e incentivo no desenvolvimento deste trabalho.

Aos Professores Doutores, Benedito Felipe de Souza e Evandir Megliorini, membros da comissão examinadora, que com suas sugestões e contribuições, tornaram este trabalho melhor.

Aos Professores do mestrado da FECAP que muito acrescentaram à minha vida profissional e acadêmica pelos ensinamentos.

Ao amigo Helinton Beline pelo companheirismo nas viagens difíceis e tardias de Assis a São Paulo.

Ao Gerente Administrativo da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista, Sr. Franz Hippler Neto, pelas informações cedidas para elaboração deste trabalho, sem as quais não seria possível realizá-lo, minha gratidão.

Aos funcionários do Escritório Qualidade Assessoria Contábil, em especial à gerente Fernanda, pela compreensão de minhas ausências para conclusão deste estudo.

Aos meus colegas, amigos e clientes, pela paciência e compreensão nos meus dias de estudos.

Ao Instituto Educacional de Assis e aos alunos pelo apoio durante esta jornada.

E a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O lucro do nosso estudo é tornarmos
melhores e mais sábios”.

Michel de Montaigne

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a influência da provisão para a fixação dos preços dos produtos agrícolas no capital de giro da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista-SP, a partir de levantamento, tabulação e identificação das variações ocorridas nas provisões dos anos de 2007 e 2008 de apenas uma unidade de recebimento. A metodologia utilizada contou com pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter documental, a partir de dados extraídos dos informativos dos estoques e do relatório de atividades dos anos em estudo, além de tratamento qualitativo dos dados. Visando esclarecer ao leitor sobre o cenário atual do negócio, neste trabalho encontram-se explicações sobre o sistema cooperativista, os aspectos contábeis ligados aos estoques e à gestão de risco nas operações com commodities. O problema estudado consistiu em saber qual a influência da provisão para a fixação do preço dos produtos agrícolas, da unidade de Laranjeiras, no capital de giro da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista. Como resultados finais a pesquisa permitiu responder as seguintes hipóteses: a cooperativa que não possui um controle adequado dos estoques próprios e de terceiros, assim, poderá ter seu capital de giro comprometido em exercícios futuros; a distribuição de sobras da cooperativa poderá ser influenciada pela avaliação dos estoques negativos. Foi possível constatar que, se os estoques de terceiros (cooperados) forem vendidos antecipadamente, o capital de giro poderá sofrer alterações e, conseqüentemente, haverá reflexos na distribuição de sobras. Este trabalho procurou evidenciar o risco na venda de produtos agrícolas antecipadamente e sugere as operações de hedge para minimizar este risco em mercados futuros ou a termo.

Palavras-chave: 1. Cooperativas agrícolas – capital de giro. 2. Preços agrícolas. 3. Produtos agrícolas – controle de estoque.

ABSTRACT

This paper was carried out to show the influence of provision on the fixation of the price of farm products in the operation capital of Cooperativa Agropecuária of Pedrinhas Paulista-SP, starting from the preparation, tabulation, and identification of the variations found out in the provisions of 2007 and 2008 in just one collection unit. The approach used comprised bibliographical and exploratory research in relevant documents, data collected in inventory reports and activity reports of the years at issue, besides the qualitative handling of data. In order to explain the current business scenario, one can find in this paper explanations about the cooperative system, the accounting features linked to provisions, and the management of risks in operations with farm commodities. The issue we broached here aimed at knowing the influence of provision on the fixation of price of farm products, of the Laranjeiras unit, on the operation capital of Cooperativa Agropecuária of Pedrinhas Paulista. The final results of the research we carried out allowed us to answer the following hypotheses: the cooperative which does not exert an adequate control of its own provision and the provision of others, may consequently endanger the operation capital in future years; the distribution of surplus of the cooperative may be influenced by the assessment of negative provisions. One could find out that, if the provisions of other cooperative members were sold in advance, the operation capital might undergo changes and, consequently, exert influence on the distribution of surplus. This research tried to make evident the risk taken in selling agricultural products in advance and proposes hedge operations to minimize that risk in forward and future markets.

Keywords: 1. Farm cooperative - operation capital. 2. Price farm. 3. Farm products – control of provisions.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Modelo de Balanço Patrimonial – comparativo em 31 de dezembro, de X2 e X1	42
QUADRO 2 - Modelo de Demonstração de Sobras e Perdas de X2	43
QUADRO 3 - Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	44
QUADRO 4 - Riscos específicos da empresa	64
QUADRO 5 - Riscos empresariais	65
QUADRO 6 - Relevância	67
QUADRO 7 - Segmentos do capital de giro	73
QUADRO 8 - Os grupos patrimoniais operacionais, financeiro e permanente	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Representatividade das cooperativas agropecuárias no Brasil - inserido a agropecuária	15
TABELA 2 - Distribuição, por ramo, das cooperativas, cooperados e empregados	39
TABELA 3 - Informativo de Estoques da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista	86
TABELA 4 - Produção Agrícola Armazenada de cooperado.....	88
TABELA 5 - Balanço Patrimonial 2008 – Ativo - Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista.....	89
TABELA 6 - Balanço Patrimonial 2008 – Passivo - Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista.....	90
TABELA 7 - Variações da provisão com a compra de milho ano 2007.....	93
TABELA 8 - Variações da provisão com a compra de milho ano 2008.....	94
TABELA 9 - Variações da provisão com a compra de soja ano 2007.....	95
TABELA10- Variações da provisão com a compra de soja ano 2008.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGO	Assembleia Geral Ordinária
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
CAP	Cooperativa Mista Agrícola de Pedrinhas Paulista
CC	Código Civil Brasileiro
C.D.	Conhecimento de Depósito
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPV	Custo Produto Vendido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DVA	Demonstrativo do Valor Adicionado
EOQ	<i>Economic Order Quantity</i> (Modelo de Lote Econômico)
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i> (Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira)
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i> (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JIT	<i>Just in time</i>
MRP	<i>Materials Requirement Planning</i> (Planejamento de Necessidade de Materiais)
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCA	Organização das Cooperativas da América

OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIS	Programa de Integração Social
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas
SFAC	<i>Statements of Financial Accounting Concepts</i> (Declarações de Conceitos da Contabilidade Financeira)
USD	<i>United States Dollar</i> (Dólar Americano)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 METODOLOGIA	19
1.4 JUSTIFICATIVA	19
1.5 DELIMITAÇÃO	20
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 SISTEMA COOPERATIVISTA	22
2.1.1 Origem do Cooperativismo	22
2.1.1.1 Surgimento da Aliança Cooperativa Internacional – ACI	24
2.1.2 Cooperativismo no Brasil	25
2.1.3 Os Ramos do Cooperativismo	29
2.1.4 A Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo	32
2.1.4.1 Características fundamentais	32
2.1.4.1.1 Empresa sem fins lucrativos	33
2.1.4.1.2 O capital	33
2.1.4.1.3 A sociedade	34
2.1.4.2 Estrutura organizacional	34
2.1.4.3 Sistema de capitalização	35
2.1.4.4 Fiscalização, controle e representação	35
2.1.5 Formação do capital social e patrimônio líquido das cooperativas	36
2.1.6 Situação atual das cooperativas	38
2.1.7 Demonstrações contábeis das cooperativas	40
2.2 ASPECTOS CONTÁBEIS	44
2.2.1 Responsabilidades sociais	45
2.2.2 Depósitos	46
2.2.3 Formação dos estoques	51
2.2.4 Critérios de reconhecimento dos estoques	53
2.2.4.1 Definição de estoques ativos	55
2.2.4.2 Definição de estoques passivos	56
2.2.5 Evidenciação	60
2.3 GESTÃO DE RISCOS	63

2.3.1 Relevância da informação contábil	66
2.3.2 Confiabilidade da informação contábil	69
2.3.3 Processo de gestão da cooperativa	71
2.3.4 Formação do capital de giro da cooperativa	72
2.3.5 <i>Hedge</i>	76
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA	80
3.2 METODOLOGIA	83
3.3 COLETA DE DADOS	85
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	86
4.1 APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE ANÁLISE SOBRE OS DEMONSTRATIVOS COLETADOS PARA VERIFICAÇÃO DAS VARIAÇÕES	86
4.2 ANÁLISE DE DADOS	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
GLOSSÁRIO	111
ANEXO A – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2007	113
ANEXO B – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2008	125
ANEXO C – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2009	137
ANEXO D – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2007	138
ANEXO E – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2008	150
ANEXO F – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2009	162

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país essencialmente agrícola, sendo um grande produtor e exportador de *commodities*, sobretudo agrícolas e minerais. As *commodities* são produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, constituem produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo, sem que haja perda de qualidade.

Existem quatro tipos de *commodities*:

- a) agrícolas: soja, trigo, algodão, borracha, café, açúcar, etc.;
- b) minerais: minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata, etc.;
- c) financeiras: moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais, etc.;
- d) ambientais: créditos de carbono.

As principais *commodities* produzidas e exportadas pelo Brasil são: petróleo, café, suco de laranja, minério de ferro, soja e alumínio. Se por um lado o país se beneficia do comércio destes produtos, por outro, torna-se dependente dos preços estabelecidos internacionalmente. Quando há alta demanda internacional, os preços sobem, gerando maiores lucros às empresas produtoras. Situação oposta ocorre quando há redução dos preços, prejudicando a rentabilidade das empresas produtoras. (EXPORTAÇÕES, 2009).

O Brasil é o segundo maior produtor da *commodity* soja, a qual movimenta bilhões de dólares em divisas para a economia do país todos os anos, e o preço é estabelecido pelo mercado internacional, assim como o das demais *commodities*. (FRANÇA JUNIOR, 2009).

As sociedades cooperativas exercem grande representatividade na comercialização da *commodity* soja, entre outros produtos agrícolas como o milho e o trigo. Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias têm representações significativas no Brasil, como se pode observar na Tabela 1.

TABELA 1 - Representatividade das cooperativas agropecuárias no Brasil- inserido a agropecuária

Cooperativas	Representatividade
Número de Cooperativas	1.611
Número de Associados	968.767
Número de Empregos Diretos	134.579
Participação no PIB Agropecuário	38,4%
Participação no PIB Cooperativo	47,5%
Exportações Diretas (2008)	USD 4 bilhões

Fonte: OCB (2009a)

Os dados obtidos no site das Organizações das Cooperativas Brasileiras, em 12 de julho de 2009, demonstram a participação das cooperativas do setor agropecuário na economia do país, responsáveis por quase 40% do PIB agropecuário.

As cooperativas agropecuárias recebem os produtos agrícolas – soja, milho e trigo –, armazenando-os para o cooperado. A cooperativa mantém guarda destes produtos arcando com as despesas de armazenagem e conservação, as quais são cobradas dos produtores, cooperados e não cooperados, no momento da venda.

As cooperativas podem, conforme previsão estatutária, vender os produtos agrícolas que estão em seu poder antes do cooperado manifestar a sua vontade de venda, ou seja, a cooperativa vende um produto que é do cooperado que apenas está em seu poder.

O artigo 83 da Lei nº 5.764 de 1971, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, esclarece bem esta situação, estabelecendo que:

A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo. (BRASIL, 1971).

A cooperativa está, portanto, liberada para, dentro da normalidade e da expectativa de um ganho maior para o associado, vender o produto que mantém sob

seu poder, cumprindo a sua função social que é prestar serviço ao associado sem objetivo de lucro próprio.

Os produtos, soja e milho, recebidos pelas cooperativas para depósito, são representados em seu balanço como uma obrigação e um direito, muitas vezes nas contas de compensação, por um valor simbólico, ou um valor médio e único durante uma determinada safra (período).

Como citado anteriormente, as cooperativas podem vender os produtos agrícolas que estão em seu poder para aumentar o seu fluxo de caixa, ou expectativas de ganhos maiores para os associados, vendendo no período de uma suposição de alta de preço, apostando no mercado, ou seja, esperando que a transação tenha sido a um preço máximo alcançado na venda.

Surge, então, com a venda dos produtos agrícolas, sem a compra do produtor (cooperado), uma obrigação com o mesmo, pois os produtos vendidos estavam representados no balanço nas contas de compensação, devendo, a partir do momento da venda, serem registrados como uma obrigação da cooperativa para com o cooperado.

É a partir do momento da venda dos produtos agrícolas que estavam em poder da cooperativa, mas não adquiridos, sem a fixação do preço de compra com o cooperado, que a presente dissertação passa a discutir a questão de pesquisa.

Nesta perspectiva, esta pesquisa pretende evidenciar, se há influência na composição do Capital de Giro da Cooperativa, com a venda do produto agrícola, soja, que está em seu poder, mas não foi adquirido pela mesma, ou seja, não foi fixado o preço de compra com o cooperado no momento da venda.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

As empresas do ramo agropecuário, também conhecidas como empresas do agronegócio, recebem produtos a título de depósito para futura comercialização. É somente quando o agricultor manifesta a opção de venda que as empresas

repassam o valor da venda para o agricultor, cobrando deste as despesas de comercialização, armazenamento, secagem, recepção, e sua margem de lucro para cobrir as despesas de administração e financeiras, entre outras.

A entrega da produção (soja, milho e trigo) do produtor rural, tanto para as empresas comerciais atacadistas como para as cooperativas, é caracterizada pela emissão de notas fiscais, que tem como natureza da operação destacada nos documentos os títulos de depósito a fixar, depósito a retirar, venda a fixar e outros depósitos. Estes produtos permanecem em poder das empresas ou cooperativas até que o produtor manifeste a opção de venda. Quando o produtor manifesta a opção de venda, é que se reconhece o valor exato do produto a ser registrado no ativo das empresas como propriedade.

Com a prerrogativa para a venda dos produtos antes que o produtor manifeste a vontade de venda, as empresas do agronegócio, tais como as cooperativas agropecuárias, vendem parte dos produtos estocados que estão sob a sua guarda, apostando no mercado, vendendo num período em que o produto provavelmente atinge um maior preço de mercado, com o intuito de aumentar seu capital seu capital de giro e reduzir as despesas com a armazenagem.

Esta prerrogativa, da venda dos produtos de terceiros, pode ser observada pela citação de Zanchet (2004, p. 25):

[...] o depositário poderia dispor da coisa depositada como lhe conviesse, já que a lei manda que nestes casos sejam aplicadas as regras de mútuo, tendo, no entanto, a obrigação de restituir produto da mesma espécie, qualidade e quantidade quando lhe fosse solicitado.

A utilização indevida dos produtos, ou seja, das *commodities* soja, milho e trigo, ou a venda sem a respectiva opção de venda pelo agricultor, podem levar a cooperativa a assumir o risco do mercado. Esse risco do mercado é registrado em uma conta no passivo das empresas como provisão para fixação dos produtos agrícolas, a um preço médio do passado, sem considerar o preço de venda, o custo do capital ou as futuras tendências de mercado.

Percebe-se, então, que a decisão de venda antecipada das *commodities* é da cooperativa, que além de assumir os riscos de mercado, ainda se utiliza de dados passados, como o custo médio, para registrar a obrigação com o cooperado.

Nas cooperativas agropecuárias, o valor a ser reconhecido como estoque dos seus produtos agrícolas, nem sempre é uma tarefa fácil para o departamento de custos, e este poderá influenciar no valor a ser considerado como obrigação com as *commodities* soja e milho, quando da venda antecipada destes produtos. Portanto, diante desta situação, elabora-se a seguinte questão: **Qual a influência da provisão para fixação do preço do produto agrícola soja da unidade de Laranjeiras, no capital de giro da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista-SP?**

1.2 OBJETIVOS

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 171), “[...] a formulação dos objetivos significa definir com precisão o que se visa com o trabalho sob dois aspectos: geral e específico”. Portanto, apresentam-se, a seguir, os objetivos.

1.2.1 Objetivo geral

Apurar, por meio da análise dos demonstrativos contábeis dos períodos de 2007 e 2008, as variações ocorridas nas provisões para fixação de preço dos produtos agrícolas e a influência no capital de giro da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar as provisões para fixação de produtos agrícolas de 2007 e 2008;
- b) Tabular as informações obtidas dos demonstrativos para apurar as variações ocorridas em 2007 e 2008;

- c) Identificar as variações ocorridas nas provisões para fixação dos preços dos produtos agrícolas em 2007 e 2008;
- d) Analisar as influências das variações no capital de giro das cooperativas.

1.3 METODOLOGIA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa bibliográfica de caráter documental da unidade de Laranjeiras da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista e sua metodologia científica será tratada no item 3.2 deste trabalho.

1.4 JUSTIFICATIVA

Na região de Assis, Estado de São Paulo, existem várias cooperativas do ramo Agropecuário. Devido às crises econômicas recentes, que também atingiram o setor agropecuário, desde a década de 1990, algumas cooperativas começaram a passar por dificuldades e outras até chegaram a encerrar suas atividades devido a problemas financeiros, como a falta de crédito rural e os desvios de produção do agricultor para outras empresas, com a finalidade de postergar suas contas com as cooperativas, como é o caso da Cooperativa Riograndense, que paralisou suas atividades em 1994, e os cooperados responderam com seus bens pelos prejuízos causados a terceiros.

As cooperativas são as que comercializam grande quantidade de produtos agrícolas, conforme demonstrado na Tabela 1 da introdução, e usam da prerrogativa da venda de produtos antes da compra dos produtos do produtor; desse modo, devem registrar uma obrigação no passivo da empresa, a um valor médio ou a um valor presente dessa provisão, uma vez que a literatura não traz, especificamente,

qual o valor correto dessa provisão, nem mesmo é citado nos livros utilizados pelos meios acadêmicos como base do processo de aprendizagem.

A presente dissertação, portanto, tem por justificativa a busca de subsídios para a formação do conhecimento científico sobre os estoques negativos das cooperativas, por meio das demonstrações contábeis da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista e dos demonstrativos de estoques da unidade de Laranjeiras, uma vez que a venda antecipada dos produtos agrícolas, sem uma garantia de preço de compra, poderá influenciar no capital de giro da cooperativa, bem como na distribuição de sobras ou perdas ao cooperado.

1.5 DELIMITAÇÃO

Este trabalho limita-se a evidenciar a influência da provisão para fixação do produto agrícola soja, da unidade de Laranjeiras, no capital de giro da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista, por meio de uma análise das variações das provisões.

É válido ressaltar que este estudo não tem como objetivo demonstrar como são tratados os depósitos de *commodities* dentro das cooperativas, nem tampouco tratar de assuntos ligados aos tributos dessas operações como Instituto Nacional do Seguro Social – antigo Funrural (INSS) que incide sobre a comercialização de produtos agrícolas, entre outros.

Não se pretende, também, avaliar os estoques positivos da cooperativa em termos de política de compra e venda, ou seja, se a cooperativa tem uma política agressiva ou conservadora para a comparação com a provisão dos estoques negativos. Além disso, não será considerada a situação patrimonial do depositante.

Por fim, os resultados da pesquisa não podem ser extrapolados para outras cooperativas, por se tratar de uma amostra por conveniência.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo compõe-se de cinco capítulos. O primeiro capítulo (Introdução) tem por finalidade fornecer uma visão geral da pesquisa, sendo assim, são apresentados o problema, a justificativa e os objetivos.

O segundo capítulo aborda as referências teóricas pertinentes ao assunto, com o intuito de resgatar a história do cooperativismo que se estende, desde o surgimento da primeira cooperativa legalizada até a situação atual, bem como as leis que as regem e suas demonstrações financeiras. São apontados, ainda, os aspectos contábeis ligados aos estoques próprios e de terceiros das empresas agrícolas, encerrando com a gestão de riscos da informação contábil e a formação do capital de giro das cooperativas.

Os aspectos metodológicos da pesquisa compõem o terceiro capítulo, o qual envolve a apresentação da cooperativa estudada, a metodologia aplicada à pesquisa, bem como a explanação sobre os procedimentos adotados no estudo para a análise e a coleta de dados.

O quarto capítulo consiste da apresentação dos dados coletados e da análise propriamente dita dos demonstrativos contábeis, a fim de se avaliar a influência das provisões para fixação do preço dos produtos agrícolas no capital de giro da cooperativa.

Finalmente, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar-se a pesquisa e o entendimento do que vem a ser provisão para fixação de produtos agrícolas nas vendas antecipadas pelas cooperativas agropecuárias, é necessário buscar, na literatura, o que vem a ser sistema cooperativista e seus desdobramentos, os aspectos contábeis ligados aos estoques dos produtos agrícolas, bem como o que é gestão de riscos.

2.1 SISTEMA COOPERATIVISTA

Nesta seção, pretende-se reunir conceitos básicos de cooperação e fatos históricos referentes ao surgimento do movimento cooperativista, desde a constituição da primeira cooperativa no mundo até a situação dessas organizações nos dias de hoje. Nesse momento, o entusiasmo alia-se ao desafio de trazer uma contribuição à área sobre a qual Henri Desroche já afirmou: “A história do cooperativismo é ao mesmo tempo desconhecida e distorcida.” (DESROCHE apud VICTOR, 1994, p. 11).

O cooperativismo tem função social, pois se trata de uma sociedade de pessoas com objetivos e ideais comuns, uma união de cunho participativo e socializante. Portanto, o cooperativismo é a luz das experiências vividas por aqueles que acreditaram nos princípios de união, solidariedade e igualdade.

2.1.1 Origem do Cooperativismo

O movimento cooperativista tem como objetivo a ajuda mútua e a responsabilidade, com o intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas. Um exemplo de

cooperação que se encontra na natureza é a que existe na colmeia, onde cada abelha desempenha a sua função: o zangão fecunda, a rainha (abelha mestra) procria e as operárias fazem a coleta do pólen e produzem o mel, todos agindo instintivamente em prol da sobrevivência da espécie.

Outro exemplo de cooperação observada nas atividades do ser humano é a que se inicia na família, na qual são fundamentais para a sobrevivência do conjunto as relações entre pai e mãe, na função de suprir as necessidades básicas dentro e fora do lar, e entre estes e os filhos, na obediência aos preceitos estabelecidos pelos seus genitores. Por meio dessa união, o ser humano inicia seu processo civilizatório aprendendo a interagir em grupo para melhor lidar com os obstáculos com os quais irá se deparar em sua vida.

Cooperar, segundo aceção da língua portuguesa, “[...] é colaborar, trabalhar simultaneamente para o bem público, é trabalho de equipe”. (FERREIRA, 1988, p. 177).

De acordo com Benato (1994, p. 13-14), “[...] tem-se conhecimento que em fins do século XVIII, na Inglaterra, surgiram as primeiras cooperativas”.

Robert Owen é considerado o pai do cooperativismo moderno, nascido em 1771, no Condado de Montgomery, na Inglaterra, Owen sempre esteve voltado aos problemas sociais de sua época. Interessado pelo ramo de tecelagem começou o seu trabalho muito cedo vindo a se tornar um empresário do setor. (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000).

Houve, também, vários idealizadores, mas o cooperativismo propriamente dito, organizado formalmente, iniciou-se com a cooperativa dos tecelões de Rochdale, considerada o berço do movimento. Porém, antes de chegarem à constituição de sua cooperativa, os tecelões de flanela passaram por situações difíceis, uma vez que, no ano de 1830, grande parte deles foi substituída por máquinas a vapor, acarretando, além do desemprego, fome e miséria. Tentaram, então, montar uma cooperativa para cultivar uma área rural com a finalidade de conseguir o básico em termos de subsistência, mas, como deste modo não poderiam ficar por muito tempo, decidiram reunir-se, no mês de novembro de 1843, para solucionar seus problemas, quando, entre várias alternativas apresentadas, optaram pela fundação de um armazém cooperativo. (PINHO, 2001).

Após a reunião de novembro de 1843, os humildes tecelões começaram a juntar um fundo para realizar um projeto. Foi necessário um ano para economizar 28 libras esterlinas e, somente aos 28 dias do mês de outubro de 1844 foi inscrita a cooperativa no registro de firmas sob a denominação de **Rochdale Society of Equitable Pioneers Limited**. O estatuto para a formação da cooperativa era composto de 28 probos pioneiros dos quais, 27 eram homens. (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000).

De acordo com Hartung (1996, p. 14), os princípios cooperativistas aperfeiçoados pelos “Probos Pioneiros de Rochdale” foram incorporados aos Estatutos aprovados em 1844, após as reformulações ocorridas entre 1845 e 1854, observados na seguinte ordem:

- a) Adesão Livre (Porta Aberta)
- b) Gestão democrática
- c) Retorno “pro rata” das operações
- d) Juros limitados ao capital
- e) Vendas a dinheiro
- f) Educação dos Membros
- g) Cooperativização global

2.1.1.1 Surgimento da Aliança Cooperativa Internacional – ACI

Criada em Londres, em 1895, e atualmente sediada em Genebra, na Suíça, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), é uma associação não governamental e independente que reúne e representa as cooperativas e suas correspondentes organizações, prestando-lhes apoio, objetivando a integração, a autonomia e o desenvolvimento do cooperativismo. (PINHO, 2001).

Em 1946, o movimento cooperativista representado pela ACI foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU, a Organização das Nações Unidas. Em 16 de setembro de 1997, foi eleito presidente da ACI, o brasileiro, produtor agrícola e professor Roberto Rodrigues, Ex-

Ministro da Agricultura do governo gestão 2003 a 2006, sendo o primeiro não europeu a assumir o cargo principal em 103 anos de existência da organização. (PINHO, 2001).

No Brasil, a sede do presidente da ACI fica também nas dependências da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). No âmbito do continente americano, essa articulação é feita pela Organização das Cooperativas da América (OCA), fundada em 1963. Hoje, essa entidade tem sua sede na cidade de Bogotá (Colômbia), e integra as representações de 20 países, incluindo o Brasil. (HISTÓRIA..., [2008]).

2.1.2 Cooperativismo no Brasil

O movimento cooperativista moderno foi introduzido pela revolução industrial quando o sistema foi aplicado com sucesso em algumas áreas. Mas, com a expansão, surgiram problemas que obrigaram a mudança de alguns de seus objetivos, como o que primava pela busca do sucesso econômico. A partir de então, com constante estudo das condições essenciais ao seu desenvolvimento, o movimento espalhou-se por diversos países e, de acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1970, 138 países tinham os sistemas cooperativos integrados ao desenvolvimento nacional. (BENATO, 1994).

No Brasil, o desenvolvimento do cooperativismo tem sua gênese no final do século XIX, com a publicação de um artigo da *Revista Financeira do Rio de Janeiro*, o qual apontava o desenvolvimento das sociedades cooperativas como a expressão mais alta na ordem econômica brasileira, uma vez que a escravidão acabara de ser abolida e a sociedade encontrava-se em franca transição.

Este artigo ainda fazia referência a um chamado para a organização imediata de sociedades cooperativas destinadas à produção e ao consumo, que também viessem a auxiliar o desenvolvimento de sua riqueza e a suavizar as dificuldades essenciais às grandes reformas sociais. (MAURER JÚNIOR, 1966).

Por outro lado, durante a primeira metade do século XIX, registrou-se o caso específico do café, que devido ao aumento da monocultura exportadora, incentivada pelo Estado, culturas de subsistências e de abastecimento foram substituídas para darem lugar a este. Nas regiões de Atibaia e Bragança Paulista, consideradas o celeiro do Estado de São Paulo por trabalharem com a suinocultura e a produção de milho e arroz, os produtores passaram a se dedicar exclusivamente ao café. (JUVENCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000).

Diante desse processo, começaram as crises de abastecimento e recorreu-se a várias alternativas sem alcançar grandes resultados. Foram criados núcleos coloniais no sul do Brasil, cujo objetivo era fomentar a pequena propriedade em moldes europeus, voltadas à produção de abastecimento. No final do século XIX e início do XX, inicia-se o processo de industrialização e, conseqüentemente, o crescimento da população nas cidades.

Tal processo fez surgir uma nova classe de cidadãos que não produziam os insumos dos quais necessitavam e que eram obrigados a adquiri-los com os salários que conseguiam nas fábricas. É nesta época que surge a figura do atravessador, o comerciante cidadão que, provido de mais recursos, passa a explorar esse novo mercado. No final do século XIX começaram a surgir as primeiras cooperativas de consumo, numa tentativa da população urbana de combater a carestia dos gêneros de primeira necessidade e os abusivos valores cobrados pelos atravessadores. (JUVENCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000).

Com o advento da industrialização e com o desenvolvimento da sociedade moderna, funcionários de empresas de telefonia e servidores públicos organizaram-se em torno de empresas de cunho cooperativista. Desta forma iniciou-se a formação das cooperativas urbanas. Em 1891, foi fundada a Associação Cooperativa dos Empregados da Cia. Telefônica, na cidade de Limeira - SP. Em 1894, constituiu-se a Cooperativa Militar de Consumo, no Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro. A Cooperativa de Consumo de Camaragibe, Pernambuco, foi fundada em 1895. (PINHO, 2001).

As primeiras cooperativas rurais surgiram em 1906 e eram especializadas no setor de laticínios, fundadas nos centros onde havia a criação de gado. Na década de 1920, as cooperativas do setor agrícola apresentaram melhor desempenho enquanto

alternativa para o comércio de produtos e abastecimento. Mas foram os ex-trabalhadores das fazendas de café, motivados pelas sucessivas crises pelas quais passou a cafeicultura, que procuraram se unir, criando associações com o intuito de quebrar com os sistemas de intermediação da comercialização da época. Assim sendo, ocorreu, no Brasil, a transição de um sistema mercantil de intermediação para uma nova relação comercial envolvendo diretamente produtor e consumidor.

Como se pode notar, o cooperativismo surgiu a partir da necessidade de se procurar soluções alternativas para a comercialização de produtos sem passar pela cadeia de intermediários que impunha enormes preços.

Em linhas gerais, este parece ter sido o quadro em que surgiu o cooperativismo agrícola no Brasil, ele fornece as indicações necessárias para se compreender o porquê deste tipo de solução ter surgido no cenário brasileiro, e se localizar predominantemente no sul do país; não esgota, entretanto, os motivos pelos quais o Estado, em 1932, decide incentivar este movimento, assumindo mesmo a dianteira no processo de criação de cooperativas. (FLEURY, 1983, p. 44-45).

Para complementar esta visão Martins apud Victor, (1994, p. 26-27) ressalta que:

O Estado assumiu, assim, no que se refere à política econômica, a função de representante dos interesses urbano-industriais, de manipulador de política de preços e da política cambial como meio para incrementar os recursos em favor daquilo que encontraria expressão ideológica no desenvolvimentismo. Trata-se de um processo cujas origens se radicam (sic) na revolução de 1930, que constitui num ponto de inflexão na economia colonial. Desde 1930, os preços internos do café passaram a ser subtraídos da lei natural de oferta e procura, para se enquadrarem em esquemas arbitrários, inteiramente alheios à manutenção de uma satisfatória renda de sustentação, decorrendo daí um processo contínuo de descapitalização de início individual [...].

Desta forma, o grande marco da consolidação do cooperativismo no país foi a promulgação do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 (BRASIL, 1932), a primeira lei orgânica do cooperativismo brasileiro, elaborada por Adolfo Gradelha, Saturnino Brito e Luciano Pereira, entusiastas do sistema cooperativista no Brasil, que se basearam nos princípios rochdaleanos.

Em 1934, este decreto foi revogado pelo Decreto Federal nº 24.647 de 10 de julho de 1934 (BRASIL, 1934), que veio estabelecer a obrigatoriedade das

cooperativas de se vincularem aos sindicatos profissionais, isto devido à forte intervenção do Estado. O interesse do poder público pelo cooperativismo agrícola advém das mudanças que estavam ocorrendo no país, com a expansão da indústria nacional de um lado e a preocupação de abastecer o crescente mercado interno de outro.

Ressalta-se que o Decreto nº 24.647 de 1934 foi revogado pelo Decreto nº 581 de 01 de agosto de 1938 (BRASIL, 1938), e este, por sua vez, foi revogado pelo Decreto nº 8.401 de 19 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945), que deixava a fiscalização de cooperativas a cargo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, que poderia delegar suas atribuições aos órgãos técnicos do Estado.

Houve, ainda, a promulgação de mais um decreto, o de nº 59, de 21 de novembro de 1966, com incentivo à mecanização rural. Suas determinações refletiam a intervenção do Estado, que era estendida ao setor de produção, com um caráter plenamente paternalista. No entanto, este decreto cancelou os incentivos tributários dos quais gozavam as cooperativas e estabeleceu-se uma nova regulamentação bastante restritiva quanto ao crédito e à proibição de operações com terceiros.

Conseqüentemente, no período de 1960 a 1975, o número de cooperativas reduziu-se, sobrevivendo somente aquelas que se adaptaram às normas e ao comportamento do mercado. (CAMPOS JÚNIOR, 1997).

Em 1971, por meio da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), abriu-se novamente a possibilidade de as cooperativas praticarem operações com terceiros, voltou a vigorar a Lei de isenção de impostos. Foram consideradas sociedades que não produzem rendas, sendo também isentas do imposto de renda, restabelecendo a atividade de crédito nas cooperativas mistas. A referida Lei, portanto:

Eliminou o longo capítulo de proibições, repetido nas leis anteriores, deu moderno tratamento ao sistema operacional das cooperativas, reconheceu necessidades urgentes (como operações com terceiros, seções de créditos nas cooperativas agrícolas mistas etc.), porém, manteve a complexa ingerência estatal no processo de constituição e funcionamento das cooperativas através dos múltiplos órgãos controladores. (PINHO apud CAMPOS JÚNIOR, 1997, p. 56-57).

A partir da Constituição de 1988, juntamente com órgãos próprios de sua representação, passaram efetivamente a constituir o Sistema Cooperativo Brasileiro, assumindo a própria autodeterminação por meio de um processo de autogestão que, a partir daí, não tem mais a tutela governamental. A partir de 1989 já tramitavam no Congresso Nacional projetos de leis cooperativistas, visando à modernização no seu aspecto legal, bem como à consolidação da sua autogestão.

No início do ano de 1990, por determinação do Governo Federal, extinguiu-se o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o qual fora criado em 21/11/1966, tendo por objeto o fomento ao Cooperativismo sob todas as formas, principalmente mediante assistência creditícia.

O Projeto de Lei nº 3.723, de 10 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que tramita na Câmara dos Deputados dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal. Este projeto define o que é ato cooperativo por ramo de atividade e a tributação do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS.

2.1.3 Os Ramos do Cooperativismo

Todo o quadro de nomenclaturas do Sistema Cooperativo Brasileiro, por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), foi modificado e adaptado à atualidade a partir de 1993. Entre as modificações, segundo Juvêncio, Andrade e Panzutti (2000, p. 41-43), o sistema passou a abranger 11 segmentos cooperativos com objetivos específicos:

1) Cooperativa Agropecuária: constituída por produtores rurais com o propósito de agregar, orientar e comercializar a produção de qualquer cultura ou criação rural, considerada uma importante ferramenta para se organizar o campo.

2) Cooperativa de Consumo: composta por pessoas que visam à eliminação de intermediários na compra de produtos para o consumo. Considerada um instrumento regulador dos preços e da qualidade dos produtos; também assume um importante papel no abastecimento social.

3) Cooperativa de Crédito Urbano e Rural: tem como princípios básicos a concessão de empréstimos individuais aos seus associados, considerando uma prestação de serviços de natureza bancária baseada na poupança sistemática.

4) Cooperativa Educacional: formada por escolas agrícolas ou por pais de alunos que têm o objetivo de viabilizar de forma racional as atividades desenvolvidas pelos próprios estabelecimentos de ensino, fugindo dos gastos com a educação, das vagas restritas e das práticas pedagógicas limitadas.

5) Cooperativa de Serviços: tem como objetivo primordial prestar coletivamente um serviço almejado pelo quadro social, como por exemplo, energia e telecomunicação podem ser conquistadas por meio de cooperativa que leva estes recursos ao campo e agiliza a aplicação dos mesmos para o desenvolvimento do meio rural.

6) Cooperativa Habitacional: visa a construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seus associados.

7) Cooperativa de Saúde: atua em quatro áreas distintas: médica, odontológica, psicológica e de usuários de serviços. Visa alcançar melhores condições de atendimento na área da saúde aos cooperados, levando em conta, principalmente, a independência do sistema público de saúde. Além disso, tem por objetivo alcançar uma remuneração justa, uma boa condição de trabalho e um respaldo legal para o exercício da atividade.

8) Cooperativa de Trabalho: visa combater o desemprego. É constituída por profissionais de vários segmentos, como uma resposta aos processos de terceirização, sem a existência de vínculo empregatício.

9) Cooperativa Especial: formada por pessoas de menor idade, ou relativamente incapazes, ou índios. Exige um tutor para o seu funcionamento, e oferece um espaço garantido como alternativa de trabalho ou ocupação.

10) Cooperativa de Mineração: tem por objetivo fortalecer o setor, gerando mais vantagens aos micromineradores, por meio da disseminação de técnicas mais racionais e sem danos à natureza, além de trazer resultados financeiros satisfatórios para os cooperados.

11) Cooperativa de Produção: trata-se de uma cooperativa de participação e, como tal, leva em consideração o lado econômico e social, formada por pessoas que geralmente assumem a massa falida da empresa onde trabalhavam. Seu grande desafio é juntar o lado econômico com o social por meio do controle do grupo social que faz parte da cooperativa.

Acrescenta-se a essas definições, em assembleias gerais pelo Conselho Diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2009a), realizada em 30 de abril de 2002, três ramos:

a) Cooperativa de Infraestrutura: enquadra as cooperativas de serviços essenciais como as de energia e telefonia. No Brasil, são mais conhecidas as de energia e telefonia rural.

b) Cooperativa de Turismo e Lazer: tem por objetivo a criação de fluxo e refluxo permanente de turistas dentro do Sistema Cooperativo. É integrada ou composta por cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, lazer, eventos, esporte e hotelaria.

c) Cooperativa de Transportes: atua na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros, podendo se organizar em várias modalidades, tais como: táxi, moto-táxi, vans, ônibus.

Na mesma assembleia ficou eliminado o ramo Cooperativa de Serviços, pela redistribuição deste dentro dos ramos criados, mencionados anteriormente.

Nota-se que, dentro desses segmentos do cooperativismo, as pessoas se organizam em torno de um objetivo social e comum, até mesmo para diminuir o desemprego.

O cooperativismo brasileiro é bastante rico em exemplos empresariais, com modelos de sucesso há mais de 100 anos, consagrados nas áreas agropecuária, industrial, de crédito (banco populares), habitacional e outras. (MARAZI, 1999, p. 10-11).

No Brasil, conforme dados constantes na Tabela 2, adiante especificada, que destaca a situação atual das cooperativas, constata-se a existência de 7.682

cooperativas com 7.887.707 de cooperados registrados no ano de 2008, e o ramo Agropecuário conta com 1.611 cooperativas e 968.737 cooperados.

O cooperativismo no Brasil é um instrumento democrático, que permite às pessoas se reunirem e realizarem atividades conjuntas nos diversos segmentos. Isso pode ser observado pelos seus objetivos, que podem ser classificados como ramos das cooperativas.

2.1.4 A Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo

A evolução das leis cooperativas provocou consequências no Direito brasileiro, levando o governo a se interessar pelas organizações associativistas e cooperativistas.

Desde 1903, após vários decretos, houve a promulgação pelo Congresso Nacional da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 (BRASIL, 1971), com o objetivo de definir a Política Nacional do Cooperativismo, que está em vigor. Esta Lei, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e estabelece outras providências, ou seja, regula todas as operações das sociedades cooperativas.

Juvêncio, Andrade e Panzutti (2000) consideram como características fundamentais os seguintes aspectos dessa Lei: a estrutura organizacional, o sistema de capitalização, a fiscalização, o controle e a representação.

2.1.4.1 Características fundamentais

As cooperativas diferenciam-se dos demais tipos de sociedades, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, pela formação do capital social e pela forma de organização com fins comuns entre os associados.

2.1.4.1.1 Empresa sem fins lucrativos

Como a cooperativa é uma empresa sem fins lucrativos, atenta para os seguintes itens:

a) **Juros módicos:** conforme o artigo 24, parágrafo 3º, da Lei nº 5.764/71, as cooperativas estão impedidas de distribuir quaisquer tipos de vantagens ou privilégios, de qualquer espécie, a associados ou não, exceto os juros de 12% ao ano.

b) **Operações com não associados:** conforme artigo 85 da Lei nº 5.764/71, em casos excepcionais, as cooperativas poderão adquirir produtos de terceiros não associados para completar lotes destinados a cumprimentos de contratos, mas terão que observar o artigo 87 (BRASIL, 1971) que menciona:

Os resultados das operações das cooperativas com não associados mencionados nos arts. 85 e 86 serão levados a conta de “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social” e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos.

c) **Atos cooperativos:** o artigo 79 da Lei nº 5.764/71 prevê que esses atos são aqueles praticados entre a cooperativa e seus associados, ou vice-versa, com a finalidade de atingir os objetivos sociais.

2.1.4.1.2 O capital

O capital, ao contrário do que acontece com os sócios, não é essencial, variando de sociedade para sociedade. Além disso, é intransferível, ou seja, o capital é dividido em cotas-partes, as quais não podem ser vendidas ou transferidas para estranhos à sociedade. Nessa sociedade, a quantidade de cotas não altera os direitos do associado, pois este sempre terá direito a um único voto, conforme art. 42. Desta forma, como a cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos, o capital é considerado como um meio e não uma finalidade. O artigo 4º da Lei nº 5.764/71 esclarece que as

cooperativas são distintas das demais sociedades com forma e natureza jurídicas próprias.

2.1.4.1.3 A sociedade

Quanto à sociedade, no art. 3º da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) tem-se: “Celebaram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A partir deste artigo, pode-se verificar que a adesão na sociedade é livre, mas deve ter o mesmo propósito social.

2.1.4.2 Estrutura organizacional

Na estrutura organizacional das empresas cooperativas, os associados atuam de duas formas:

1) **Como usuários:** utilizam a cooperativa da forma prevista no estatuto, que pode ser a de comercialização de seus produtos, a de consumo dos produtos da cooperativa, etc.

2) **Como proprietários:** participam das decisões, conforme o artigo 42, com direito a um único voto e, conforme art. 38, exercem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e podem ainda participar da administração, quando eleitos por assembleia.

2.1.4.3 Sistema de capitalização

Este sistema leva em consideração que a cooperativa, sendo uma entidade sem fins lucrativos, mas com gastos do custeio de suas atividades, para cobrir estes gastos, precisa arrecadar antecipadamente de seus associados uma taxa de administração, cobrada na proporção dos serviços prestados aos mesmos. A Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), no seu artigo 80, deixa claro que “[...] as despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços”.

Diante do entendimento do artigo 80, se a taxa de administração arrecadada pela cooperativa não cobrir seus gastos, a cooperativa terá um resultado negativo, denominado *perdas*, e os associados terão de cobri-lo na proporção dos serviços usufruídos pelos cooperados dessa cooperativa.

Por outro lado, se o resultado for positivo, denominado de *sobras*, serão deduzidos, no mínimo, 10% (dez por cento) de reserva legal e 5% (cinco por cento) de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) desse montante. Posteriormente, será decidido em assembleia qual o destino destas sobras, podendo, inclusive, retornar ao associado na mesma proporção usada para sanar perdas, conforme art. 28 da Lei nº 5.764/71.

2.1.4.4 Fiscalização, controle e representação

De acordo com o artigo 56 da Lei nº 5.764/71, a administração das cooperativas será fiscalizada pelo Conselho Fiscal, eleito pela assembleia geral, e composto por três membros efetivos e três membros suplentes, sendo permitida apenas reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

O artigo 92 da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), que trata da fiscalização e do controle das sociedades cooperativas, dispõe acerca dessa atividade levando em consideração o objeto de funcionamento das mesmas da seguinte forma:

I. As de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas, pelo Banco Central do Brasil;

II. As de habitação, pelo Banco Nacional de Habitação;

III. As demais, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 1º Mediante autorização do Conselho Nacional de Cooperativismo, os órgãos controladores federais poderão solicitar, quando julgarem necessário, a colaboração de outros órgãos administrativos, na execução das atribuições previstas neste artigo.

§ 2º As sociedades cooperativas permitirão quaisquer verificações determinadas pelos respectivos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal.

Já o artigo 105 da referida lei, define a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como o órgão representativo do movimento cooperativo brasileiro, mantido por todas as cooperativas. A estrutura de representação é federativa, ou seja, cada Estado tem sua organização.

2.1.5 Formação do capital social e patrimônio líquido das cooperativas

As empresas mercantis são constituídas com o objetivo de se ter uma maior remuneração sobre o capital próprio, pois, nestes tipos de empresas, os sócios não precisam ter a mesma profissão, ou seja, serem administradores ou comerciantes para constituir uma empresa, e a empresa não necessita, essencialmente, de objetivo social ou ajuda mútua. Este investimento de capital pode ser conhecido como especulativo, sociedade capitalista, monopolista ou oligopolista, e exerce o domínio da força, sendo remunerado, no mínimo, à taxa do mercado de acordo com os interesses do investidor. (BECKER, 2004).

Dentro das sociedades cooperativas também existe a figura do capital social, afinal, constituem-se em sociedades, porém, com objetivos diferentes.

O capital social serve para possibilitar a prestação de serviço, ou seja, para as instalações e equipamentos necessários. Assim, cada grupo deverá elaborar um projeto de viabilidade econômica elencando quais são essas instalações e equipamentos, para calcular o valor com o qual cada um deverá contribuir. (ZANGHERI et al., 2000, p. 15).

Desse modo, a cooperativa tem por finalidade a união de pessoas com o mesmo objetivo social, de prestar serviços a seus associados e não de capital.

O artigo 24 da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) define que o capital social das cooperativas será formado por quotas-partes, e que o valor máximo de cada cota-parte não pode ser superior ao salário mínimo vigente no país, afirma, ainda, no seu parágrafo 1º, que nenhum associado poderá subscrever mais que um terço do capital social.

A forma de remuneração sobre o capital social vem expressa na Lei nº 5.764/71, no mesmo artigo, em seu parágrafo 3º:

É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. (BRASIL, 1971).

O patrimônio líquido das cooperativas também é conhecido como a diferença entre os valores do Ativo e do Passivo em um determinado momento. Segundo Ludícibus et al. (2006, p. 31), o patrimônio líquido pode ser apresentado por meio da seguinte equação:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO}$$

As contas que compõem o patrimônio líquido das cooperativas são:

- a) **O capital social:** que é integralizado pelos associados por meio de quotas-partes.
- b) **Os fundos:** que são compostos pelos Fundos de Reservas, como por exemplo: reserva de equalização, reserva legal, e Fundo de Assistência Técnica Educacional Social (FATES).
- c) **Sobras ou perdas:** que correspondem ao resultado apurado pela cooperativa em suas operações, equivalente ao lucro ou prejuízo acumulado nas demais sociedades.

Pode-se verificar, em alguns casos, a figura das reservas de capital nas quais se destacam: doações de bens, incentivos fiscais do Imposto de Renda e demais previstas no artigo 182 da Lei nº 6.404/76. (BRASIL, 1976).

Ainda, sobre a formação do patrimônio líquido das cooperativas tem-se:

A empresa cooperativa, na verdade, arrecada antecipadamente através da taxa de administração, cobrada dos associados na proporção dos serviços utilizados por ele. No final do exercício, levantam-se todas as despesas e as contribuições pagas pelos associados, que constituem as receitas da cooperativa. Se as receitas (que são provenientes da taxa de administração) forem maiores que as despesas, significa que houve "sobras brutas". Será decidido em assembleia qual o destino destas sobras [...]. (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000, p. 35).

Da mesma forma, as despesas não cobertas pelas contribuições pagas pelos associados serão cobertas pelos fundos e reservas e, na insuficiência destes, serão rateados aos mesmos na proporção da fruição dos serviços.

2.1.6 Situação atual das cooperativas

O cooperativismo tem desempenhado importante papel dentro da sociedade brasileira. Apesar de passar por fases de rejeição, por parte do governo (Ministério Público) e dos capitalistas, muitos o consideram como um mecanismo de defesa nas crises econômicas, cujo objetivo principal é evitar a exclusão social. (BECKER, 2004).

A partir da criação da OCB e de suas confederações representativas em cada Estado, em 1969 e 1970, o cooperativismo foi marcado pelas seguintes conquistas:

- a) promulgação da Lei nº 5.764, em 1971;
- b) criação do Banco Cooperativo (Banco Central/Resolução nº 2.193), em 1995;

- c) eleição do Prof. Roberto Rodrigues, em 1997, como presidente da ACI;
- d) criação do Banco Cooperativo do Brasil, em 02 de julho de 1997;
- e) criação do Programa de Revitalização das Cooperativas (RECOOP), em 1998 e;
- f) extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em 2000.

Entre os vários ramos do cooperativismo destaca-se o agropecuário como segundo mais expressivo, o qual soma aproximadamente 21% do total das cooperativas registradas na OCB, representados na Tabela 2.

TABELA 2 – Distribuição por ramo das cooperativas, cooperados e empregados

Ramos	Cooperativas	%	Cooperados	%	Empregados	%
Agropecuário	1.611	21%	968.767	12%	134.579	53%
Consumo	138	2%	2.316.036	30%	8.813	4%
Crédito	1.113	15%	3.215.866	41%	38.796	15%
Educacional	327	4%	57.331	1%	2.980	1%
Especial	15	-	531	-	10	-
Habitacional	340	4%	78.983	1%	1.354	-
Infraestrutura	148	2%	623.431	8%	5.664	2%
Mineral	53	-	19.975	-	105	-
Produção	215	3%	11.931	-	2.442	1%
Saúde	894	12%	215.755	3%	47.132	19%
Trabalho	1.746	23%	287.241	3%	4.997	2%
Transporte	1.060	14%	90.744	1%	7.640	3%
Turismo e Lazer	22	-	1.116	-	44	-
Total	7.682	100%	7.887.707	100%	254.556	100%

Fonte: adaptado de OCB (2009b).

Dados da OCB (representados na Tabela 1 da Introdução) mostram que as cooperativas agropecuárias responderam por 38,4% do PIB agronegócio em 2008, e que as exportações diretas representaram em USD 4 bilhões.

A cooperativa, além de ser a ponte entre o bem-estar e o mercado, contribui com a sociedade gerando empregos diretos (empregados) e indiretos (cooperados), dentro de sua estrutura.

2.1.7 Demonstrações contábeis das cooperativas

A Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976), alterada pela Lei nº 11.638/2007 (BRASIL, 2007), determina quais são as demonstrações financeiras básicas que, ao final de cada exercício social, deverão ser elaboradas para expressar a verdadeira situação patrimonial-financeira da empresa e as variações ocorridas no exercício.

É por meio das demonstrações financeiras que a administração faz a sua prestação de contas para os proprietários ou para os usuários da informação contábil. Também por intermédio destas demonstrações, a administração poderá exercer a função de controle e planejamento.

De acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras obrigatórias são:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração dos fluxos de caixa; (Redação dada pela Lei nº 11.638/2007); e
- e) se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638/2007). (BRASIL, 2007).

As cooperativas também estão obrigadas a elaborar as demonstrações exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas, porém, existem algumas exigências para a aprovação nas assembleias, conforme determinado na Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971):

- Art. 44 - A Assembleia Geral Ordinária que realizará, anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:
- I. prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e do parecer do Conselho Fiscal.

As cooperativas publicam a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em substituição da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados,

entendendo que as informações dos lucros ou prejuízos acumulados estão contidas naquelas e acrescidas a informações sobre o restante do Patrimônio líquido.

Na própria Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) das cooperativas também se observa que as demonstrações financeiras e contábeis deverão ser auditadas:

Art. 112 - O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único - Em casos especiais, tendo em vista a sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Nota-se que, nas empresas em geral, são publicadas as demonstrações de resultados e nas cooperativas esta demonstração é substituída pela demonstração das sobras e perdas, uma vez que a cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos e, o que na realidade ela apura são somente sobras ou perdas que serão rateadas aos associados.

Já as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC 10 (CFC, 2003) estabelecem procedimentos e critérios específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis.

O Balanço Patrimonial das Entidades Cooperativas (ver Quadro 1), de acordo com a NBC T10, item 8.3, deve evidenciar os componentes patrimoniais, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira, comparativamente com o exercício anterior. Alterando a denominação da conta Capital para Capital Social, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados será denominada Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia Geral.

Balço Patrimonial	X2	X1
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Total do Ativo Circulante		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS		
ATIVO IMOBILIZADO		
Total do Ativo Não Circulante		
Total do Ativo		
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Total do Passivo Circulante		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do Passivo Não Circulante		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL		
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO		
RESERVA LEGAL		
RESERVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL		
SOBRAS E OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		
Total do Patrimônio Líquido		
Total do Passivo		

QUADRO 1- Modelo de Balço Patrimonial – Comparativo em 31 de dezembro, de X2 e X1.

Fonte: Adaptado de Ludícibus et al. (1988, p. 156).

A denominação da Demonstração do Resultado do Exercício, tratada na NBC T 3.3, é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas, conforme item 8.4 da NBC T 10, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuidos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa (ver Quadro 2).

Modelo de Demonstração de Sobras e Perdas de X2
<p>Ingresso operacional bruto Vendas de produtos e mercadorias de cooperados Vendas de produtos e mercadorias de terceiros Prestação de serviços de cooperados Prestação de serviços de terceiros</p> <p>Deduções do ingresso bruto Impostos incidentes sobre vendas de cooperados Impostos incidentes sobre vendas de terceiros Devoluções de cooperados Devoluções de terceiros</p> <p>Ingresso operacional líquido</p> <p>Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados</p> <p>Sobra bruta</p> <p>(Dispêndios) ingressos operacionais Dispêndios com pessoal Dispêndios com vendas Dispêndios gerais e administrativos Dispêndios tributários Ingressos financeiros líquidos Outros ingressos operacionais</p> <p>Sobra operacional</p> <p>Resultado não operacional</p> <p>Sobra antes da Contribuição social e do Imposto de renda Contribuição social Imposto de renda</p> <p>Sobra líquida do exercício</p>

QUADRO 2 - Modelo de Demonstração de Sobras e Perdas de X2.

Fonte: Adaptado de Relatório... (2008, p. 5-6).

Para a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, serão observadas as disposições da NBC T 3.5 e a terminologia própria aplicável às Entidades Cooperativas, dispensada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Operações que afetam o patrimônio	Capital Social	Reserva legal	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE X2					
Aumento de reserva legal					
Distribuição de sobras					
Integralizações de capital					
Baixas de capital					
Incorporação de juros sobre capital					
Transferência de valores não reclamados					
Utilização do RATES					
Antecipação de sobras					
Sobra líquida do exercício					
Transferência do lucro líquido com terceiros					
Constituição de reservas legais e estatutárias					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE X2					

QUADRO 3 - Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Fonte: Adaptado de Relatório... (2008, p. 7).

Esta demonstração traz, portanto, as variações ocorridas no Patrimônio Líquido da cooperativa, informando o cooperado sobre o destino das sobras ou perdas apuradas em cada exercício.

2.2 ASPECTOS CONTÁBEIS

Considerando que para o registro das transações das empresas os profissionais devem observar os aspectos contábeis, os quais estão relacionados a várias normas que são aprovadas e editadas por resoluções, pronunciamentos, leis, medidas provisórias, procura-se, então, nesta seção, fazer um levantamento dos

aspectos contábeis relacionados aos estoques e à provisão para fixação de preço dos produtos agrícolas, que são os estoques negativos, os quais são tratados neste estudo.

2.2.1 Responsabilidades sociais

Os usuários das informações contábeis podem verificar o que está ocorrendo na empresa por meio das demonstrações contábeis, e o contador é o profissional por quem passam informações de todos os departamentos. O contador, portanto, fica responsável por entender as normas dos conselhos, como também as leis para elaboração das demonstrações para a sua divulgação. Essas demonstrações compreendem, além das obrigatórias, o balanço social ou balanço socioambiental, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – que é obrigatória somente para as Sociedades Anônimas, entre outras.

É por meio da contabilidade que são extraídas ou elaboradas demonstrações que informam os usuários sobre a situação da empresa e o que a mesma está fazendo em relação à sociedade, por intermédio do balanço social, da DVA, entre outros demonstrativos.

Nessa perspectiva, Ambrogi (2007, p. 20) destaca que:

[...] a existência de correntes de pensamento quanto à responsabilidade da empresa: a primeira restringe a empresa à geração de riqueza e maximização do investimento do proprietário do capital; a segunda aponta que a responsabilidade da empresa deve contemplar, também, os que contribuem para a operacionalização de suas atividades (empregados, fornecedores, clientes, estado e comunidade).

A responsabilidade social das empresas, ainda segundo Ambrogi (2007), pode ter duas dimensões, uma interna que compreende os funcionários e seus dependentes e outra externa que tem como foco a comunidade próxima da empresa. O autor salienta, ainda, que a primeira visa ao aumento da produtividade e ao retorno do capital investido, enquanto a segunda visa à melhoria social, à

conservação do meio ambiente, à consolidação da imagem e ao incremento da lucratividade.

Entende-se, então, que a responsabilidade social diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral.

De Luca (2005) comenta que as definições e os conceitos de responsabilidade social evoluem juntamente com as empresas correspondendo às mudanças ocorridas no meio empresarial. Nesse sentido, o autor ressalta:

As empresas que quiserem crescer, ter maior lucratividade e sucesso nos negócios, precisam incorporar à sua missão e ao seu processo de gestão, novas práticas de relação com seus diferentes públicos (*stakeholders*) [...] escolha dos parceiros e fornecedores; na apuração e apresentação de resultados contábeis e econômico-financeiros. (DE LUCA, 2005, p. 28).

Fica evidente que a contabilidade é quem vai divulgar as ações sociais das empresas por meio dos relatórios contábeis, como também suprir os diferentes públicos de informações sobre os negócios da empresa.

2.2.2 Depósitos

Existem várias formas de constituição de empresas, entre as quais se encontram aquelas constituídas sob a forma de empresárias, sociedades empresárias limitadas, sociedades anônimas e as sociedades cooperativas.

De acordo Mazzardo (2007), o Código Civil de 2002, por meio da Lei nº 10.406, traz no seu bojo o que se chama de novo direito de empresa, deixando de lado a teoria dos atos de comércio e revelando que o que importa é o modo pelo qual a atividade econômica é exercida.

Assim, não importa se a atividade é exercida individualmente ou em conjunto com outras pessoas, ou seja, se é uma empresa constituída sob a forma de

empresário, sociedade ou cooperativa, o que se tem em vista é o objetivo social para exercer esse tipo de atividade.

Zanchet (2004) define os aspectos jurídicos do Depósito no Código Civil, ou seja, a forma de armazenamento de mercadorias, em regular e irregular, considerando a emissão de conhecimento de depósito e *warrant*, bem como as sociedades cooperativas e os contratos típicos e atípicos do depósito.

O novo Código Civil (CC) – Lei nº 10.406/2002 (BRASIL, 2002) – prevê a atividade de depósito em seus artigos 627 a 652, subdividindo em depósito necessário e depósito voluntário. Assim, o artigo 627 conceitua o voluntário: “Pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame”; e o artigo 647 define o depósito necessário em: “I - o que se faz em desempenho de obrigação legal; II - o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque” (BRASIL, 2002).

Segundo Lopez (2003, p. 345), o depósito voluntário surge “[...] quando o contrato é livremente ajustado pelas partes sem pressão de qualquer circunstância externa [...]”, ou seja, só existe o depósito se as partes estiverem de acordo.

O depósito das *commodities* agrícolas (soja, milho e trigo) pode ser enquadrado no depósito voluntário, uma vez que só há depósito das mercadorias em armazém ou cooperativa com contrato estipulado entre as partes.

De acordo com Zanchet (2004, p. 20-25), o depósito voluntário pode ser: regular, isto é, depósito de coisas não fungíveis, em que o depositário deverá restituir a coisa depositada da mesma forma que a recebeu; e irregular, ou seja, depósito de coisas fungíveis, em que o depositário restituirá objetos do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

O artigo 645 do CC (BRASIL, 2002) reforça o entendimento de depósito irregular: “O depósito de coisas fungíveis, em que o depositário se obrigue a restituir objetos do mesmo gênero, qualidade e quantidade, regular-se-á pelo disposto acerca do mútuo”.

O mútuo, segundo o Código Civil, corresponde ao empréstimo de coisas fungíveis, sobre o qual o artigo 587 cita: “Este empréstimo transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição” (BRASIL, 2002).

Zanchet (2004, p. 20) destaca, ainda, a preocupação em reconhecimento, nos depósitos regulares, dos depósitos nas contas do ativo e passivo, ou seja, representação dessas obrigações nas demonstrações contábeis, pois nesses depósitos é vedada a troca de um objeto por outro objeto do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Portanto, nas demonstrações contábeis dos depósitos regulares deverá ser evidenciado um valor de obrigação com uma contrapartida do mesmo valor de direito, ou seja, o produto que foi depositado deverá permanecer na empresa sem poder ser trocado por outro.

Já nos depósitos voluntários irregulares, que é o caso das *commodities* agrícolas, há a transferência do domínio da coisa. Desse modo, conforme Zanchet (2004, p. 24):

[...] é facultado ao depositário dispor livremente da coisa depositada, da mesma forma que qualquer outro item de sua propriedade [...] ele pode utilizar em seu benefício o que lhe foi entregue, devendo, no entanto, devolver coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade quando solicitado pelo depositante, mesmo que em data anterior ao vencimento previsto.

Neste sentido, o depositário pode utilizar o produto conforme lhe convier, mas poderão surgir situações em que deverá ser levado em conta, por exemplo, a disponibilidade do produto no mercado, o preço, a variação do preço em virtude da escassez do produto. Mas o depositante está garantido em relação ao depósito, como se pode verificar no artigo 652 do CC: “Seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos” (BRASIL, 2002).

O Decreto nº 1.102 de 1903 (BRASIL, 1903) trouxe o atual *warrant*, documento que garante ou certifica: 1) que as mercadorias estão depositadas no armazém; e 2) que o portador do título tem direito real de penhor sobre as mercadorias (se endossado), ou que não há penhor sobre elas (se não endossado, e acompanhar o C.D. - Conhecimento de Depósito). Esse mesmo Decreto (1.102) disciplinou a constituição dos armazéns gerais, determinando sua fiscalização pelas juntas comerciais.

Conforme Mazzardo (2007, p. 35), “[...] o conhecimento é o título que formaliza a transferência da mercadoria em depósito [...]”, enquanto “[...] o *warrant*

atua como um instrumento às cauções que se fazem sobre o conhecimento ou sobre mercadorias”.

O conhecimento de depósito, portanto, é um título de representação e de legitimação, formal e causal (transmite a propriedade de mercadorias), que confere ao portador o direito de disponibilidade do produto com a limitação pelo direito de penhor constituído sobre o produto pelo endosso do *warrant* correspondente (se houver o endosso) – é um meio de circulação das mercadorias.

O *warrant*, por sua vez, é um título de crédito formal e causal (pressupõe uma operação de crédito), que consiste numa promessa de pagamento e seu endosso institui um penhor (direito de crédito real) sobre as mercadorias depositadas, em relação à obrigação de um pagamento ao possuidor do título – é um instrumento de crédito sobre as mercadorias.

Ainda segundo Mazzardo (2007), o *warrant* é regulamentado pelas regras da nota promissória e pode ser emitido, em conjunto ou em separado, com o certificado de depósito. Se for emitido em conjunto, o portador reúne todos os direitos sobre as mercadorias, tendo à sua livre disposição, o que inclui o direito de propriedade e o de constituir mandato para vender ou para receber as mercadorias. No caso da emissão em separado do conhecimento de depósito, representa apenas o direito real de garantia (penhor), que irá limitar o direito de quem possua o conhecimento de depósito. O conhecimento de depósito, isoladamente, representa um direito de disponibilidade, limitado pelo direito de garantia de quem possua o *warrant*.

O Decreto nº 3.855, de 2001 (BRASIL, 2001), dispõe sobre a atividade de armazenamento afirmando no seu artigo 1º:

Constitui atividade de armazenagem, sujeita ao disposto na Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, o exercício da guarda e conservação de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, próprios ou de terceiros, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em estruturas apropriadas para esse fim.

Parágrafo único. O recebimento de produtos de terceiros, sem a transferência de sua propriedade, caracteriza atividade de armazenagem sujeita ao disposto neste Decreto.

Observa-se que o Decreto nº 3.855/2001 trata de toda a atividade de armazenamento de produtos agropecuários próprios e de terceiros, na qual as sociedades cooperativas estão inclusas, como pode ser vista pela leitura do artigo

art. 35 do mesmo Decreto: “O disposto nos arts. 8º e 12º deste Decreto não se aplica às operações que configurem o ato cooperativo previsto no art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971” (BRASIL, 2001). Ou seja, as cooperativas estão inseridas nesta lei, ficando dispensadas das obrigações contidas somente nos artigos 8º e 12º, que dispõem sobre o oferecimento de garantias e prévia concordância formal para sua comercialização, respectivamente.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, trata do armazenamento de mercadorias dos associados pelas cooperativas como segue:

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral, podendo também desenvolver as atividades previstas na Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, e nessa condição expedir Conhecimento de Depósito, Warrant, Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e Warrant Agropecuário - WA para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica. (Redação dada pela Lei nº 11.076, de 2004).

§ 1º Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações destes, ficando os componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, emitente do título, responsáveis pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos. (BRASIL, 1971).

Entende-se, então, que as sociedades cooperativas, especialmente as que recebem *commodities* agrícolas de seus associados, são tratadas como depósitos irregulares. Assim sendo, as mesmas podem comercializar os produtos que lhes forem entregues para depósito, partindo do princípio de que poderão utilizar em seu benefício o que lhes foi entregue, devendo, no entanto, devolver coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade quando solicitado pelo depositante, mesmo que em data anterior ao vencimento previsto.

O artigo 83 da Lei nº 5.764/71 vem reforçar esse entendimento:

A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo. (BRASIL, 1971).

Diante dos artigos citados nesta seção, pode-se concluir que as cooperativas podem vender os produtos dos seus associados para operacionalizar a cooperativa, a qual tem por finalidade armazenar e comercializar a produção de seus cooperados sem a intenção de obter lucro. Mas, neste caso, trata-se da venda de uma *commodity* cuja produção é sazonal e é regulada pela produção nacional, surgindo, portanto, a dúvida de qual a melhor hora de venda dessa *commodity* para garantir maior rentabilidade aos seus associados.

2.2.3 Formação dos estoques

Para as empresas comerciais e industriais, a conta representativa dos estoques, às vezes, tem uma representação significativa nos seus ativos. Esses estoques são classificados, na área contábil, em estoque de matérias-primas, estoque de produtos acabados, estoque de produtos em processos, estoque em trânsito, estoque em consignação, estoque de produtos de terceiros, estoque de produtos para revenda, estoque de produtos de consumo próprio, entre outros.

O capital investido em estoque é inversamente proporcional ao retorno calculado sobre o capital ativo, ou seja, quanto maior o volume de estoque menor é o giro do capital na empresa, além dos custos de manutenção de estoque também serem elevados.

As empresas têm os estoques como uniformizadores das diferenças entre fornecimento e demanda. Conforme Antunes (2004, p. 35), existem “[...] quatro principais razões para manter estoque, e, portanto, quatro tipos de estoque: estoque isolador, estoque de ciclo, estoque de antecipação e estoque de canal de distribuição”.

A empresa mantém, desse modo, os estoques de acordo com o tipo de negócio ou ramo de atividade, ou seja, se é uma empresa de comércio de produtos cuja venda é sazonal, esta empresa mantém um estoque que será utilizado durante todo tempo de escassez.

A administração de estoques, segundo Gitman (2004, p. 516), consiste em “[...] girá-los o mais rapidamente possível, sem perder vendas por falta de estoques”. Nesse sentido, o autor comenta que há várias técnicas para administração dos estoques, entre as quais cita o sistema ABC, o modelo de Lote Econômico (EOQ), o sistema Just-in-time (JIT) e o sistema de Planejamento de Necessidades de Materiais (MRP). Todos esses modelos têm a mesma preocupação, que é trabalhar com o mínimo ou nenhum estoque.

Os estoques, de acordo com o Instituto dos Auditores Independentes (apud PORTAL..., 2009b):

São ativos tangíveis (ou aplicações de recursos visando a sua obtenção): (i) mantidos para venda no curso dos negócios da entidade; (ii) em processo de produção para posterior venda no curso dos negócios da entidade; e (iii) materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços que constituía exploração de negócios da entidade.

De acordo com Moura (1997), o objetivo do armazém é o de prover estoque de materiais, do tipo certo, na quantidade certa, no tempo certo e pelo mínimo custo possível, variando de acordo com os objetivos e as estratégias da empresa.

No processo de armazenamento têm-se os depósitos fechados que são da própria empresa, os depósitos de terceiros tidos como armazéns gerais e as cooperativas agrícolas que disponibilizam do armazém para estocar a produção de seu cooperado.

As cooperativas contam, portanto, com estoques próprios, quando da aquisição da produção do cooperado, bem como com estoques de terceiros no caso de produto ainda não adquirido do cooperado. O estoque da cooperativa é formado somente pelos produtos adquiridos, uma vez que o cooperado usa a cooperativa para guarda de sua produção, podendo retirá-la, se desejar, pagando uma taxa de armazenamento.

2.2.4 Critérios de reconhecimento dos estoques

A Lei das sociedades anônimas nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), não foi alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, no que tange ao reconhecimento dos estoques de produtos das empresas de grande porte, apontando a forma de avaliação em seu artigo 183, inciso II:

[...] os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior. (BRASIL, 1976).

Quanto à parte fiscal, o Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (BRASIL, 1999), em seus artigos 292 a 295, trata da avaliação dos estoques, como segue:

Art. 292. Ao final de cada período de apuração do imposto, a pessoa jurídica deverá promover o levantamento e avaliação dos seus estoques.

Art. 293. As mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado serão avaliados pelo custo de aquisição (Lei nº 154, de 1947, art. 2º, §§ 3º e 4º, e Lei nº 6.404, de 1976, art. 183, inciso II).

Art. 294. Os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo custo de produção (Lei nº 154, de 1947, art. 2º, § 4º, e Lei nº 6.404, de 1976, art. 183, inciso II).

§ 1º O contribuinte que mantiver sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração poderá utilizar os custos apurados para avaliação dos estoques de produtos em fabricação e acabados (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 14, § 1º).

§ 2º Considera-se sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração aquele:

I - apoiado em valores originados da escrituração contábil (matéria-prima, mão-de-obra direta, custos gerais de fabricação);

II - que permite determinação contábil, ao fim de cada mês, do valor dos estoques de matérias-primas e outros materiais, produtos em elaboração e produtos acabados;

III - apoiado em livros auxiliares, fichas, folhas contínuas, ou mapas de apropriação ou rateio, tidos em boa guarda e de registros coincidentes com aqueles constantes da escrituração principal;

IV - que permite avaliar os estoques existentes na data de encerramento do período de apropriação de resultados segundo os custos efetivamente incorridos.

Art. 295. O valor dos bens existentes no encerramento do período de apuração poderá ser o custo médio ou o dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente, admitida, ainda, a avaliação com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 14, § 2º, Lei nº 7.959, de 21 de dezembro de 1989, art. 2º, e Lei nº 8.541, de 1992, art. 55).

Ainda, o artigo 297, do referido Decreto nº 3.000/99, trata, especificamente, dos estoques de produtos rurais, e determina que: “Os estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos poderão ser avaliados aos preços correntes de mercado, conforme as práticas usuais em cada tipo de atividade (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 14, § 4º)”. (BRASIL, 1999).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em seu pronunciamento técnico CPC 16, cujo objetivo é estabelecer o tratamento contábil para os estoques, exclui do pronunciamento a mensuração dos estoques de produtos agrícolas, citando em seu item 3, alínea b: “[...] comerciantes de commodities que mensurem seus estoques pelo valor justo deduzido dos custos de venda. Nesse caso, as alterações desse valor devem ser reconhecidas no resultado do período em que tenha sido verificada a alteração”. (CPC, 2009).

Entende-se, então, que os estoques de *commodities* podem ser mensurados pelo valor justo deduzido dos custos para venda. Por valor justo considera-se:

[...] aquele pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. (CPC, 2009).

Ainda o CPC 16 informa que a mensuração dos estoques deve ser pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

E quando se fala em valor de custo, está se referindo aos custos de aquisição que incluem o preço de compra; os impostos de importação e outros tributos; o custo de transporte; o seguro; os manuseios; entre outros; diretamente atribuíveis à aquisição de produtos deduzidos dos descontos e abatimentos, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Já por valor realizável líquido tem-se a quantia líquida que a empresa espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.

Diante do exposto, a mensuração das *commodities* pode ser feita de duas maneiras, uma pelo valor justo deduzido das despesas para venda, e outra considerando o custo comparado com o valor realizável líquido, dos dois o menor.

2.2.4.1 Definição de estoques ativos

A *Financial Accounting Standards Board* (FASB), - Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira, apresenta a seguinte definição de ativo contida nas *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) - Declarações de Conceitos da Contabilidade Financeira nº 6: “Ativos são prováveis benefícios econômicos futuros, obtidos ou controlados por uma entidade específica, como resultado de transações ou eventos passados”. (FASB, 2003, p. 1119).

O *International Accounting Standards Board* (IASB) - Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) complementa a definição de ativo dada pela FASB: “[...] um ativo é um recurso controlado pela empresa, resultante de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a empresa”. (IASB, 2003, p. 19).

Zanchet (2004, p. 46) comenta que várias bibliografias trazem a indicação de que a propriedade da coisa é a característica única e fundamental para a classificação de um item como ativo. Por sua vez, Marion (1998, p. 53) destaca que “[...] a empresa relatará como ativo só aquilo que for de sua propriedade”.

No que diz respeito aos estoques, Iudícibus et al. (1988, p. 111) reforçam a característica de propriedade para o reconhecimento como ativo:

O inventário deve abranger, como regra geral, todas as mercadorias de propriedade da empresa, quer estejam em seu poder, quer sob a custódia de terceiros, excluídas, porém, as mercadorias de propriedade de terceiros que estejam em poder da empresa. Portanto, a inclusão de mercadorias no inventário deve basear-se, como regra geral, no critério da propriedade e não da posse.

Iudícibus e Marion (2002) trazem um novo pensamento para a caracterização de um ativo:

Os tratadistas clássicos consideravam que seria a propriedade o caracterizador fundamental de um ativo. Outros achavam que a posse, mesmo sem propriedade, era a característica principal. Hoje em dia, conquanto, na maioria dos casos, se verifiquem concomitantemente propriedade e posse, pela própria diversificação e ampliação das operações econômicas, admitem-se outros critérios. Assim, o controle e a propriedade de utilização para as finalidades da empresa, mesmo sem a propriedade

efetiva, caracterizam, hoje, o ativo, já de forma bastante universal. (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 152).

Percebe-se que, na atualidade, a caracterização de ativo tornou-se mais difundida, passando a considerar como ativo os bens que estão de posse da empresa, mas que ainda não foram adquiridos, ou pertencem a terceiros e estão somente depositados.

O pronunciamento técnico do CPC 16 (2009), item 6, apresenta a seguinte definição para os estoques:

Estoques são ativos:

- (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformação no processo de produção ou na prestação de serviços.

Este trabalho não tem por finalidade mensurar o valor dos estoques de produtos de terceiros que estão à disposição do produtor na mesma forma e quantidade que foi inicialmente depositada, mas sim a utilização do mesmo sem que ocorra a compra do produtor. Desse modo, propõe-se, a seguir, explicar a definição de estoques passivos.

2.2.4.2 Definição de estoques passivos

A *Financial Accounting Standards Board* (FASB) apresenta a seguinte definição de passivo contida no *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 6 (FASB, 2003):

Passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma dada entidade, quanto a transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados.

De acordo com o Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1994, p. 101), passivos correspondem às “[...] obrigações assumidas por uma empresa de entregar a terceiros parte do seu ativos ou lhes prestar serviços”.

Já, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 287), passivos são “[...] obrigações ou compromissos de uma empresa no sentido de entregar dinheiro, bens ou serviços a uma empresa ou organização externa em alguma data futura”.

Diante de tais definições, surge a dúvida entre obrigação e compromisso, que é sanada pelo comentário do IASB (2002), que distingue obrigação presente e compromisso futuro. A primeira está baseada quando da entrega ou da assinatura de um contrato irrevogável de aquisição de ativo ou prestação de serviço, logo, não dá à empresa liberdade de evitar o desembolso. Já o segundo resulta da intenção da administração da entidade em adquirir um ativo ou serviço, o que em sua natureza não constitui uma obrigação presente.

Nesse contexto, Ludícibus (2000, p. 146) menciona que, além das obrigações para a entidade, surgem também fatos contingentes que podem ou não acontecer, ou seja, está relacionado a eventos futuros. Estas exigibilidades, com uma probabilidade de ocorrência, deveriam ser registradas como passivo, evidenciando melhor a situação da entidade.

Para se obter uma definição mais apropriada, faz-se necessário emendar a definição do IASB à observação feita por Ludícibus em relação aos fatos contingentes com uma probabilidade de ocorrência.

As definições abordadas ressaltaram que o passivo deve ser registrado desde que haja, no presente, uma obrigação proveniente de um evento passado, podendo ser decorrente da aquisição de bens, serviços ou de fatos contingentes com uma provável probabilidade de ocorrência no futuro.

A FASB, em seu pronunciamento SFAC 6 apud (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 286), relaciona três características essenciais para o registro do passivo, a saber:

1. Contém uma obrigação ou responsabilidade presente com uma ou mais entidades, prevendo liquidação pela transferência futura provável ou pelo uso de ativos numa data especificada ou determinável, na ocorrência de um evento predeterminado, ou assim que seja solicitada.

2. A obrigação ou responsabilidade compromete dada entidade, permitindo-lhe pouca ou nenhuma liberdade para evitar o sacrifício futuro.
3. A transação ou outro evento que obriga a entidade já ocorreu.

O IBRACON (1994, p. 102), em seu pronunciamento IX – Passivo Exigível, também estabelece características para o registro dos passivos, conforme descrito:

1. Uma obrigação existe no presente em decorrência de transações passadas.
2. A obrigação é passível de mensuração monetária por uma quantia definida ou razoavelmente estimada.
3. O credor e a data em que a obrigação torna-se exigível são conhecidos ou podem ser estimados com razoabilidade.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 286) salientam, ainda, que “[...] se alguma das características mencionadas pelo FASB estiver ausente, um passivo contábil não poderá ser reconhecido”.

Analisando-se as características mencionadas, nota-se diferenças e igualdades que se complementam, inclusive a observação efetuada por Hendriksen e Van Breda também é válida para as características citadas pelo IBRACON.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 286), a primeira característica enumerada pela FASB é uma combinação de obrigação presente, sendo entre entidades e a existência de um evento no qual a obrigação será cumprida.

Embora o conceito de obrigação entre entidades, ou seja, entre pessoas físicas ou jurídicas, ser óbvio atualmente, no passado, antes do advento do SFAC 6, as entidades efetuavam autosseguro de seus próprios bens como uma forma de melhorar o seu patrimônio, creditando-se despesa e criando créditos diferidos.

Outro ponto citado pela FASB é a existência de um evento no qual a obrigação será cumprida, em outras palavras, que uma dívida não pode ser considerada como passivo a menos que a data de sua extinção possa ser estimada com razoabilidade, conforme menciona a terceira característica do IBRACON, o qual destaca, ainda, a necessidade de o credor ser razoavelmente identificado.

A segunda característica da FASB permite demonstrar-se claramente que as obrigações ou deveres legais, equitativos e construtivos terão de ser liquidados e a entidade não deverá evitá-los.

Já a terceira característica citada pela FASB, apesar de confusa ao relatar que a transação ou outro evento que obriga a entidade já ocorreu, pretende dizer que não basta a intenção da entidade em comprar um bem para o reconhecimento de um passivo.

O IBRACON destaca, na segunda característica de passivo, a necessidade da mensuração, em que a avaliação é um processo de atribuição de valores monetários às dívidas, ou seja, mensuração dos passivos.

De acordo com artigo nº 184 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404 de 1976, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o passivo deve ser avaliado por meio dos seguintes critérios:

1. As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, [...], serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.
2. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusulas de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.
3. As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (BRASIL, 2009).

O primeiro critério de avaliação de passivo, citado anteriormente, quando aponta “riscos, conhecidos ou calculáveis”, abre precedente para a inclusão de provisões e estimativas.

O terceiro critério de avaliação do passivo será correspondente ao do ativo, ou seja, será contabilizado a valor presente das obrigações de longo prazo com terceiros e, quando relevante, as de curto prazo; além disso, adota-se a obrigatoriedade do reconhecimento do passivo correspondente aos arrendamentos mercantis financeiros, em contrapartida com a contabilização do bem arrendado no imobilizado da empresa.

Para complementar o que determina o terceiro critério para avaliação do passivo, Ludícibus (2000), Hendriksen e Van Breda (1999), já consideravam que os passivos monetários deveriam ser evidenciados a valor presente no balanço. E para se efetuar o desconto a valor presente, torna-se necessário o conhecimento de três variáveis: a importância a ser paga; a taxa de juros; e o período referente à data dos pagamentos. Porém, no caso de passivos circulantes, se a diferença entre o valor a

ser pago no vencimento e o valor presente não for relevante, deve-se optar pelo valor nominal.

Os comentários e as afirmações acima se referem ao momento do reconhecimento do passivo, que deverá levar em consideração alguns critérios, como ressaltam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 413), “A obrigação surge quando se obtém o direito de utilização dos bens e serviços”.

Zanchet (2004, p. 53), por sua vez, comenta que, tomando-se por base a utilização da coisa depositada pelo depositário, “[...] caracterizaria que os serviços produzidos pelo seu uso estariam sob o controle exclusivo do depositário, o que resultaria na possibilidade do reconhecimento de um ativo tendo em contrapartida o reconhecimento de um passivo”.

Nessa perspectiva, para uma empresa que recebe e comercializa *commodities*, no momento da venda de um produto que ainda não foi incorporado ao seu estoque próprio, surgirá uma obrigação com os depositários que deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

Então, as cooperativas podem e fazem a venda de produtos que estão em seu poder, antes de adquirir do cooperado, e esta aquisição deve ser lançada como uma obrigação no passivo ao valor presente, como previsto na Lei nº 11.941/09, por se tratar de um valor relevante.

2.2.5 Evidenciação

Um dos objetivos da contabilidade é a evidenciação (*disclosure*) para garantir aos usuários a informação completa e confiável sobre a situação da empresa.

Goulart (2003, p. 58) descreve o que vem a ser o termo evidenciação:

Para o entendimento da evidenciação, vale reportar-se ao termo na língua inglesa, *disclosure* (ou, na forma verbal, *to disclose*), o qual podemos separar em duas partes: (i) ‘dis’, que representa uma negativa (similamente, na língua portuguesa, ao ‘dis’ de discordar, antônimo de

concordar) e (ii) 'closure', com a conotação de 'fechamento'. Assim, o *disclosure* pode ser entendido como o oposto de fechamento, significando a 'abertura' da empresa por meio da divulgação de informação, garantindo a transparência corporativa diante do público e dos participantes do mercado.

Nota-se que a evidenciação (*disclosure*) corresponde à divulgação de informações sobre a empresa. Este entendimento é reforçado por Marion, Ludícibus e Pereira (2001, p. 88):

O processo pelo qual a empresa apresenta todas as informações que permitam a avaliação de sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas devem, ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros complementares.

Nem todas as informações necessárias aos usuários para a tomada de decisão estão visíveis nas demonstrações, sendo necessárias informações adicionais, que são divulgadas por meio de notas explicativas, relatório de gestão, e no caso das cooperativas por intermédio do relatório de atividades.

Ainda, Marion, Ludícibus e Pereira (2001, p. 88) caracterizam a evidenciação da informação com relação à quantidade desta necessária ao usuário:

Com relação à "quantidade", muitas expressões e conceitos têm sido utilizados; alguns falam em evidenciação adequada (*adequate disclosure*), outros ainda em evidenciação justa (*fair disclosure*), e outros ainda em evidenciação plena (*full disclosure*). Na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos; toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. Vários métodos de realizar a evidenciação estão disponíveis: forma e apresentação das demonstrações contábeis; informação das demonstrações contábeis; informação entre parênteses; notas de rodapé [explicativas]; quadros e demonstrativos suplementares; comentários do auditor; e relatório da diretoria.

As informações são divulgadas por vários métodos, seja mediante demonstrações ou por meios de detalhamento das demonstrações. E, ainda, para uma divulgação apropriada devem ser respondidas algumas questões, conforme

destacam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511): “1. A quem deve ser divulgada a informação? 2. Qual é a finalidade da informação? 3. Quanta informação deve se divulgada?”

Diante de tais questões, a maioria das empresas do setor privado, que não tem a participação do poder público, acaba divulgando aos usuários apenas as informações estritamente necessárias, ou seja, divulga as demonstrações obrigatórias, como: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do fluxo de caixa; notas explicativas; entre outras exigidas para cada tipo de empresa.

Para Silva (2004, p. 34) *disclosure*, evidenciação, ou revelação, é “[...] qualquer informação divulgada pela companhia, que auxilie aos analistas dos estados financeiros a conhecerem mais profundamente, a situação econômica, financeira e até mesmo, social de uma organização”.

O CFC na NBC T 6.1 trata da forma de apresentação das demonstrações contábeis da entidade e, nesse caso, cita os meios de divulgação:

- a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades;
- b) a remessa das demonstrações contábeis a titulares do capital, associados, credores, órgãos fiscalizadores ou reguladores, bolsa de valores, associações de classe, entidades de ensino e pesquisa, e outros interessados;
- c) a comunicação de que as demonstrações contábeis estão à disposição dos titulares do capital, associados e demais interessados, em local ou locais identificados. (CFC, 2008, p. 158).

Esses meios podem ser entendidos como compulsórios, quando decorrer de disposições legais, regulares ou regimentares, ou voluntários quando iniciativa da própria entidade. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Observa-se que os órgãos como o CFC, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) entre outros, tornam algumas divulgações obrigatórias.

Assim sendo, as cooperativas estão obrigadas a fazer a divulgação das suas demonstrações de acordo do o art. 44 da Lei nº 5.764/71:

Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
- a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. (BRASIL, 1971).

As cooperativas têm, portanto, como obrigação compulsória, a apresentação do balanço e da demonstração das sobras ou perdas e, como notas explicativas, o relatório da gestão que deverá ter um enorme grau de detalhamento das contas do balanço para que se possa conhecer a situação real da cooperativa.

Esse detalhamento diz respeito às quantidades de produtos agrícolas adquiridos e em estoques, aos produtos de cooperados não adquiridos ainda e às vendas antecipadas desses produtos, apresentados no balanço como provisão para fixação de produtos agrícolas.

2.3 GESTÃO DE RISCOS

Os riscos são inerentes a cada ramo de atividade, e cada empresa deve saber administrá-los. Para a gestão desses riscos, houve adaptações das políticas de crédito, que passaram a considerar a massa crítica da análise, a qual leva em consideração vários aspectos, tais como: a grande quantidade de informações; a estatística aplicada a finanças; a ciência do risco versus ganhos; a avaliação técnica, da análise de perdas potenciais; o *feeling* e a visão estratégica do mercado; e a economia. Dessa forma, a cultura de crédito vem sendo incluída no mundo empresarial e na sociedade consumidora.

Nota-se, portanto, que são utilizadas várias ferramentas para se reduzir os riscos e aumentar o retorno sobre os investimentos e as operações, sendo considerado por alguns especialistas de mercado, o prazo de retorno de uma aplicação um importante indicador de risco.

Segundo Gitman (2004, p. 184), “[...] risco é a possibilidade de perda financeira. [...] alguns riscos afetam diretamente tanto os administradores financeiros como os acionistas”.

Já, para Groppeli e Nikbakht (1998, p. 72):

“O risco é definido como o desvio dos resultados esperados em termos de uma média ou valor esperado. [...] As chances de obter lucro ou prejuízo podem ser altas, dependendo do grau de risco (variabilidade dos retornos esperados) associado a um dado investimento”.

Observa-se que existe uma relação entre o nível de risco e os ganhos ou perdas esperadas, ou seja, quanto maior o retorno desejado maior será o risco de se ter um grande lucro ou um grande prejuízo.

Os riscos da empresa ainda podem ser divididos em operacional e financeiro, conforme se observa no Quadro 4.

Riscos específicos da empresa	descrição
Risco operacional	A possibilidade de que a empresa não seja capaz de cobrir seus custos de operação. Seu nível é determinado pela estabilidade das receitas da empresa (fixos) e pela estrutura de seus custos operacionais (variáveis).
Risco financeiro	A possibilidade de que a empresa não seja capaz de saldar suas obrigações financeiras. Seu nível é determinado pela previsibilidade dos fluxos de caixa operacional e suas obrigações financeiras com encargos fixos.

QUADRO 4 – Riscos específicos da empresa.

Fonte: Adaptado de Gitman (2004, p. 185).

Todas as manobras para obter-se maiores rendimentos, ou retornos sobre os investimentos são demonstradas por meio de números nas demonstrações contábeis, ou seja, é por meio desta que se mede o risco, com base na variabilidade dos retornos.

Para Gitman (2004, p. 184), “[...] o retorno é o ganho ou a perda total sofrido por um certo investimento em certo período”.

Segundo Ross, Westerfield e Jaffe (2002, p. 241), “[...] a parcela inesperada do retorno – aquela parcela que resulta de surpresa – é o verdadeiro risco de

qualquer investimento. Afinal de contas, se recebêssemos o que esperávamos, não haveria risco ou incerteza”.

Os riscos, de acordo com Hoji (2004), também são divididos, segundo a sua natureza, em operacional e financeiro, conforme aponta o Quadro 5.

Riscos empresariais	descrição
Risco de natureza operacional	Inerentes às atividades de operações, e podem ser causados por catástrofes, fraudes, falha humana, produtos e serviços, legislação etc., ou até problemas de imagem. Exemplos: perda material; responsabilidade civil; saúde, vida e acidentes pessoais; assistência técnica gratuita; lucros cessantes; crédito; perda de mercado por obsolescência tecnológica; gestão ineficaz ou fraudulenta; falta de competitividade ou de agilidade operacional.
Risco de natureza financeira	(englobando, nesse caso, os riscos de natureza econômica) podem exercer impacto sobre os ativos e passivos financeiros, bem como sobre os preços futuros, em nível considerável e inesperado, e podem causar grandes prejuízos financeiros. Exemplos: aumento inesperado e considerável do preço da matéria-prima; redução forçada do preço de venda; aumento ou redução inesperada e considerável da taxa de câmbio; aumento ou redução inesperada e considerável da taxa de juros; não-ocorrência do aumento ou da redução da taxa de juros em nível esperado.

QUADRO 5 – Riscos empresariais.

Fonte: Adaptado de Hoji (2004, p. 232-233).

Os riscos correspondem, portanto, a situações de incerteza e inesperadas tanto de natureza operacional como financeira, em que parte dos riscos de natureza operacional poderão ser minimizados por meio de contratação de seguro. Já os de natureza financeira poderão ser minimizados por meio de *hedging*.

Hoji (2004, p. 232) destaca, ainda, que “[...] a gestão de riscos é um processo por meio do qual são tomadas decisões de aceitar um perigo em potencial conhecido ou de minimizá-lo, com a utilização de instrumentos apropriados”. Um dos instrumentos para a gestão dos riscos será tratado, neste trabalho, no item 2.3.5 *Hedge*.

Para Assaf Neto e Silva (1997), os riscos estão associados ao retorno, e nas decisões financeiras incluem o capital de giro de uma empresa que envolve uma boa

administração dos seus ativos e passivos, equilibrando as obrigações financeiras, em que os ativos não financeiros se transformarão em financeiros nos mesmos prazos que os passivos são exigidos financeiramente.

Dessa forma, existe o risco de aumento ou diminuição do capital de giro quando da venda antecipada dos produtos agrícolas sem saber por qual preço será adquirido o produto no futuro, que poderá ser superior ao vendido anteriormente.

Esse risco fica difícil de ser calculado, quando a venda é efetuada sem um estudo do mercado, simplesmente vendendo o produto para suprir o fluxo de caixa da empresa, sendo considerada uma forma rápida de levantamento do capital de giro.

Nesse sentido, o próximo capítulo trata da relevância da informação contábil para a gestão de riscos dos negócios da empresa.

2.3.1 Relevância da informação contábil

As entidades com ou sem fins lucrativos buscam e aplicam recursos para atingir seus objetivos para os quais foram constituídas e precisam das mais variadas informações. Segundo Barbalho (2005, p. 56), essas informações são:

[...] os montantes aplicados no negócio, os recursos disponíveis, a necessidade de capital de giro, os valores contraídos a títulos de empréstimos e financiamentos e seus vencimentos e atualizações, os resultados obtidos com a utilização desses recursos e as perspectivas futuras.

Os investidores, os bancos, os fornecedores, os clientes, o governo e os empregados, entre outros, também necessitam de informações, as quais são extraídas da contabilidade que as empresas, independentemente do tamanho, oferecem.

Hornigren, Sundem e Stratton (2004, p. 4) ressaltam:

O objetivo básico da informação contábil é ajudar alguém a tomar decisão. Esse alguém pode ser o presidente de uma empresa, o gestor de produção, o administrador de um hospital, ou de uma escola, ou um investidor – a lista poderia estender-se bastante. Independentemente de quem esta tomando a decisão, o entendimento da informação contábil propicia a tomada de uma decisão melhor e mais bem fundamentada.

A informação contábil é de suma importância, pois tem como objetivo, dentro da organização, auxiliar os gestores na tomada de decisão. Desse modo, os gestores são dependentes do recurso que corresponde às informações, consideradas a matéria-prima no processo de tomada de decisão. A esse respeito Guerreiro (1999, p. 317) destaca que:

Os sistemas de informações contábeis devem ser configurados de forma a atender as necessidades informativas de seus usuários, bem como incorporar conceitos, políticas e procedimentos que motivem e estimulem o gestor a tomar as melhores decisões para a empresa.

A informação contábil é relevante quando pertinente à questão a ser analisada. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 97), a informação relevante pode ser analisada de três maneiras, as quais se complementam ao afetar as metas, a compreensão (semântica) e as decisões, conforme se observa no Quadro 6.

Relevância	Alcançada
Para metas	Quando a informação permite que as metas dos usuários sejam atingidas. - determinação difícil quando as metas são subjetivas
Semântica	Quando o destinatário da informação compreende o significado pretendido da informação divulgada. - um pré-requisito essencial, mas não um objetivo primordial.
Para tomada de decisões	Quando a informação facilita a tomada de decisões pelos usuários. - este é o objetivo primordial para o FASB

QUADRO 6 – Relevância.

Fonte: Adaptado de Hendriksen e Van Breda (1999, p. 97).

Entende-se, então, que a informação contábil é relevante sob vários aspectos, ou seja, não só para a tomada de decisão, mas para a verificação do cumprimento de metas – “o *feedback*” – ajudando o usuário a compreender o significado da informação, fazendo previsão sobre eventos passados, presentes e futuros.

No caso das cooperativas que vendem produtos antecipadamente, estas terão como informação relevante o valor das provisões que são registradas no passivo circulante, como provisão para fixação de produtos agrícolas.

O Conselho Federal de Contabilidade, em sua Resolução nº 1.121/2008 (CFC, 2008), trata da relevância das informações contábeis, considerando a sua natureza e a materialidade, conforme os itens 29 e 30:

29. A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. Por exemplo, reportar um novo segmento em que a entidade tenha passado a operar pode afetar a avaliação dos riscos e oportunidades com que a entidade se depara, independentemente da materialidade dos resultados atingidos pelo novo segmento no período abrangido pelas demonstrações contábeis. Em outros casos, tanto a natureza quanto a materialidade são importantes; por exemplo: os valores dos estoques existentes em cada uma das suas principais classes, conforme a classificação apropriada ao negócio.

30. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção. Assim, materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil. (CFC, 2008).

Observa-se, com base na referida Resolução, que a informação pode ser considerada relevante tanto do ponto de vista da natureza como da materialidade, podendo apresentar-se em separado ou em conjunto. Entendendo-se que a informação deve proporcionar benefícios superiores a seu custo para obtenção.

A contabilidade – sendo a responsável pela informação contábil, conhecida como a linguagem dos negócios, pois cada usuário tem sua área de interesse, e os objetivos nem sempre são comuns – deve, então, direcionar a estes usuários internos e externos informações suficientes que podem ser consideradas sob o ponto de vista contábil-financeiro, gerencial e econômico.

A contabilidade, do ponto de vista contábil-financeiro, segundo Ludícibus (2000, p. 44), trata-se de:

Uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil em suas necessidades

informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da contabilidade.

Esses mecanismos próprios, para atender os estímulos dos vários setores da economia compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, entre outras demonstrações que são comparadas para verificação das variações e de como os recursos foram utilizados. Além disso, é divulgado no balanço o valor da provisão para fixação do preço dos produtos agrícolas.

Dessa forma, a informação contábil é relevante e necessária à tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

2.3.2 Confiabilidade da informação contábil

A confiabilidade é a característica que permite que o usuário aceite a informação contábil e a utilize para a tomada de decisões, configurando-se, pois, como elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em sua Resolução nº 1.121/2008 (CFC, 2008) trata da confiabilidade das informações contábeis conforme se observa nos itens 31 e 32:

31. Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar.

32. Uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis. Por exemplo, se a validade legal e o valor de uma reclamação por danos em uma ação judicial movida contra a entidade são questionados, pode ser inadequado reconhecer o valor total da reclamação no balanço patrimonial, embora possa ser apropriado divulgar o valor e as circunstâncias da reclamação.

Salienta-se, ainda, que esta Resolução aborda a confiabilidade considerando a Representação Adequada, a Primazia da Essência sobre a Forma, a Neutralidade, a Prudência e a Integridade como elementos necessários para que as informações sejam confiáveis, como apresentado nos itens 33 a 38:

Representação Adequada

33. Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar. Assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento.

34. A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de não ser uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Isso pode decorrer de dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos. Em certos casos, a mensuração dos efeitos financeiros dos itens pode ser tão incerta que não é apropriado o seu reconhecimento nas demonstrações contábeis; por exemplo, embora muitas entidades gerem, internamente, ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura ao longo do tempo (*goodwill*), é usualmente difícil identificar ou mensurar esse ágio com confiabilidade. Em outros casos, entretanto, pode ser relevante reconhecer itens e divulgar o risco de erro envolvendo o seu reconhecimento e mensuração.

Primazia da Essência sobre a Forma

35. Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de um certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada.

Neutralidade

36. Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As demonstrações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

Prudência

37. Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo

exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis. Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

Integridade

38. Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância. (CFC, 2008).

A informação, para ser confiável, deverá, portanto, ser fundamentada na veracidade, ser completa na forma de apresentação, na qual foi aplicada a prudência em relação aos fatos registrados, priorizando a essência sob a forma.

2.3.3 Processo de gestão da cooperativa

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, regulada por lei especial, que se destina unicamente à prestação direta de serviços aos seus cooperados, em que o cooperado é, ao mesmo tempo, dono e usuário da entidade.

Nesse sentido, Proner (2005, p. 38) comenta que:

A gestão nas sociedades cooperativas vai um pouco além da atuação em nível interno da empresa, pois otimizar as relações com os seus sócios no tocante a recursos, a operação, a produção e aos serviços, e o comportamento do ambiente externo (o sócio) impacta dentro das cooperativas, uma vez que as propriedades dos associados são um prolongamento da própria cooperativa.

Este tipo de sociedade, desde a sua fundação, deve especificar claramente os seus propósitos, orientar os cooperados de suas finalidades e modelo de gestão, para que estes, concordando com a política adotada, sejam capazes de entender e interferir na orientação das atividades da cooperativa, para benefício dos próprios cooperados, evitando que a sociedade seja dominada por poucas pessoas.

O grupo gestor deve ter por objetivo uma forma de administrar bem o que é de todos os associados, estes têm a responsabilidade de operacionalizar a cooperativa, levando a mesma a obter êxito, preservando a imagem da sociedade. Este tipo de administração também é entendido como autogestão, uma forma democrática de tomada de decisões.

Pereira (1993, p. 131) expõe que:

[...] a autogestão cooperativista é a administração da cooperativa que resulta da participação de todos ou da maioria dos cooperados. É cada cooperado sentindo que o único responsável pelo sucesso ou fracasso de sua cooperativa é o quadro social, ou seja, ele próprio, uma vez que também está incluído.

Como já comentado, a autogestão é executada pelos cooperados que são donos e usuários da sociedade, com objetivos definidos em estatuto social, para que foram constituídas por meio do Conselho de administração e Conselho fiscal, eleitos em Assembleia geral dos cooperados.

Esse conselho de Administração é quem representa os cooperados, cabendo-lhe as decisões para operacionalização da cooperativa, ou seja, as vendas de produtos antecipadamente ou busca de capital de giro em instituições financeiras. Vale lembrar que todos os cooperados são solidários para com as boas e más decisões da diretoria.

2.3.4 Formação do capital de giro da cooperativa

O capital inicial das cooperativas é integralizado em cotas-partes, nas quais cada associado tem que integralizar o mesmo valor, ou seja, o valor da cota-parte é único para iniciar-se na entidade.

A sociedade cooperativa opera no mercado, no qual pode contrair empréstimos, financiamentos, comprar a prazo, para financiar o seu capital de giro. O capital de giro pode prover das sobras que, por sua vez, podem ser incorporadas

ao capital de cada associado, ou reservas que são formadas para não distribuir todas as sobras.

Segundo Gitman (2004 p. 510), o capital de giro são os ativos circulantes e “[...] representam a proporção do investimento total na empresa que circula, de uma forma para outra, na condução normal das operações”.

Para Assaf Neto e Silva (1997, p. 15):

O capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado.

Ainda, de acordo com Assaf Neto e Silva (1997), o capital de giro pode ser dividido em dois segmentos, como se observa, a seguir, no Quadro 7.

segmentos	descrição
Fixo ou Permanente	Refere-se ao volume mínimo de ativo circulante necessário para manter a empresa em condições normais de funcionamento.
Variável ou Sazonal	É definido pelas necessidades adicionais e temporais de recursos verificadas em determinados períodos e motivadas, principalmente, por compras antecipadas de estoque, maior morosidade no recebimento de clientes, recursos disponível em trânsito, maiores vendas em certos meses do ano etc.

QUADRO 7 – Segmentos do capital de giro.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Silva (1997, p. 15).

O volume de capital de giro necessário para o funcionamento da empresa pode ser, então, denominado de capital de giro fixo. Já o capital de giro variável surge com o aumento do contas a receber, que é o caso do atraso nos recebimentos.

As cooperativas agropecuárias têm à sua disposição, no caso da variação do capital de giro, a prerrogativa de buscar capital de giro nas vendas antecipadas dos produtos de cooperados.

Compete, nesse caso, ao conselho de administração da cooperativa, administrar as contas dos elementos de giro, ou seja, transformar os ativos circulantes, tais como, os estoques, o contas a receber, em disponível antes do

vencimento do passivo circulante, para não precisar buscar formas alternativas de financiamento desses elementos.

Um dos métodos que permite avaliar e conhecer a estrutura financeira da empresa, segundo Assaf Neto e Silva (1997), é conhecido como Necessidade de Investimento em capital de Giro (NIG). Este método consiste em separar os ativos e os passivos circulantes em operacional e financeiro, por meio do qual se apura a necessidade de investimento em capital de giro pela diferença entre o ativo e o passivo operacional.

ATIVO		PASSIVO		
C I R C U L A N T E	F i n a n c e i r o	Caixa e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos Bancários Financiamentos Duplicatas Descontadas Dividendos e IR	C I R C U L A N T E
	O p e r a c i o n a l	Duplicatas a Receber Estoques Adiantamentos e Despesas de competência do Exercício Seguinte	Fornecedores Salários e Encargos Impostos e Taxas Adiantamentos a Clientes	
N Ã O C I R C U L A N T E		Realizável a Longo prazo Investimento Fixo	Exigível a Longo Prazo Patrimônio Líquido	N Ã O C I R C U L A N T E

QUADRO 8 Os grupos patrimoniais operacionais, financeiro e permanente.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Silva (1997, p. 54).

Após a separação do ativo e passivo circulante em operacional e financeiro, basta subtrair do ativo operacional o passivo operacional e, se este for positivo, haverá a necessidade de investimento em capital de giro.

As fontes de capital de giro são, a princípio, os passivos circulantes. Segundo Hoji (2004, p. 120):

Algumas fontes são geradas pelas próprias operações, tais como duplicatas a pagar aos fornecedores, impostos a recolher, salários e encargos sociais a pagar. Outras são provenientes de atividades financeiras, como os financiamentos e empréstimos bancários.

Assim sendo, se a cooperativa dispuser de recursos financeiros para o giro da atividade, provindos de fora do passivo circulante, terá um alívio financeiro, e estas fontes compreendem o passivo não circulante (corresponde aos financiamentos a longo prazo) e o capital próprio (formado pelo capital e pelas reservas), uma vez que não pode manter sobras do exercício sem destinação, ao contrário das empresas que mantêm saldos em lucros acumulados.

Para Ludicibus et al. (2006, p. 228), o valor do capital de giro é obtido da diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, como se observa pela afirmação: “Se do total do *Ativo Circulante* for subtraído o total do *Passivo Circulante*, ter-se-á o que se denomina *Capital Circulante Líquido*, também chamado *Capital de Giro Líquido*”

As cooperativas podem, portanto, buscar recursos fora da empresa para aumentar o capital de giro. Podem, também, deixar de distribuir as sobras do exercício com o intuito de aumentar seu capital circulante, sobras provenientes das atividades operacionais. Além disso, podem vender os produtos que estão em seu poder, sem a devida aquisição do cooperado, fazendo a cobertura de suas obrigações urgentes.

Essa venda de produtos é uma alternativa para a cooperativa injetar dinheiro em seu caixa sem precisar de avais ou autorização.

Esta situação deve ser bem administrada para não comprometer todas as fontes de financiamento, pois, como afirma Assaf Neto e Silva (1997, p.13), “[...] uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em sérios

problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência”.

A venda de produtos agrícolas do cooperado que está em poder da cooperativa deve, portanto, ser atrelada a uma garantia de minimização de riscos, pois estes produtos têm o seu preço ditado pelo mercado de *commodities* e não por preços locais, que de uma hora para outra poderão sofrer uma grande queda ou uma grande alta, prejudicando a compra desses produtos que já foram vendidos.

2.3.5 Hedge

As empresas contam com um instrumento financeiro para a gestão de riscos de mercado, que é chamado de derivativos, evitando ou minimizando os desvios indesejáveis em relação aos objetivos projetados.

Para Ross, Westerfield e Jaffe (2002 p. 558), “[...] um derivativo é um instrumento financeiro cujos resultados e valores derivam ou dependem de alguma outra coisa. Frequentemente, essa outra coisa de que depende o derivativo é o ativo primitivo ou objeto”.

As operações com os derivativos visam quatro objetivos principais – proteção (*hedge*), alavancagem, especulação e arbitragem – os quais se encontram a seguir descritos:

Hedge: é como se fosse um seguro de preço. Objetiva proteger o participante do mercado físico de um bem ou ativo contra variações adversas de taxas, moedas ou preços.

Alavancagem: os derivativos têm grande poder de alavancagem, já que a negociação com esses instrumentos exige menos capital do que a compra do ativo a vista. Assim, ao adicionar posições de derivativos a seus investimentos, você pode aumentar a rentabilidade total deles a um custo menor.

Especulação: o mesmo que tomar uma posição no mercado futuro ou de opções sem uma posição correspondente no mercado a vista. Nesse caso, o objetivo é operar a tendência de preços do mercado.

Arbitragem: significa tirar proveito da diferença de preços de um mesmo produto negociado em mercados diferentes. O objetivo é aproveitar as discrepâncias no processo de formação de preços dos diversos ativos e mercadorias e entre vencimentos. (BM&FBOVESPA, [2009]).

Observa-se que o *hedge* é uma proteção das variações dos preços de bens ou ativos, e que participam deste mercado. Desse modo, tem-se: os *hedgers*, com o objetivo de proteger-se contra as oscilações de preços; os arbitrageiros que têm como meta o lucro, mas sem assumir riscos; e os especuladores que assumem o risco de mercado, ou seja, compram e vendem contratos futuros, ganhando apenas o diferencial entre a compra e a venda, sem interesse pelo ativo físico.

De acordo com Hoji (2004, p. 235):

O *hedge* consiste em assumir uma posição no mercado, de forma que os resultados econômicos e financeiros sejam do mesmo valor absoluto, mas de sentido oposto aos produzidos pelos ativos ou passivos de risco em questão, anulando ou minimizando eventuais variações em seus preços.

O mercado de derivativos pode ser dividido em quatro tipos: o mercado a termo, mercado futuro, mercado de opções e mercado de *swap*.

Mercado Futuro

Aquele em que as partes assumem compromisso de compra e/ou venda de determinada quantidade e qualidade padronizadas de um ativo financeiro ou real, representada por contratos padronizados para liquidação (física e/ou financeira) em data futura. Nesse mercado existe o ajuste diário. Esse é o mecanismo que possibilita a liquidação financeira diária de lucros e prejuízos das posições, viabilizando a troca de posições.

Mercado a Termo

Aquele em que as partes assumem compromisso de compra e/ou venda de contratos padronizados para liquidação física e financeira em data futura, ficando as partes, compradora e vendedora, vinculadas uma à outra até a liquidação do contrato.

Mercado de Opções

Aquele em que uma parte adquire o direito de comprar (opção de compra) ou vender (opção de venda) o objeto de negociação, até ou em determinada data, por preço previamente estipulado. A outra parte, em contrapartida, assume o dever de vender (opção de compra) ou comprar (opção de venda) tal objeto de negociação, que são contratos padronizados representativos de um ativo financeiro ou de uma mercadoria no mercado disponível ou no mercado futuro.

Mercado de Swaps

Aquele em que as partes trocam um índice de rentabilidade por outro, com o intuito de fazer *hedge*, casar posições ativas (recebimento) com posições passivas (dívida), equalizar preços, efetuar arbitragem, ou até alavancar sua exposição ao risco. (PORTAL, [2009a]).

No mercado a termo, tanto o comprador como o vendedor são obrigados a cumprir o contrato no prazo. Este tipo de contrato é efetuado entre comprador e vendedor quando do pedido de compra para entrega em uma determinada data de

um objeto. Ross, Westerfield e Jaffe (2002, p. 559) comentam que “[...] um contrato a termo não é uma opção. Tanto o comprador quanto o vendedor estão obrigados a cumprir sua parte em conformidade com os termos do contrato.” Este tipo de contrato é negociado em balcão.

Já no mercado futuro há a transferência do risco da atividade a outrem, e estes contratos são negociados em bolsas de mercadoria, no Brasil BM&F. São contratos de compra e venda de uma mercadoria ou *commodities* agrícolas, de instrumentos financeiros, e ou derivativos de energia e climáticos. Um exemplo deste tipo de contrato é citado por Groppelli e Nikbakht (1998, p. 273), num contrato de 100 *bushels* de milho em que o preço à vista é de \$ 3 por *bushel*:

Aos negociadores desse mercado são requeridos depósitos antecipados, ou seja, uma margem, a qual é estabelecida pela bolsa. Essa margem consiste em 10 a 15% do valor total do contrato. Como resultado, os 100 *bushels* de milho valem \$3.000 ou (100x3), tendo uma margem de 10% que exigirá que o comprador do contrato futuro deposite \$300 de margem. O colateral para cobrir a margem pode ser dinheiro ou letras do tesouro. Se o preço do milho cair, a margem torna-se insuficiente e dinheiro adicional deve ser fornecido para manter a margem original. [...] Os limites diários são estabelecidos para cada *commodity* [...] A bolsa exige que os investidores se enquadrem na prática do ajuste diário ao preço de mercado.

Deste modo, os derivativos podem ser em contratos padronizados que são negociados em bolsa tornando-se um título com liquidez que atende às necessidades dos participantes de mercado, sendo um título intercambiável, isto é, podendo ser repassado a outros participantes do mercado e qualquer momento.

Já, os derivativos em contrato não padronizados são negociados em balcão, com baixa liquidez, nos quais se enquadram os contratos a termo. Considerado de baixa liquidez porque dificilmente o participante conseguirá transferi-lo a outra pessoa.

A gestão dos riscos é de responsabilidade dos administradores, que devem contar com a sua estrutura administrativa, financeira e operacional para mitigação destes riscos.

Para Koziol (1994, p.03):

A gestão de *Hedge* é um processo multidisciplinar que objetiva o gerenciamento dos riscos corporativos. As políticas de *hedge* envolvem *pricing* de mercados e ativos, estratégias de fusão e aquisição, operações

envolvendo contratos de seguros, gestão de fluxo de caixa e de capital de giro. Para isso contabilidade, produção, marketing, finanças, tributário e jurídico devem se envolver dentro do contexto das políticas e dos programas de *hedge* da corporação. *Hedge* não é a simples compra e venda de contratos de derivativos, é um processo prudente de seleção onde fatores regulatórios, financeiros, operacionais e volume de vendas devem ser avaliados continuamente para que todos os benefícios de uma política de controle de riscos possam ser atingidos.

As empresas que comercializam *commodities*, bem como as cooperativas agropecuárias, podem, portanto, contar com este instrumento financeiro, os derivativos, tanto no mercado a termo como no de mercado futuro, para proteger-se dos preços elevados quando da aquisição de produtos que foram vendidos antecipadamente, sem a respectiva compra do cooperado no ato da venda.

A cooperativa pode, como exemplo, vender um produto, soja, neste momento a R\$ 40,00 e firmar um contrato de compra no futuro, após seis meses, a R\$ 35,00, na qual essa diferença cobrirá os seus custos e despesas, não tendo surpresas na compra do produto do cooperado.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo evidencia a tipologia e o procedimento da pesquisa para que o objetivo seja atingido. A presente pesquisa é um estudo documental a partir da unidade de Laranjeiras da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista com a finalidade de responder a questão investigada pela pesquisa.

3.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA

A cooperativa objeto de estudo tem sua sede no município de Pedrinhas Paulista, na Avenida Brasil s/nº, fundada em 6 de novembro de 1954.

Para se conhecer a história da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista é preciso retornar à época da fundação da cidade, com a implantação da colonização agrícola, iniciada em 1952, pela a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, que implementou toda a técnica disponível, na época, para o sucesso do projeto.

A Companhia adquiriu uma grande área à margem paulista do Rio Paranapanema e a dividiu em pequenos lotes, entregando-os a cada colono italiano. Para a Companhia, coube a tarefa fundamental de orientar, fiscalizar e incentivar o imigrante italiano a fim de que obtivesse sucesso em sua missão, na produção de alimentos e produtos agrícolas para o consumo interno e a exportação.

Nesse sentido, implantou um sistema de apoio e estrutura para a sobrevivência do colono, mediante fornecimento de máquinas, implementos e bens de capital necessários à produção. Quando, devido à política governamental, a cultura do algodão tendia a ser substituída, a Companhia incentivou, em 1954, a

fundação da Cooperativa Mista Agrícola de Pedrinhas Paulista, conhecida hoje como CAP.

No início, a finalidade da Cooperativa era funcionar como uma abastecedora dos colonos, como um local de consumo, onde eram vendidos gêneros alimentícios. Ainda não sendo cogitado o interesse daquela entidade em ser transformada em um órgão puramente cooperativista.

Em 1970, com o advento da soja e do trigo, duas lavouras completamente mecanizadas, os rumos da Cooperativa de Pedrinhas e sua diretoria foram mudando. Com uma nova diretoria empossada, iniciaram-se, desta forma, os trabalhos da então remodelada Cooperativa. Em 1971, o italiano Alfredo Di Nallo ocupou pela primeira vez a presidência da Cooperativa, assumindo uma grande responsabilidade na época da transição das culturas do algodão para as de soja e trigo, visto que estas últimas, além de técnicas avançadas, necessitavam de mecanização e suporte de armazenamento para o seu desenvolvimento.

Alfredo Di Nallo foi presidente por 17 anos e fez da CAP parte de sua vida, dedicando especial atenção e um trabalho árduo para que pudesse levar a instituição ao crescimento desejado por todos. Seu trabalho à frente da CAP só foi interrompido em decorrência de sua morte, no dia 21 de setembro de 1988.

A primeira aquisição, como CAP, foi de um desencaroçador de algodão. Inicialmente, a Cooperativa contava com 94 associados, favorecidos com algumas vantagens, entre elas a distribuição, o beneficiamento e a secagem do produto. Além de toda essa assistência, competia à CAP vender a mercadoria pelo diário das cotações no mercado internacional. Quando a região decidiu pela exploração da soja e do trigo, a CAP já estava preparada, pois adquirira máquinas e implementos agrícolas para uso no plantio das novas e revolucionárias lavouras.

Em 1973, foi construído o primeiro graneleiro, com capacidade para 12 mil toneladas de estocagem. Esse mesmo graneleiro foi ampliado para 20 mil toneladas, em 1984, dando à CAP maior volume de armazenamento para a soja e o trigo.

Em agosto de 1994, após a ocorrência de geadas muito fortes na região, que afetaram drasticamente a produção da safra de milho, e com sérias dificuldades na condução dos seus negócios, a Cooperativa encontrava-se em situação econômica e financeira desequilibrada. Após a renúncia de todos os membros do Conselho de

Administração, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, em 21 de agosto de 1994, na qual fora eleita nova diretoria para realizar um trabalho de reestruturação e equilibrar a situação. Para tanto, foram obrigados a tomar medidas drásticas, como por exemplo, a dação, em pagamento de dívidas, de vários imóveis da sociedade, inclusive o Entreposto (filial) de Assis. Com a colaboração e a confiança de todos os associados, o objetivo foi alcançado.

A CAP contava, em 2008, com 637 produtores rurais em seu quadro de associados e com um efetivo de 135 funcionários. E registrou um recebimento de 2.284.378 sacas de grãos e um faturamento de US\$ 19.093.000, nas três unidades de recebimento de grãos que são: A matriz em Pedrinhas Paulista, e filiais em Florínea e em São José das Laranjeiras.

Na área de fornecimento de insumos agrícolas, a Cooperativa oferece aos associados os produtos necessários desde o plantio até a colheita, sempre com recomendação técnica de engenheiros agrônomos; além disso, a semente e os fertilizantes são submetidos a um rígido controle de qualidade.

A Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista tem por objetivo o estímulo, o desenvolvimento e a defesa dos interesses econômicos dos cooperados, desenvolvendo programas de ação basicamente com as seguintes finalidades:

- a) recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados (principalmente soja e milho);
- b) venda de insumos agropecuários, peças, implementos e mercadorias em geral para os cooperados por meio de lojas;
- c) venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros via supermercado;
- d) pesquisa e cooperação técnica nas áreas agrícolas e veterinárias; e
- e) industrialização e fornecimento de ração para pecuária em geral.

3.2 METODOLOGIA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa bibliográfica de caráter documental da filial de Laranjeiras da Cooperativa de Pedrinhas Paulista.

A pesquisa pode ser definida como a procura de resposta às indagações sobre determinado assunto, ou seja, um “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 1999, p. 42).

O método científico, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 83),

[...] é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Marconi e Lakatos (2003, p. 83) reforçam, ainda, que “[...] não há ciência sem o emprego de métodos científicos”.

Nesse sentido, na primeira parte deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos, dissertações e teses, objetivando fundamentar as bases conceituais sobre o tema que, segundo Cervo e Bervian (1983, p. 55) “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

Neste trabalho, recorrer-se-á a algumas formas clássicas da pesquisa como a parte prática de buscar a solução de um problema específico, numa abordagem qualitativa, pois serão levantadas e tabuladas as informações obtidas dos informativos de estoques a fim de se evidenciar o valor das provisões para fixação de produtos agrícolas por meio de índice das variações.

Empregar-se-á, também, o método dedutivo, na tentativa de confirmar a veracidade das hipóteses por intermédio da razão, por meio de revisão bibliográfica

sobre o assunto e levantamento das provisões de estoques negativos das cooperativas agropecuárias, bem como os efeitos sobre os resultados.

A segunda parte deste trabalho trata-se de um estudo exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema que, segundo Gil (1999, p. 43), tem por objetivo “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros”.

Considerando-se a estrutura desta pesquisa, suas etapas são as seguintes:

- a) pesquisa bibliográfica e documental;
- b) coleta das demonstrações contábeis da empresa pesquisada;
- c) coleta de relatórios e informações dos estoques e provisões; e
- d) aplicação das técnicas de análise sobre os demonstrativos coletados para verificação das variações.

Marconi e Lakatos (2000, p. 73) salientam, também, que “A metodologia é como uma arma de busca, caçada aos problemas e destruição de erros, mostrando-nos como podemos detectar e eliminar o erro, criticando as teorias e as opiniões alheias e, ao mesmo tempo, as nossas próprias”.

Esta será, também, uma pesquisa de campo de documentação direta que, de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 69), “[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e ou conhecimento acerca de um problema para qual se procura uma resposta, e ou hipótese que se queira comprovar, e ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa de caráter documental, que do ponto de vista dos objetivos será exploratória e a técnica utilizada será a coleta de documentos.

3.3 COLETA DE DADOS

É necessário aprofundar-se e conhecer a venda de produtos pela entidade estudada uma vez que a opção de venda do produto é da cooperativa e não do cooperado.

A cooperativa elabora, mensalmente, um relatório que é denominado de Informativo de estoque. Esse demonstrativo é organizado por unidade de recebimento e por produto comercializado, a saber: soja, milho e trigo.

Os relatórios são elaborados a partir de dados extraídos da contabilidade, tais como o total das compras e das vendas do mês, por meio do qual se conhece o estoque do mês anterior e, com esses dados, chega-se ao estoque do mês atual.

Esse estoque pode ser positivo ou negativo. Quando o resultado for positivo este figurará no ativo, e se for negativo, então, tem-se a provisão para fixação de preço dos produtos agrícolas, que podem ter potencial de influenciar no capital de giro da cooperativa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram coletados os relatórios dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 (Anexos A a F), a fim de se verificar o capital de giro demonstrado em balanço patrimonial.

Os informativos de estoque foram elaborados em duas colunas, a primeira traz o movimento do mês e a segunda o movimento acumulado do ano. Foram extraídas informações dos estoques negativos e tabulados para a verificação das variações existentes nas provisões efetuadas para, então, verificar-se a influência no capital de giro da cooperativa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE ANÁLISE SOBRE OS DEMONSTRATIVOS COLETADOS PARA VERIFICAÇÃO DAS VARIAÇÕES

Apresenta-se, na Tabela 3, de forma exemplificativa, um informativo do estoque utilizado pela cooperativa em estudo.

TABELA 3 - Informativo de Estoques da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade: Laranjeiras	Produto: Soja			31 maio 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ saca	Valor R\$	kg	\$ saca	Valor R\$
Estoque inicial	(3.631.978)	36,00	(2.179.186,80)			
Aquisição de cooperados	615.277	43,79	449.071,25	4.840.412	39,21	3.163.495,14
Aquisição de terceiros	82.695	44,00	60.643,05	168.118	43,64	122.274,41
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	75.000,00
Devolução de venda	-	-	-	9.562	36,00	5.737,20
Sobra técnica	-	-	-	-	-	-
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(2.934.006)	34,14	(1.669.472,50)	5.018.092	40,25	3.366.506,75
Custo produtos vendidos	405.345	40,59	274.214,35	6.845.122	36,52	4.166.373,05
C.P.V. não cooperado	82.695	44,00	60.643,05	168.118	43,64	122.274,41
Transf. emitida p/filial	-	-	220.000,00	1.061.540	58,73	1.039.131,43
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	488.040	68,21	554.857,40	8.074.780	39,59	5.327.778,89
Estoque	(3.422.046)	39,00	(2.224.329,90)			
Informativo das vendas						
Venda	488.040	45,41	369.342,23	7.013.240	37,73	4.410.665,32
Venda de resíduos	1.060	4,20	74,20	18.880	4,20	1.321,60
Soma	489.100	45,32	369.416,43	7.032.120	37,64	4.411.986,92
Estoque físico	589.435					
(-) Disponível	3.704.942					
(-) Balança	306.539			Preço ao produtor:	R\$	39,00
Saldo atual	(3.422.046)		-			

Fonte: Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista (Anexo B).

Analisando-se os informativos dos estoques da unidade de Laranjeiras da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista, verificou-se que o produto soja foi o que teve mais variação, ou seja, todos os meses do ano de 2007 e 2008 os estoques próprios ficaram negativos, conforme demonstrados na Tabela 7. Portanto, os demonstrativos de milho e trigo das unidades de Laranjeiras e de Florínea, como também o da matriz, que é em Pedrinhas Paulista, foram descartados e a análise será feita somente no estoque de soja da unidade de Laranjeiras, com a intenção de evidenciar que a venda antecipada de produto agrícola poderá influenciar no capital de giro.

Para a análise dos dados, foi elaborada uma planilha contendo o estoque negativo dos meses com o valor da provisão do próprio mês por saca de 60 kg, que foi lançado como provisão para fixação do preço de produtos agrícolas.

Já, para a verificação da variação, foram lançados na planilha os valores de aquisição do produto soja do mês seguinte ao da provisão. A diferença pode ser positiva ou negativa, a qual é ajustada mensalmente após cada encerramento do balancete de cada mês.

4.2 ANÁLISE DE DADOS

A cooperativa registra as vendas antecipadas dos produtos agrícolas, conhecida como provisão para fixação de produtos agrícolas, na conta obrigações com cooperados. Já os estoques próprios de produtos agrícolas das demais unidades, Florínea e Pedrinhas Paulista, estão registrados na conta Estoques.

Os produtos agrícolas recebidos dos produtores cooperados, a título de depósito, figuram em contas de compensação sendo dispensada a representação no Balanço Patrimonial. Entretanto, esta produção é informada em relatório de atividade com o título de Produção Agrícola Armazenada, conforme Tabela 4.

TABELA 4 – Produção Agrícola Armazenada de cooperado

Produto	Unidade	Quantidade 2008	Quantidade 2007
Milho	saca	649.365	132.215
Soja	saca	42.200	31.892
trigo	saca	15.608	11.064

Fonte: Adaptado de Relatório... (2008, p. 21).

O capital de giro da cooperativa é gerado pelos valores retidos das sobras após a destinação da AGO, e deduz-se que esses valores estão distribuídos em contas dentro do Patrimônio Líquido da cooperativa, sendo aplicadas no ativo circulante como: estoques, contas a receber, caixa e banco, aplicações financeiras, entre outras contas do ativo circulante.

Esta situação pode ser observada no balanço patrimonial da Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista apresentado nas Tabelas 5 (do ativo) e 6 (do passivo).

TABELA 5 – Balanço Patrimonial 2008 – Ativo - Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista

BALANÇO PATRIMONIAL		
EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)		
ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	417.204	1.639.819
Aplicações financeiras	23.265.536	22.371.899
Contas a receber	11.399.771	11.996.270
Estoques	12.023.806	8.200.832
Impostos e contribuições a recuperar	869.138	829.721
Outros créditos	68.955	415.403
Despesas pagas antecipadamente	29.735	28.535
	48.074.145	45.482.479
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras	100.100	66.723
Contas a receber	2.068.601	2.256.843
Bens destinados à venda	210.000	210.000
Depósitos judiciais	1.870.863	1.300.801
	4.249.564	3.834.367
Ativo permanente		
Investimentos	5.859	5.859
Imobilizado	4.475.002	4.773.308
	4.480.861	4.779.167
TOTAL DO ATIVO	56.804.570	54.096.013

Fonte: Adaptado de Relatório... (2008, p. 3-4).

TABELA 6– Balanço Patrimonial 2008 - Passivo- Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista

BALANÇO PATRIMONIAL		
EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)		
PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.536.871	1.389.103
Fornecedores	2.788.177	3.739.026
Obrigações com cooperados	4.689.911	6.020.053
Obrigações sociais e tributárias	620.700	840.975
Provisão para férias e encargos	333.389	291.291
Capital a restituir	122.543	109.464
Outras obrigações	81.007	717.491
	10.172.598	13.107.403
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.803.155	1.889.873
Provisões para contingências	3.778.074	3.857.590
	5.581.229	5.747.463
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	994.148	935.940
Reserva de equalização	2.402.509	2.402.509
Reserva de sobras inflacionárias	1.086.226	1.086.226
Reserva legal	31.745.449	27.988.561
Reserva de assistência técnica, educacional e social	1.333.259	737.760
Sobras à disposição da AGO	3.489.152	2.090.151
	41.050.743	35.241.147
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.804.570	54.096.013

Fonte: Adaptado de Relatório... (2008, p. 3-4).

A cooperativa objeto deste estudo tem o seu capital de giro formado em 2008 por caixa e bancos que representam R\$ 417.204,00, por aplicações financeiras no valor de R\$ 23.265.536,00, por contas a receber no valor de R\$ 11.399.771,00, estoques no valor de R\$ 12.023.806,00, e demais contas no valor de R\$ 938.093,00, totalizando um capital de giro no valor de R\$ 48.044.410,00, menos as despesas pagas antecipadamente, na qual grande parte desse capital de giro provém da reserva legal no valor de R\$ 31.745.449,00. O fundo de reserva legal é formado pela retenção de 30% (tinta por cento) das sobras apuradas em cada período (ano).

A cooperativa funciona como um depósito para o cooperado, na qual ele guarda o seu produto, aguardando a melhor cotação para venda do mesmo.

O que diferencia a cooperativa dos demais depósitos é que esta está liberada da emissão de documentos como o conhecimento de depósito ou *warrants* quando do produto recebido do cooperado.

A cooperativa é um depósito irregular, uma vez que recebe mercadorias que são comuns, e com cotação no mercado de *commodities*, e que se forem devolvidas será no mesmo gênero, qualidade e quantidade, não tendo marca, modelo, cor, dessa forma não tem que ser na mesma forma que recebeu.

Trata-se de um depósito voluntário, pois o cooperado não é obrigado a levar toda a sua produção à cooperativa, sendo facultada a venda direta ou estocagem em seu armazém próprio como pode ser observado pelos produtos agrícolas em armazém da cooperativa demonstrado na Tabela 4, da produção agrícola armazenada do cooperado.

De acordo com o artigo 83 da Lei nº 5.764/71 “A entrega da produção do associado a sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição”.

Este artigo deixa claro que a cooperativa pode dispor do produto do cooperado quando melhor lhe convier, ou seja, a diretoria é quem determina quando será vendida a mercadoria (soja, milho e trigo), que pode ser casada com a compra do cooperado, ou a venda antecipada prevendo que alguns cooperados poderão surgir solicitando a negociação após o fechamento de um lote.

A venda que a cooperativa efetua é com a formação de um lote, ou seja, é oferecido o produto a um comprador, a uma indústria, por exemplo, considerando um mínimo de produto que é chamado de lote.

Portanto, observa-se que na unidade de Laranjeiras a cooperativa acaba vendendo os produtos dos cooperados, que pode ser uma questão de logística, vendendo os produtos que estão de fácil saída para o porto, ou por uma questão de espaço físico para estocagem ou a diminuição dos custos de transportes e estocagem.

Com base nos informativos de estoque dos meses em que foram registrados estoques negativos dos anos de 2007 e 2008, foram calculadas as variações em porcentagem e em valor para verificação da influência desta no capital de giro das cooperativas.

Apresenta-se, nas Tabelas 7 e 8, as variações ocorridas com o produto milho nos anos de 2007 e 2008, respectivamente.

TABELA 7 – Variações da provisão com a compra de milho ano 2007

Produto: Milho					
-----------------------	--	--	--	--	--

Unidade:

LARANJEIRAS

Mês	Estoque negativo em kg	Valor provisão em R\$ p/ saca	Valor compra em R\$ p/ saca	Variação em %	Variação em R\$
jan-07	66.445	21,00	18,04	16,41	3.277,95
fev-07	143.199	17,00	17,10	-0,58	-238,67
mar-07	10.692	16,50	16,50	0	0,00
abr-07	0				
mai-07	0				
jun-07	347.734	15,80	15,84	-0,25	-231,82
jul-07	16.068	16,00	18,32	-12,65	-621,30
ago-07	2.528.968	20,00	22,95	-12,85	-124.340,93
set-07	1.001.891	23,00	23,61	-2,58	-10.185,89
out-07	0				
nov-07	764.608	30,00	28,65	4,71	17.203,68
dez-07	69.457	29,00	27,05	7,21	2.257,35
Total					-112.879,62

Fonte: Do autor

TABELA 8 – Variações da provisão com a compra de milho ano 2008

Produto: Milho				
-----------------------	--	--	--	--

Unidade:

LARANJEIRAS

Mês	Estoque negativo em kg	Valor provisão em R\$ p/ saca	Valor compra em R\$ p/ saca	Variação em %	Variação em R\$
jan-08	1.110.782	23,40	23,30	0,43	1.851,30
fev-08	898.131	24,00	22,73	5,59	19.010,44
mar-08	803.064	21,00	21,73	-3,36	-9.770,61
abr-08	582.905	23,70	23,76	-0,25	-582,91
mai-08	1.291.406	22,00	23,15	-4,97	-24.751,95
jun-08	2.269.179	26,00	23,35	11,35	-100.222,07
jul-08	2.000.688	22,50	21,75	3,45	25.008,60
ago-08	2.655.857	21,00	20,07	4,63	41.165,78
set-08	7.719.353	19,60	18,33	6,93	163.392,97
out-08	6.784.087	17,00	17,00	0,00	0,00
nov-08	4.757.877	17,00	17,23	-1,33	-18.238,53
dez-08	2.439.411	20,00	20,86	-4,12	-34.964,89
Total					262.342,29

Fonte: Do autor

As Tabelas 7 e 8 não foram consideradas neste estudo por se tratar de pequena variação comparando-se 2007 e 2008 em conjunto. São apresentadas nas

Tabelas 9 e 10 as variações ocorridas com o produto soja nos anos de 2007 e 2008, respectivamente.

TABELA 9 – Variações da provisão com a compra de soja ano 2007

Produto: Soja					
----------------------	--	--	--	--	--

Unidade:
LARANJEIRAS

Mês	Estoque negativo em kg	Valor provisão em R\$ p/ saca	Valor compra em R\$ p/ saca	Variação em %	Variação em R\$
jan-07	341.345	30,50	29,34	3,95	6.599,34
fev-07	311.765	30,61	27,67	10,63	15.276,49
mar-07	4.341.718	29,00	27,18	6,70	131.698,78
abr-07	3.356.073	27,60	28,78	-4,10	-66.002,77
mai-07	3.070.857	29,00	28,79	0,73	10.748,00
jun-07	2.265.507	30,00	30,39	-1,28	-14.725,80
jul-07	1.924.481	30,00	32,92	-8,87	-93.658,08
ago-07	1.181.464	35,00	35,51	-1,44	-10.042,44
set-07	976.317	40,20	40,13	0,17	1.139,04
out-07	824.059	40,70	41,34	-1,55	-8.789,96
nov-07	352.216	42,00	43,20	-2,78	-7.044,32
dez-07	365.358	43,20	45,45	-4,95	-13.700,93
Total					-48.502,65

Fonte: Do autor

No ano de 2007 verificou-se que o total das variações não representava muito consumo de capital de giro, uma vez que entre as variações positivas e negativas o saldo final foi de R\$ 48.502,65 de consumo do capital de giro.

TABELA 10 - Variações da provisão com a compra de soja ano 2008

Produto: Soja				
----------------------	--	--	--	--

Unidade:

LARANJEIRAS

Mês	Estoque negativo em kg	Valor provisão em R\$ p/ saca	Valor compra em R\$ p/ saca	Variação em %	Variação em R\$
jan-08	187.517	45,00	45,00	0,00	0,00
fev-08	197.295	47,00	36,29	29,51	35.217,16
mar-08	3.132.128	38,50	40,00	-3,75	-78.303,20
abr-08	3.631.978	36,00	43,79	-17,79	-471.551,81
mai-08	3.422.046	39,00	47,09	-17,18	-461.405,87
jun-08	3.259.327	48,07	51,84	-7,27	-204.794,38
jul-08	2.964.199	46,00	43,92	4,74	102.758,90
ago-08	2.661.077	46,24	46,96	-1,53	-31.932,92
set-08	1.932.163	45,00	47,00	-4,26	-64.405,43
out-08	999.081	47,00	46,71	0,62	4.828,89
nov-08	766.076	44,80	44,80	0,00	0,00
dez-08	736.967	44,80	47,01	-4,70	-27.144,95
Total					-1.196.733,62

Fonte: Do autor

No ano de 2008, das variações positivas e negativas, observa-se que a unidade de Laranjeiras consumiu um capital de giro de R\$ 1.196.733,62, valor este encontrado na Tabela 10, e que já é relevante para a atividade de compra e venda de produtos agrícolas.

Neste trabalho, não foi considerado o estoque positivo das demais unidades que poderá ser superior aos estoques negativos aqui apresentados, com a intenção

de evidenciar que a venda antecipada de produtos agrícolas, sem um controle dos estoques próprios e de terceiros, poderá levar a cooperativa a consumir o seu capital de giro, devido à variação constante dos preços dos mesmos.

Observou-se que, com as vendas antecipadas no ano de 2008 o capital de giro da cooperativa deixou de aumentar em 2,49% (R\$ 1.196.733,62 / R\$ 48.044.410,00) considerando-se somente as operações realizadas na unidade de Laranjeiras em que ocorreu a venda antecipada dos produtos de cooperados.

Uma das alternativas para não ocorrer variações, positivas ou negativas, nas vendas de produtos antecipados, seria a cooperativa utilizar-se das operações de *hedge*, em que poderão ser efetuados contratos futuros ou a termo para a garantia dos preços de compra na data da venda.

No mês de maio de 2008, o estoque contábil negativo da unidade de Laranjeiras da cooperativa foi de 3.422.046 kg, valor encontrado na Tabela 8, na qual a provisão para compra do produto era de R\$ 39,00 por saca de 60 kg, e a compra do cooperado efetuada no mês seguinte foi a R\$ 47,09 a saca. Nesta operação, no mês de maio, verifica-se uma variação negativa no montante de R\$ 461.405,87, que poderia ser eliminada com um contrato de *hedge* no mercado futuro, na Bolsa de Mercadoria e Futuros, ou diretamente com compradores, conhecido como contrato a termo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em evidenciar que a provisão para fixação de produtos agrícolas tem um potencial de influenciar no capital de giro da cooperativa que compra, vende e armazena produtos agrícolas como soja, milho e trigo.

Percebe-se a importância do controle dos estoques de produtos agrícolas, em termos de distinção do que é da cooperativa e o que é do cooperado, ou seja, estoques próprios e de terceiros, uma vez que os dois se encontram num mesmo lugar, no armazém da cooperativa.

A cooperativa tem a liberdade de venda do produto que está em seu armazém, sem comunicar ao cooperado a sua decisão de venda ou não. Portanto, esta é tida como um depósito irregular que tem como prerrogativa desfazer-se da coisa alheia que está em seu poder, respondendo, é claro, pelo produto se for vendido antecipadamente.

Constatou-se, também, que a cooperativa é formada por produtores com um objetivo comum, e um deles consiste em vender a produção do cooperado por um preço justo e melhor. Isso pode ser conseguido uma vez que a cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos.

Observou-se, ainda, que o preço de venda dos produtos agrícolas não é controlado pela cooperativa por se tratar de uma *commodity*.

Tanto nos exercícios de 2007 como de 2008 na unidade de Laranjeiras, houve a prática da venda dos produtos agrícolas antecipadamente. Esta prática, no ano de 2007, gerou um equilíbrio nas variações que, por sua vez, resultou numa variação negativa de apenas R\$ 48.502,65. Já no ano de 2008, a variação foi mais expressiva, resultando em uma variação negativa de R\$ 1.196.733,62.

O fato da venda antecipada dos produtos soja, milho e trigo, é uma decisão da diretoria da cooperativa, que pode ser uma questão de logística, como por exemplo, a venda de um produto de uma das unidades sem a devida compra e a compra em outra unidade sem a devida venda, compensando as quantidades de estoques negativos e positivos.

Nesta pesquisa, observou-se apenas uma unidade em específico, uma vez que a estocagem é feita em cada unidade.

Outro fato que pode ser considerado é a venda antecipada do produto em um período considerado pela cooperativa como de maior alta de preço, apostando no mercado, aumentando o seu capital de giro e, ao mesmo tempo, diminuindo os seus custos de estocagem, como pode ser observado no mês de março de 2007, quando o produto foi provisionado em R\$ 29,00 a saca para compra, e foi efetuada a compra no mês seguinte por R\$ 27,18, com uma variação positiva de R\$ 131.698,78.

Nota-se que, quando há a venda de produtos antecipadamente, este fato é representado no balanço da cooperativa, em estudo, dentro do grupo de obrigações com cooperados. Nesta cooperativa, são constituídos os estoques negativos e os positivos por unidades, ou seja, não é apurado um estoque único da entidade, subtraindo o estoque negativo da unidade de Laranjeiras do positivo da matriz.

Isto tudo é tratado em nota explicativa da mesma, na qual se torna relevante e confiável a informação contábil. Este procedimento demonstra a prudência dos diretores da cooperativa em demonstrar de forma clara o que vem sendo realizado em seus estoques.

O risco na operação com os produtos agrícolas, tomando-se por base o conceito de Gitman¹ (2004, p. 184), pode ser entendido como: se a cooperativa tiver um resultado positivo nas operações de venda dos produtos antecipadamente, este será transferido ao cooperado que operou naquele ano com a cooperativa, mas se for ao contrário, um resultado negativo, este será suportados pelos cooperados na mesma proporção.

A cooperativa que não tem um controle dos estoques próprios e de terceiros poderá ter o seu capital de giro comprometido, uma vez que os preços dos produtos agrícolas não são ditados pela mesma, e haverá sempre uma variação positiva ou negativa quando da venda antecipada dos produtos agrícolas dos cooperados. Consequentemente, haverá uma diminuição ou um aumento no resultado líquido da cooperativa que, conforme o apurado somente na unidade de Laranjeiras, as sobras

¹ “[...] risco é a possibilidade de perda financeira” e “[...] alguns riscos afetam diretamente tanto os administradores financeiros como os acionistas”.

do ano de 2008 ficariam reduzidas em R\$ 1.196.733,62; ficando, deste modo, a distribuição das sobras influenciadas pela avaliação dos estoques negativos.

Desta forma, quanto mais produtos vendidos antecipadamente pela cooperativa, maior será o risco de obter variações, quando da compra do produto do cooperado, sendo esta variação um fator que influenciará no capital de giro da mesma.

A prática da venda do produto agrícola antecipadamente em grandes proporções pode, portanto, levar a cooperativa a comprometer o seu capital de giro conforme se observa nas variações negativas de 2007 para 2008, passando de R\$ 48.502,65 para R\$ 1.196.733,62.

Conclui-se, então, que uma das formas de eliminar os riscos, tanto operacionais como financeiros, é o contrato de *hedge*, seja no mercado futuro ou nos contratos a termos, pois a cooperativa estará minimizando o risco de variações positivas ou negativas quando da efetivação das compras do cooperado.

REFERÊNCIAS

AMBROGI, Alexandre. **A responsabilidade social das sociedades cooperativas Brasileiras: uma proposta de uso de demonstrações do valor adicionado - DVA.** 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comercio Álvares Penteado, São Paulo, 2007.

ANTUNES, Adriana Lacerda. **Sistemática para apoiar o planejamento e a gestão de estoques em indústrias de alimentos: o caso da Masterfoods.** 2004. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BARBALHO, Valdir Ferreira. **A utilização das informações contábeis na tomada de decisão pelos gestores do negócio pecuária bovina de corte, na região de Nova Andradina, MS.** 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2005.

BECKER, Alvido. **Auditoria externa aplica às sociedades cooperativas: aspectos patrimoniais, formais e sociais.** São Paulo: IOB Thomson, 2004.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O Abc do cooperativismo.** São Paulo: ICA-OCESP, 1994.

BM&FBOVESPA. **O que são derivativos.** [2009]. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/iniciantes/mercados-de-derivativos/o-que-sao-derivativos/o-que-sao-derivativos.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.** Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1102.htm>. Acesso em: 25 jul. 2009.

_____. **Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932.** Reforma as disposições do decreto legislativo nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=43188>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 24.647, de 10 de julho de 1934.** Revoga o decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932; Estabelece bases, normas e princípios para e cooperação-profissional e para a cooperação-social; faculta auxílios diretos e indiretos às cooperativas; e institui o Patrimônio dos Consórcios Profissionais - Cooperativos. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=39577>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 581, de 01 de agosto de 1938.** Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revoga os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, e 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100649>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 8.401, de 19 de dezembro de 1945.** Revoga os decretos-lei nº 5.893 de 19 de outubro de 1943 e 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, exceto as disposições dos arts. 104 a 118, e seus parágrafos, revigorando o decreto-lei 581 de 01 de agosto de 1938 e a lei nº 22,239 de 19 de dezembro de 1932. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FviwTodos%2F408a5e72deb6c764032569fa0065e218%3FOpenDocument%26Highlight%3D1%2C%26AutoFramed>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 59 de 21 de novembro de 1966.** Define a política nacional de cooperativismo, cria o conselho nacional de cooperativismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FviwTodos%2Fa85d20287ab05cf7032569fa005d1335%3FOpenDocument%26Highlight%3D1%2C%26AutoFramed>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3000.htm>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001.** Regulamenta a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/Decreto/2001/D3855.htm>. Acesso em: 25 jul. 2009.

_____. **Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.** Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1598.htm>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

_____. **Lei nº 154, de 25 de novembro de 1947.** Altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0154.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Lei nº 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. **Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **Lei nº 7.959, de 21 de dezembro de 1989.** Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7959.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.** Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8541.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Lei nº 9.973/2000, de 29 de maio de 2000.** Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9973.htm>. Acesso em: 17 ago. 2009.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil (2002). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. **Lei nº 11.076/2004, de 30 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nº 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de

crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11076.htm>. Acesso em: 17 ago. 2009.

_____. **Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nº 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37>. Acesso em: 17 ago. 2009.

_____. **Projeto de Lei nº 3.723, de 10 de julho de 2008.** Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal. 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=404399>. Acesso em: 02 nov. 2009.

CAMPOS JÚNIOR, Luís de Castro. **O Cooperativismo no Vale do Paranapanema: estudo das cooperativas: Riograndense, Agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota (1980-1995).** 1997. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de

Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 1.121/08**. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Março 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc>. Acesso em: 25 set. 2009.

_____. Resolução CFC nº 920/01, aprovada NBC T 10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, o item: NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas. In:_____. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: 2003.

_____. Resolução CFC nº 737/92, aprovada NBC T 06 – da divulgação das demonstrações contábeis In:_____. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: 2008.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 16**: estoques. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2009.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Responsabilidade Social: um diferencial competitivo para as empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXIV, n. 152, p. 25-33, mar./abr. 2005.

EXPORTAÇÕES de commodities: exportações brasileiras de commodities - 2006 em diante – mensal. Dez. 2009. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FASB - Financial Accounting Standards Board. SFAC 6 – Statements of Financial Accounting Concepts nº 6: elements of Financial Statements. New York (USA): John Wiley & Sons Inc., 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRANÇA JUNIOR, Flávio Roberto. **Panorama atual da soja**. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/entrevista.php?id=37>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Método técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. Tradução Andre Olimpio Mosselman Du Chenoy Castro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GUERREIRO, Reinaldo. Modelo de sistema de informação contábil. In: CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 313-347.

HARTUNG, Alcyr Peters. O cooperativismo ao alcance de todos. **Revista Instituto Técnico das Cooperativas - ITEC**, Santa Catarina, n. 2, p. 3-33, jan. 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HISTÓRIA do cooperativismo. **ACI – aliança cooperativa internacional**. [2008]. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/ACI.php>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IASB – International Accounting Standards Board. **Framework for the preparation**

and presentation of financial statements. In: INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. Londres (Reino Unido): IASCF, 2003.

_____. **Normas internacionais de contabilidade.** São Paulo: IBRACON, 2002.

IBRACON. **Princípios contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Contabilidade introdutória.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial:** atualizado conforme lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. _____. **Introdução à teoria da contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. _____. PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

JUVÊNCIO, Fernanda de C.; ANDRADE, Geraldo V. de; PANZUTTI, Ralph. **Cooperativismo ao alcance de todos.** São Paulo: OCESP, 2000. (Coleção Orientação, 1).

KOZIOL, Joseph D. **Hedging:** principles, practices, and strategies for the financial markets. New York: J. Wiley, 1994.

LOPEZ, Tereza Ancona. **Comentários ao código civil:** parte especial das várias espécies de contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 7.

MARAZI, R. Cooperativa de trabalho opção ainda pouco conhecida para superar o desemprego. **Revista Brasileira de Administração,** São Paulo, v. 26, p. 10-11, out. 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. _____. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. _____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. _____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MAURER JÚNIOR, T. D. **O cooperativismo: uma economia humana**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1966.

MAZZARDO, Luciano Rogério. **Aspectos societários e tributários do armazém-geral**. São Paulo: IOB, 2007.

MOURA, Reinaldo A. **Manual de logística: armazenagem e distribuição física**. 2. ed. São Paulo: IMAM, 1997. v. 2.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agropecuário – números**. 2009a. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_numeros.asp>. Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. **Sistema cooperativista brasileiro: dados consolidados de 2008**. Março 2009b. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209_parte3_apresentacaoOCB2.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2009.

OLIVEIRA, Abdinardo Moreira Barreto de; RIGO, Ariádne Scalfoni; CARVALHO, Daniela Moreira de. Financiamento e gerenciamento de capital de giro em empresas de fruticultura irrigada: um estudo de caso no Vale do São Francisco. REGES: Revista Eletrônica de Gestão, Picos, v. 2, n. 2, p. 7-24, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/reges>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

PEREIRA, Anísio Candido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras:** ensaio de abordagem social. 1993. 325 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo:** fundamentos doutrinários e teóricos. São Paulo: IAC, 2001.

PORTAL de auditoria. **Estoques:** práticas contábeis aplicáveis: pronunciamento instituto dos auditores independentes do Brasil. [2009b]. Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/estoques.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

PORTAL do investidor. **Tipos de mercados.** [2009a] Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Investidor/Ondeinvestir/MercadosFuturoseDerivativos/tabid/173/Default.aspx>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

PRONNER, Ademir. **Cooperativas agropecuárias de Santa Catarina:** estrutura e gestão de capital próprio. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, 2005.

RELATÓRIO de Atividades 2008. Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas Paulista. fev. 2009.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, José Roque Fagundes da. **As empresas do setor elétrico brasileiro e os níveis de evidenciações voluntárias das demonstrações contábeis.** 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2004

VICTOR, Rosenei Cristina Ribeiro. **Uma cooperativa agrícola no processo capitalista do Vale do Paranaíba.** 1994. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1994.

ZANCHET, Aládio. **Depósitos mercantis**: um estudo das práticas contábeis dos depositários na comercialização de produtos agrícolas no Estado do Paraná. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ZANGHERI, Elaine et al. **Cooperativa**: uma empresa participativa. São Paulo: OESP, 2000. (Coleção Orientação, 2).

GLOSSÁRIO

CAPITAL DE GIRO: Capital em circulação ou movimentação. Tecnicamente, para efeitos cadastrais, o capital de giro é apenas o capital circulante do ativo.

COMMODITY: É um termo de língua inglesa que, como o seu plural commodities, significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias.

CONHECIMENTO DE DEPÓSITO: Título de conta aberto para registrar as operações dos armazéns gerais em relação aos documentos emitidos, em nome dos depositantes de mercadorias. Tais documentos ou “certificados” são negociáveis com terceiros e quando isto ocorre, necessário se faz, também, o registro contábil.

DEMONSTRATIVOS DE ESTOQUES: Documento utilizado pelas empresas para apuração dos estoques físicos de produtos.

DEPÓSITOS: Estabelecimentos que tem por ramo de atividade a guarda de mercadoria de terceiros.

DEPÓSITOS IRREGULARES: depósito de coisas fungíveis, em que o depositário restituirá objetos do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

DERIVATIVOS: Instrumento financeiro cujo preço de mercado deriva (daí o nome) do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro.

ESTOQUES NEGATIVOS: Termo utilizado quando a empresa vende um produto que estava em seu estoque, mas que não efetuou a compra.

EVIDENCIAÇÃO: A evidenciação, para a contabilidade, é um requisito essencial para a plena realização de seu objetivo principal: fornecer informações para a tomada de decisões.

FIXAÇÃO DE PREÇO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: é a compra do produto vendido antecipadamente pela empresa.

HEDGING: Fenômeno Patrimonial (expressão inglesa) que se caracteriza por uma operação a prazo que permite compensar os riscos de outra operação a prazo.

PROVISÃO PARA FIXAÇÃO: Valor contábil do passivo indicando a venda antecipada de produtos que serão adquiridos no futuro pela empresa.

SOBRAS: Termo utilizado pelas cooperativas para indicação do resultado positivo do exercício equivalente aos lucros apresentados na demonstração de resultado do exercício das demais empresas.

WARRANT: Título de conta que se destina ao registro do valor do documento de garantia de depósito de mercadorias em armazéns gerais.

ANEXO A – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2007

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. jan 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(770.592)	30,50	(391.717,60)			
Aquisição de cooperados	622.581	31,10	322.693,06	622.581	31,10	322.693,06
Aquisição de terceiros	-		-	-		-
Transf. recebida de filial	-		-	-		-
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	2.726	30,00	1.363,00	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
	-		-	-		-
Total das entradas	(145.285)	27,94	(67.661,54)	625.307	31,09	324.056,06
Custo produtos vendidos	-		0,00	-		0,00
C. P.V. não cooperado	-		-	-		-
Transf. emitida p/filial	196.060	32,39	105.855,50	196.060	32,39	105.855,50
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
	-		-	-		-
Total das saídas	196.060	32,39	105.855,50	196.060	32,39	105.855,50
Estoque	(341.345)	30,50	(173.517,04)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	-		-
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	-		-	-		-
Estoque físico	-					
(-) Disponível	341.345					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(341.345)					
				Preço ao produtor:		R\$ 30,50

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	28. fev 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(341.345)	30,50	(173.517,04)			
Aquisição de cooperados	29.580	29,34	14.465,69	652.161	31,02	337.158,75
Aquisição de terceiros	-	-	-	-	-	-
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	-
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(311.765)	30,61	(159.051,35)	654.887	31,01	338.521,75
Custo produtos vendidos	-	-	(0,00)	-	-	(0,00)
C. P.V. não cooperado	-	-	-	-	-	-
Transf. emitida p/filial	-	-	-	196.060	32,39	105.855,50
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	-	-	(0,00)	196.060	32,39	105.855,50
Estoque	(311.765)	30,61	(159.051,35)			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	-	-	-
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	-	-	-	-	-	-
Estoque físico	440.740					
(-) Disponível	589.673					
(-) Balança	162.832					
Saldo atual	(311.765)					
				Preço ao produtor:	30,50	

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. mar 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(311.765)	30,61	(159.051,35)			
Aquisição de cooperados	2.117.193	27,67	976.263,79	2.769.354	28,46	1.313.422,54
Aquisição de terceiros	72.354	29,25	35.271,08	72.354	29,25	35.271,08
Transf. recebida de filial	-		39.000,00	-		39.000,00
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	1.877.782	28,49	891.483,52	2.844.434	29,30	1.389.056,62
Custo produtos vendidos	6.147.146	28,84	2.954.709,47	6.147.146	28,84	2.954.709,47
C. P.V. não cooperado	72.354	29,25	35.271,08	72.354	9,25	35.271,08
Transf. emitida p/filial	-		-	196.060	32,39	105.855,50
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
-	-		-	-		-
Total das saídas	6.219.500	28,84	2.989.980,55	6.415.560	28,95	3.095.836,05
Estoque	(4.341.718)	29,00	(2.098.497,03)			
Informativo das vendas						
Venda	6.219.500	32,25	3.343.396,21	6.219.500	32,25	3.343.396,21
Venda de resíduos	11.280	4,20	789,60	11.280	4,20	789,60
Soma	6.230.780	32,20	3.344.185,81	6.230.780	32,20	3.344.185,81
Estoque físico	1.475.884					
(-) Disponível	4.505.044					
(-) Balança	1.312.558					
Saldo atual	(4.341.718)					
				Preço ao produtor:	R\$	29,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. abr 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(4.341.718)	29,00	(2.098.497,03)			
Aquisição de cooperados	1.818.381	27,18	823.719,30	4.587.735	27,95	2.137.141,84
Aquisição de terceiros	34.633	27,77	16.029,28	106.987	28,77	51.300,36
Transf. recebida de filial	-		62.000,00	-		101.000,00
Devolução de venda	15.551	89,62	23.229,17	15.551	89,62	23.229,17
Sobra técnica	-		-	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(2.473.153)	28,47	(1.173.519,28)	4.712.999	29,46	2.314.034,37
Custo produtos vendidos	848.287	25,06	354.245,02	6.995.433	28,38	3.308.954,49
C. P.V. não cooperado	34.633	27,77	16.029,28	106.987	28,77	51.300,36
Transf. emitida p/filial	-		-	196.060	32,39	105.855,50
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	882.920	25,16	370.274,30	7.298.480	28,49	3.466.110,35
Estoque	(3.356.073)	27,60	(1.543.793,58)			
Informativo das vendas						
Venda	882.920	31,70	466.515,25	7.102.420	32,19	3.809.911,46
Venda de resíduos	7.700	4,20	539,00	18.980	4,20	1.328,60
Soma	890.620	31,46	467.054,25	7.121.400	32,11	3.811.240,06
Estoque físico	1.342.092					
(-) Disponível	4.166.088					
(-) Balança	532.077			Preço ao produtor:	R\$	27,60
Saldo atual	(3.356.073)		-			

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. mai 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.356.073)	27,60	(1.543.793,58)			
Aquisição de cooperados	972.001	28,78	466.264,38	5.559.736	28,10	2.603.406,22
Aquisição de terceiros	40.740	28,54	19.381,69	147.727	28,71	70.682,05
Transf. recebida de filial	-		-	-		101.000,00
Devolução de venda	1.955	38,15	1.243,08	17.506	83,88	24.472,25
Sobra técnica	-		-	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(2.341.377)	27,08	(1.056.904,43)	5.727.695	29,34	2.800.923,52
Custo produtos vendidos	593.940	31,96	316.405,43	7.589.373	28,66	3.625.359,92
C. P.V. não cooperado	40.740	28,54	19.381,69	147.727	28,71	70.682,05
Transf. emitida p/filial	94.800	57,95	91.556,00	290.860	40,72	197.411,50
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	729.480	35,15	427.343,12	8.027.960	29,10	3.893.453,47
Estoque	(3.070.857)	29,00	(1.484.247,55)			
Informativo das vendas						
Venda	634.680	31,75	335.865,19	7.737.100	32,15	4.145.776,65
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	634.680	31,75	335.865,19	7.756.080	32,08	4.147.105,25
Estoque físico	53.907					
(-) Disponível	2.629.399					
(-) Balança	495.365					
Saldo atual	(3.070.857)					
				Preço ao produtor:	R\$	29,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						30. jun 07
Unidade:	Laranjeiras		Produto:	Soja		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.070.857)	29,00	(1.484.247,55)			
Aquisição de cooperados	934.732	28,79	448.482,06	6.494.468	28,20	3.051.888,28
Aquisição de terceiros	22.738	29,54	11.194,50	170.465	28,82	81.876,55
Transf. recebida de filial	-		-	-		101.000,00
Devolução de venda	-		-	17.506	83,88	24.472,25
Sobra técnica	-		-	2.726	30,00	1.363,00
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
				-		-
Total das entradas	(2.113.387)	29,09	(1.024.570,99)	6.685.165	29,26	3.260.600,08
Custo produtos vendidos	94.482	29,50	46.457,44	7.683.855	28,67	3.671.817,36
C. P.V. não cooperado	22.738	29,54	11.194,50	170.465	28,82	81.876,55
Transf. emitida p/filial	34.900	86,87	50.530,57	325.760	45,67	247.942,07
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
				-		-
Total das saídas	152.120	42,67	108.182,51	8.180.080	29,35	4.001.635,98
Estoque	(2.265.507)	30,00	(1.132.753,50)			
Informativo das vendas						
Venda	117.220	30,10	58.805,29	7.854.320	32,12	4.204.581,94
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	117.220	30,10	58.805,29	7.873.300	32,05	4.205.910,54
Estoque físico	294.727					
(-) Disponível	2.495.534					
(-) Balança	64.700					
Saldo atual	(2.265.507)					
					Preço ao produtor:	R\$ 30,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. jul 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.265.507)	30,00	(1.132.753,50)			
Aquisição de cooperados	905.264	30,39	458.518,93	7.399.732	28,46	3.510.407,21
Aquisição de terceiros	2.100	31,40	1.099,00	172.565	28,85	82.975,55
Transf. recebida de filial	-		12.000,00	-		113.000,00
Devolução de venda	-		3.891,63	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	61.622	21,48	22.060,68	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(1.296.521)	29,39	(635.183,26)	7.654.151	29,46	3.758.170,32
Custo produtos vendidos	565.020	31,38	295.538,24	8.248.875	28,86	3.967.355,60
C. P.V. não cooperado	2.100	31,40	1.099,00	172.565	28,85	82.975,55
Transf. emitida p/filial	60.840	30,00	30.420,00	386.600	43,20	278.362,07
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	627.960	31,25	327.057,24	8.808.040	29,49	4.328.693,22
Estoque	(1.924.481)	30,00	(962.240,50)			
Informativo das vendas						
Venda	567.120	31,44	297.211,74	8.421.440	32,07	4.501.793,68
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	567.120	31,44	297.211,74	8.440.420	32,01	4.503.122,28
Estoque físico	-					
(-) Disponível	1.900.698					
(-) Balança	23.783					
Saldo atual	(1.924.481)					
				Preço ao produtor:	R\$	30,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. ago 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.924.481)	30,00	(962.240,50)			
Aquisição de cooperados	686.877	32,92	376.851,23	8.086.609	28,84	3.887.258,44
Aquisição de terceiros	56.140	34,15	31.949,25	228.705	30,15	114.924,80
Transf. recebida de filial	-		-	-		113.000,00
Devolução de venda	-		-	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	-		-	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(1.181.464)	28,11	(553.440,02)	8.397.168	29,77	4.166.970,80
Custo produtos vendidos	(56.140)	57,93	(54.201,94)	8.192.735	28,66	3.913.153,66
C. P.V. não cooperado	56.140	34,15	31.949,25	228.705	30,15	114.924,80
Transf. emitida p/filial	-		158.000,00	386.600	67,72	436.362,07
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	-		135.747,31	8.808.040	30,41	4.464.440,53
Estoque	(1.181.464)	35,00	(689.187,33)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	8.421.440	32,07	4.501.793,68
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	-		-	8.440.420	32,01	4.503.122,28
Estoque físico	-					
(-) Disponível	1.157.681			Preço ao produtor:		R\$ 35,00
(-) Balança	23.783					
Saldo atual	(1.181.464)		-			

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. set 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.181.464)	35,00	(689.187,33)			
Aquisição de cooperados	165.157	35,51	97.733,80	8.251.766	28,98	3.984.992,24
Aquisição de terceiros	39.990	38,72	25.805,72	268.695	31,43	140.730,52
Transf. recebida de filial	-		-	-		113.000,00
Devolução de venda	-		-	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	-		-	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(976.317)	34,76	(565.647,81)	8.602.315	29,93	4.290.510,32
Custo produtos vendidos	(39.990)	38,72	(25.805,72)	8.152.745	28,61	3.887.347,94
C. P.V. não cooperado	39.990	38,72	25.805,72	268.695	31,43	140.730,52
Transf. emitida p/filial	-		88.484,58	386.600	81,46	524.846,65
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	-		88.484,58	8.808.040	31,01	4.552.925,11
Estoque	(976.317)	40,20	(654.132,39)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	8.421.440	32,07	4.501.793,68
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	-		-	8.440.420	32,01	4.503.122,28
Estoque físico	-					
(-) Disponível	976.317					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(976.317)		-			
				Preço ao produtor	R\$	40,20

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. out 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(976.317)	40,20	(654.132,39)			
Aquisição de cooperados	151.684	40,13	101.460,80	8.403.450	29,18	4.086.453,04
Aquisição de terceiros	574	40,20	384,58	269.269	31,44	141.115,10
Transf. recebida de filial	-		-	-		113.000,00
Devolução de venda	-		-	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	-		-	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(824.059)	40,21	(552.287,01)	8.754.573	30,10	4.392.355,70
Custo produtos vendidos	(574)	40,20	(384,58)	8.152.171	28,61	3.886.963,36
C. P.V. não cooperado	574	40,20	384,58	269.269	31,44	141.115,10
Transf. emitida p/filial	-		6.699,68	386.600	82,50	531.546,33
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	-		6.699,68	8.808.040	31,06	4.559.624,79
Estoque	(824.059)	40,70	(558.986,69)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	8.421.440	32,07	4.501.793,68
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	-		-	8.440.420	32,01	4.503.122,28
Estoque físico	-					
(-) Disponível	824.059					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(824.059)		-			
				Preço ao produtor:	R\$	0,70

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. nov 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(824.059)	40,70	(558.986,69)			
Aquisição de cooperados	460.203	41,34	317.074,90	8.863.653	29,81	4.403.527,94
Aquisição de terceiros	11.640	41,67	8.084,00	280.909	31,87	149.199,10
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	113.000,00
Devolução de venda	-	-	-	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	-	-	-	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(352.216)	39,83	(233.827,79)	9.226.416	30,68	4.717.514,60
Custo produtos vendidos	(11.640)	41,67	(8.084,00)	8.140.531	28,59	3.878.879,36
C. P.V. não cooperado	11.640	41,67	8.084,00	280.909	31,87	149.199,10
Transf. emitida p/filial	-	-	12.723,41	386.600	84,47	544.269,74
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	-	-	12.723,41	8.808.040	31,15	4.572.348,20
Estoque	(352.216)	42,00	(246.551,20)			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	8.421.440	32,07	4.501.793,68
Venda de resíduos	-	-	-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	-	-	-	8.440.420	32,01	4.503.122,28
Estoque físico	-					
(-) Disponível	352.216					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(352.216)					
					Preço ao produtor:	R\$ 42,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. dez 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(352.216)	42,00	(246.551,20)			
Aquisição de cooperados	50.538	43,20	36.383,36	8.914.191	29,88	4.439.911,30
Aquisição de terceiros	-		-	280.909	31,87	149.199,10
Transf. recebida de filial	100.960	44,80	75.383,51	100.960	111,96	188.383,51
Devolução de venda	-		-	17.506	97,21	28.363,88
Sobra técnica	-		-	64.348	21,84	23.423,68
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(200.718)	40,29	(134.784,33)	9.377.914	30,90	4.829.281,47
Custo produtos vendidos	164.640	44,56	122.273,43	8.305.171	28,91	4.001.152,79
C. P.V. não cooperado	-		-	280.909	31,87	149.199,10
Transf. emitida p/filial	-		6.000,00	386.600	85,40	550.269,74
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	164.640	46,75	128.273,43	8.972.680	31,43	4.700.621,63
Estoque	(365.358)	43,20	(263.057,76)			
Informativo das vendas						
Venda	164.640	44,88	123.143,50	8.586.080	32,32	4.624.937,18
Venda de resíduos	-		-	18.980	4,20	1.328,60
Soma	164.640	44,88	123.143,50	8.605.060	32,26	4.626.265,78
Estoque físico	18.003					
(-) Disponível	383.361					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(365.358)					
				Preço ao produtor:	R\$	43,20

Fonte: CAP (2007)

ANEXO B – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2008

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. jan 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(365.358)	43,20	(263.057,76)			
Aquisição de cooperados	194.161	45,45	147.065,28	194.161	45,45	147.065,28
Aquisição de terceiros	-	-	-	-	-	-
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	-
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	-	-	-
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(171.197)	40,65	(115.992,48)	194.161	45,45	147.065,28
Custo produtos vendidos	16.320	45,02	12.245,27	16.320	45,02	12.245,27
C. P.V. não cooperado	-	-	-	-	-	-
Transf. emitida p/filial	-	-	12.400,00	-	-	12.400,00
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	16.320	90,61	24.645,27	16.320	90,61	24.645,27
Estoque	(187.517)	45,00	(140.637,75)			
Informativo das vendas						
Venda	16.320	45,00	12.240,00	16.320	45,00	12.240,00
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	16.320	45,00	12.240,00	16.320	45,00	12.240,00
Estoque físico	1.683					
(-) Disponível	189.200					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(187.517)					
				Preço ao produtor: R\$ 45,00		

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	28. fev 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(187.517)	45,00	(140.637,75)			
Aquisição de cooperados	40.262	45,00	30.196,50	234.423	45,37	177.261,78
Aquisição de terceiros	-		-	-		-
Transf. recebida de filial	-		-	-		-
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(147.255)	45,00	(110.441,25)	234.423	45,37	177.261,78
Custo produtos vendidos	50.040	48,09	40.106,50	66.360	47,33	52.351,77
C. P.V. não cooperado	-		-	-		-
Transf. emitida p/filial	-		4.000,00	-		16.400,00
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	50.040	52,89	44.106,50	66.360	62,16	68.751,77
Estoque	(197.295)	47,00	(154.547,75)			
Informativo das vendas						
Venda	50.040	48,50	40.448,98	66.360	47,64	52.688,98
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	50.040	48,50	40.448,98	66.360	47,64	52.688,98
Estoque físico	31.877					
(-) Disponível	228.272					
(-) Balança	900					
Saldo atual	(197.295)					
				Preço ao produtor:		R\$ 47,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. mar 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(197.295)	47,00	(154.547,75)			
Aquisição de cooperados	1.993.927	36,29	1.205.838,56	2.228.350	37,24	1.383.100,34
Aquisição de terceiros	40.460	43,02	29.010,57	40.460	43,02	29.010,57
Transf. recebida de filial	-		-	-		-
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	1.837.092	35,28	1.080.301,38	2.268.810	37,34	1.412.110,91
Custo produtos vendidos	3.970.100	35,11	2.323.187,91	4.036.460	35,31	2.375.539,68
C. P.V. não cooperado	40.460	43,02	29.010,57	40.460	43,02	29.010,57
Transf. emitida p/filial	958.660	46,18	737.885,03	958.660	47,21	754.285,03
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	4.969.220	37,31	3.090.083,51	5.035.580	37,64	3.158.835,28
Estoque	(3.132.128)	38,50	(2.009.782,13)			
Informativo das vendas						
Venda	4.010.560	36,28	2.425.146,47	4.076.920	36,47	2.477.835,45
Venda de resíduos	9.300	4,20	651,00	9.300	4,20	651,00
Soma	4.019.860	36,21	2.425.797,47	4.086.220	36,39	2.478.486,45
Estoque físico	2.873.579					
(-) Disponível	4.454.982					
(-) Balança	1.550.725					
Saldo atual	(3.132.128)					
				Preço ao produtor:		R\$ 38,50

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. abr 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.132.128)	38,50	(2.009.782,13)			
Aquisição de cooperados	1.996.785	40,00	1.331.323,55	4.225.135	38,55	2.714.423,89
Aquisição de terceiros	44.963	43,53	32.620,79	85.423	43,29	61.631,36
Transf. recebida de filial	-		75.000,00	-		75.000,00
Devolução de venda	9.562	36,00	5.737,20	9.562	36,00	5.737,20
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(1.080.818)	31,37	(565.100,59)	4.320.120	39,68	2.856.792,45
Custo produtos vendidos	2.403.317	37,86	1.516.619,02	6.439.777	36,26	3.892.158,70
C. P.V. não cooperado	44.963	43,53	32.620,79	85.423	43,29	61.631,36
Transf. emitida p/filial	102.880	37,82	64.846,40	1.061.540	46,30	819.131,43
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	2.551.160	37,96	1.614.086,21	7.586.740	37,75	4.772.921,49
Estoque	(3.631.978)	36,00	(2.179.186,80)			
Informativo das vendas						
Venda	2.448.280	38,32	1.563.487,64	6.525.200	37,16	4.041.323,09
Venda de resíduos	8.520	4,20	596,40	17.820	4,20	1.247,40
Soma	2.456.800	38,20	1.564.084,04	6.543.020	37,07	4.042.570,49
Estoque físico	1.088.815					
(-) Disponível	4.043.947					
(-) Balança	676.846					
Saldo atual	(3.631.978)		-			
				Preço ao produtor:	R\$	44,60

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. mai 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.631.978)	36,00	(2.179.186,80)			
Aquisição de cooperados	615.277	43,79	449.071,25	4.840.412	39,21	3.163.495,14
Aquisição de terceiros	82.695	44,00	60.643,05	168.118	43,64	122.274,41
Transf. recebida de filial	-		-	-		75.000,00
Devolução de venda	-		-	9.562	36,00	5.737,20
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(2.934.006)	34,14	(1.669.472,50)	5.018.092	40,25	3.366.506,75
Custo produtos vendidos	405.345	40,59	274.214,35	6.845.122	36,52	4.166.373,05
C. P.V. não cooperado	82.695	44,00	60.643,05	168.118	43,64	122.274,41
Transf. emitida p/filial	-		220.000,00	1.061.540	58,73	1.039.131,43
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	488.040	68,21	554.857,40	8.074.780	39,59	5.327.778,89
Estoque	(3.422.046)	39,00	(2.224.329,90)			
Informativo das vendas						
Venda	488.040	45,41	369.342,23	7.013.240	37,73	4.410.665,32
Venda de resíduos	1.060	4,20	74,20	18.880	4,20	1.321,60
Soma	489.100	45,32	369.416,43	7.032.120	37,64	4.411.986,92
Estoque físico	589.435					
(-) Disponível	3.704.942					
(-) Balança	306.539					
Saldo atual	(3.422.046)		-			
					Preço ao produtor:	R\$ 45,20

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. jun 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.422.046)	39,00	(2.224.329,90)			
Aquisição de cooperados	1.173.349	47,09	920.805,04	6.013.761	40,75	4.084.300,18
Aquisição de terceiros	70.030	48,00	56.026,94	238.148	44,92	178.301,35
Transf. recebida de filial	-		-	-		75.000,00
Devolução de venda	260	52,62	228,00	9.822	36,44	5.965,20
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(2.178.407)	34,35	(1.247.269,92)	6.261.731	41,62	4.343.566,73
Custo produtos vendidos	1.000.590	54,53	909.383,96	7.845.712	38,82	5.075.757,01
C. P.V. não cooperado	70.030	48,00	56.026,94	238.148	44,92	178.301,35
Transf. emitida p/filial	10.300	2.322	398.583,33	1.071.840	80,48	1.437.714,76
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	1.080.920	75,71	1.363.994,23	9.155.700	43,85	6.691.773,12
Estoque	(3.259.327)	48,07	(2.611.264,15)			
Informativo das vendas						
Venda	1.070.620	54,66	975.286,10	8.083.860	39,98	5.385.951,42
Venda de resíduos	-		-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	1.070.620	54,66	975.286,10	8.102.740	39,89	5.387.273,02
Estoque físico	(105.533)					
(-) Disponível	3.101.974					
(-) Balança	51.820					
Saldo atual	(3.259.327)					
						Preço ao produtor: R\$ 52,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. jul 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(3.259.327)	48,07	(2.611.264,15)			
Aquisição de cooperados	306.393	51,84	264.731,07	6.320.154	41,29	4.349.031,25
Aquisição de terceiros	42.900	47,93	34.268,01	281.048	45,38	212.569,36
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	75.000,00
Devolução de venda	1.500	55,20	1.380,00	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	139.815	46,20	107.657,55	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(2.768.719)	47,75	(2.203.227,52)	6.752.339	42,22	4.751.603,36
Custo produtos vendidos	117.100	8,04	15.683,19	7.962.812	38,36	5.091.440,20
C. P.V. não cooperado	42.900	47,93	34.268,01	281.048	45,38	212.569,36
Transf. emitida p/filial	35.480	32,76	19.373,85	1.107.320	78,95	1.457.088,61
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	195.480	21,28	69.325,05	9.351.180	43,38	6.761.098,17
Estoque	(2.964.199)	46,00	(2.272.552,57)			
Informativo das vendas						
Venda	160.000	54,50	145.333,44	8.243.860	40,26	5.531.284,86
Venda de resíduos	-	-	-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	160.000	54,50	145.333,44	8.262.740	40,18	5.532.606,46
Estoque físico	-					
(-) Disponível	2.922.131					
(-) Balança	42.068					
Saldo atual	(2.964.199)					
				Preço ao produtor:		R\$ 46,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade: Laranjeiras		Produto: Soja		31. ago 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.964.199)	46,00	(2.272.552,57)			
Aquisição de cooperados	303.122	43,92	221.898,20	6.623.276	41,41	4.570.929,45
Aquisição de terceiros	-	-	-	281.048	45,38	212.569,36
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	75.000,00
Devolução de venda	-	-	-	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	-	-	-	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(2.661.077)	46,24	(2.050.654,37)	7.055.461	42,29	4.973.501,56
Custo produtos vendidos	-	-	0,00	7.962.812	38,36	5.091.440,20
C. P.V. não cooperado	-	-	-	281.048	45,38	212.569,36
Transf. emitida p/filial	-	-	-	1.107.320	78,95	1.457.088,61
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	-	-	0,00	9.351.180	43,38	6.761.098,17
Estoque	(2.661.077)	46,24	(2.050.654,37)			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	8.243.860	40,26	5.531.284,86
Venda de resíduos	-	-	-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	-	-	-	8.262.740	40,18	5.532.606,46
Estoque físico	-					
(-) Disponível	2.661.077					Preço ao produtor: R\$ 45,00
(-) Balança	-					
Saldo atual	(2.661.077)		-			

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. set 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.661.077)	46,24	(2.050.654,37)			
Aquisição de cooperados	709.122	46,96	554.994,95	7.332.398	41,94	5.125.924,40
Aquisição de terceiros	19.792	48,00	15.833,60	300.840	45,55	228.402,96
Transf. recebida de filial	-		30.703,57	-		105.703,57
Devolução de venda	-		-	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	-		-	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
	-		-	-		-
Total das entradas	(1.932.163)	45,00	(1.449.122,25)	7.784.375	42,97	5.575.033,68
Custo produtos vendidos	(19.792)	48,00	(15.833,60)	7.943.020	38,34	5.075.606,60
C. P.V. não cooperado	19.792	48,00	15.833,60	300.840	45,55	228.402,96
Transf. emitida p/filial	-		-	1.107.320	78,95	1.457.088,61
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
	-		-	-		-
Total das saídas	-		0,00	9.351.180	43,38	6.761.098,17
Estoque	(1.932.163)	45,00	(1.449.122,25)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	8.243.860	40,26	5.531.284,86
Venda de resíduos	-		-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	-		-	8.262.740	40,18	5.532.606,46
Estoque físico	-					
(-) Disponível	1.932.163					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(1.932.163)		-			
					Preço ao produtor	R\$ 45,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. out 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.932.163)	45,00	(1.449.122,25)			
Aquisição de cooperados	855.284	47,00	669.923,02	8.187.682	42,47	5.795.847,42
Aquisição de terceiros	77.798	47,00	60.941,82	378.638	45,85	289.344,78
Transf. recebida de filial	-	-	-	-	-	105.703,57
Devolução de venda	-	-	-	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	-	-	-	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(999.081)	43,14	(718.257,41)	8.717.457	43,40	6.305.898,52
Custo produtos vendidos	(77.798)	- 2,63	3.414,22	7.865.222	38,75	5.079.020,82
C. P.V. não cooperado	77.798	47,00	60.941,82	378.638	45,85	289.344,78
Transf. emitida p/filial	-	-	-	1.107.320	78,95	457.088,61
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	-	-	64.356,04	9.351.180	43,79	6.825.454,21
Estoque	(999.081)	47,00	(782.613,45)			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	8.243.860	40,26	5.531.284,86
Venda de resíduos	-	-	-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	-	-	-	8.262.740	40,18	5.532.606,46
Estoque físico	-					
(-) Disponível	999.081					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(999.081)					
					Preço ao produtor:	R\$ 47,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	30. nov 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(999.081)	47,00	(782.613,45)			
Aquisição de cooperados	211.777	46,71	164.861,30	8.399.459	42,58	5.960.708,72
Aquisição de terceiros	21.228	45,13	15.968,61	399.866	45,81	305.313,39
Transf. recebida de filial	-		29.780,13	-	#DIV/0!	135.483,70
Devolução de venda	-		-	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	-		-	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(766.076)	44,80	(572.003,41)	8.950.462	43,68	6.516.508,56
Custo produtos vendidos	(21.228)	45,13	(15.968,61)	7.843.994	38,73	5.063.052,21
C. P.V. não cooperado	21.228	45,13	15.968,61	399.866	45,81	305.313,39
Transf. emitida p/filial	-		-	1.107.320	78,95	1.457.088,61
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	-		0,00	9.351.180	43,79	6.825.454,21
Estoque	(766.076)	44,80	(572.003,41)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	8.243.860	40,26	5.531.284,86
Venda de resíduos	-		-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	-		-	8.262.740	40,18	5.532.606,46
Estoque físico	-					
(-) Disponível	766.076					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(766.076)		-			
				Preço ao produtor: R\$ 44,80		

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. dez 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(766.076)	44,80	(572.003,41)			
Aquisição de cooperados	29.389	44,80	21.943,79	8.428.848	42,59	5.982.652,51
Aquisição de terceiros	42.000	44,80	31.360,01	441.866	45,72	336.673,40
Transf. recebida de filial	77.720	45,80	59.326,32	77.720	150,39	194.810,02
Devolução de venda	-	-	-	11.322	38,93	7.345,20
Sobra técnica	-	-	-	139.815	46,20	107.657,55
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(616.967)	44,67	(459.373,29)	9.099.571	43,71	6.629.138,68
Custo produtos vendidos	78.000	45,80	59.535,39	7.921.994	38,80	5.122.587,60
C. P.V. não cooperado	42.000	44,80	31.360,01	441.866	45,72	336.673,40
Transf. emitida p/filial	-	-	-	1.107.320	78,95	.457.088,61
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	120.000	45,45	90.895,40	9.471.180	43,82	6.916.349,61
Estoque	(736.967)	44,80	(550.268,69)			
Informativo das vendas						
Venda	120.000	45,80	91.600,08	8.363.860	40,34	5.622.884,94
Venda de resíduos	-	-	-	18.880	4,20	1.321,60
Soma	120.000	45,80	91.600,08	8.382.740	40,26	5.624.206,54
Estoque físico	17.699					
(-) Disponível	754.666					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(736.967)					
					Preço ao produtor:	R\$ 44,80

Fonte: CAP (2008)

ANEXO C– INFORMATIVO DE ESTOQUES DE SOJA 2009

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Soja	31. jan 09		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(736.967)	44,80	(550.268,69)			
Aquisição de cooperados	209.433	47,01	164.105,99	209.433	47,01	164.105,99
Aquisição de terceiros	7.666	47,55	6.075,04	7.666	47,55	6.075,04
Transf. recebida de filial	-		-	-		-
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(519.868)	43,87	(380.087,66)	217.099	47,03	170.181,03
Custo produtos vendidos	(7.666)	47,55	(6.075,04)	(7.666)	47,55	(6.075,04)
C. P.V. não cooperado	7.666	47,55	6.075,04	7.666	47,55	6.075,04
Transf. emitida p/filial	-		-	-		-
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	-		(0,00)	-		(0,00)
Estoque	(519.868)	43,87	(380.087,66)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	-		-
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	-		-	-		-
Estoque físico	17.699					
(-) Disponível	537.567					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(519.868)		-			
				Preço ao produtor:		R\$ 50,00

Fonte: CAP (2009)

ANEXO D – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2007

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. jan 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(668.953)	21,30	(237.478,32)			
Aquisição de cooperados	642.398	21,66	231.942,08	642.398	21,66	231.942,08
Aquisição de terceiros	1.800	21,30	639,00	1.800	21,30	639,00
Transf. recebida de filial	130	21,63	46,87	130	21,63	46,87
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(24.625)	11,82	(4.850,37)	644.328	21,66	232.627,95
Custo produtos vendidos	38.060	27,13	17.209,75	38.060	27,13	17.209,75
C. P.V. não cooperado	1.800	21,30	639,00	1.800	21,30	639,00
Transf. emitida p/filial	1.960	17,04	556,64	1.960	17,04	556,64
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	41.820	26,41	18.405,39	41.820	26,41	18.405,39
Estoque	(66.445)	21,00	(23.255,75)			
Informativo das vendas						
Venda	39.860	24,99	16.601,90	39.860	24,99	16.601,90
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	39.860	24,99	16.601,90	39.860	24,99	16.601,90
Estoque físico	14.955					
(-) Disponível	81.400					
(-) Balança	-					
Saldo atual	(66.445)		-			
				Preço ao produtor:		R\$ 21,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	28. fev 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(66.445)	21,00	(23.255,75)			
Aquisição de cooperados	439.071	18,04	131.993,91	1.081.469	20,19	63.935,99
Aquisição de terceiros	3.600	18,00	1.080,00	5.400	19,10	1.719,00
Transf. recebida de filial	360	17,20	103,17	490	18,37	150,04
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	1.622	18,00	486,60	1.622	8,00	486,60
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	378.208	17,52	110.407,93	1.088.981	20,18	366.291,63
Custo produtos vendidos	493.427	17,54	144.250,27	531.487	18,23	161.460,02
C. P.V. não cooperado	3.600	18,00	1.080,00	5.400	19,10	1.719,00
Transf. emitida p/filial	24.380	13,91	5.650,71	26.340	14,14	6.207,35
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	521.407	17,37	150.980,98	563.227	18,04	169.386,37
Estoque	(143.199)	17,00	(40.573,05)			
Informativo das vendas						
Venda	497.027	21,06	174.416,35	536.887	21,35	191.018,25
Venda de resíduos	4.480	3,40	253,97	4.480	3,40	253,97
Soma	501.507	20,90	174.670,32	541.367	21,20	191.272,22
Estoque físico	1.225.871					
(-) Disponível	1.198.217					
(-) Balança	170.853					
Saldo atual	(143.199)					
					Preço ao produtor:	17,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. mar 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(143.199)	17,00	(40.573,05)			
Aquisição de cooperados	312.687	17,10	89.113,67	1.394.156	19,50	453.049,66
Aquisição de terceiros	45.335	17,50	13.220,92	50.735	17,67	14.939,92
Transf. recebida de filial	75	17,00	21,25	565	18,19	171,29
Devolução de venda	76.700	18,50	23.649,14	76.700	18,50	23.649,14
Sobra técnica	-	-	-	1.622	18,00	486,60
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	291.598	17,58	85.431,93	1.523.778	19,38	492.296,61
Custo produtos vendidos	140.765	18,41	43.190,39	672.252	18,27	204.650,41
C. P.V. não cooperado	45.335	17,50	13.220,92	50.735	17,67	4.939,92
Transf. emitida p/filial	116.190	16,50	31.960,92	142.530	16,07	38.168,27
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	302.290	17,54	88.372,23	865.517	17,87	257.758,60
Estoque	(10.692)	16,50	(2.940,30)			
Informativo das vendas						
Venda	186.100	18,50	57.380,77	722.987	20,61	248.399,02
Venda de resíduos	3.160	3,00	158,00	7.640	3,24	411,97
Soma	189.260	18,24	57.538,77	730.627	20,43	248.810,99
Estoque físico	1.639.009					
(-) Disponível	1.500.635					
(-) Balança	149.066					
Saldo atual	(10.692)					
				Preço ao produtor:	R\$	16,50

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. abr 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(10.692)	16,50	(2.940,30)			
Aquisição de cooperados	546.091	16,50	150.162,01	1.940.247	18,65	603.211,67
Aquisição de terceiros	5.134	15,83	1.354,87	55.869	17,50	16.294,79
Transf. recebida de filial	1.570	16,23	424,75	2.135	16,75	596,04
Devolução de venda	-	-	-	76.700	18,50	23.649,14
Sobra técnica	-	-	-	1.622	18,00	486,60
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	542.103	16,49	149.001,33	2.076.573	18,61	644.238,24
Custo produtos vendidos	(5.134)	15,83	(1.354,87)	667.118	18,28	203.295,54
C. P.V. não cooperado	5.134	15,83	1.354,87	55.869	17,50	16.294,79
Transf. emitida p/filial	-	-	-	142.530	16,07	38.168,27
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	-	-	0,00	865.517	17,87	257.758,60
Estoque	542.103	16,49	149.001,33			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	722.987	20,61	248.399,02
Venda de resíduos	-	-	-	7.640	3,24	411,97
Soma	-	-	-	730.627	20,43	248.810,99
Estoque físico	1.638.729					
(-) Disponível	1.096.626					
(-) Balança	-					
Saldo atual	542.103					
					Preço ao produtor:	R\$ 16,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. mai 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	542.103	16,49	149.001,33			
Aquisição de cooperados	38.194	16,00	10.185,04	1.978.441	18,60	613.396,71
Aquisição de terceiros	-	-	-	55.869	17,50	16.294,79
Transf. recebida de filial	1.760	17,00	498,61	3.895	16,86	1.094,65
Devolução de venda	-	-	-	76.700	18,50	23.649,14
Sobra técnica	-	-	-	1.622	18,00	486,60
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	582.057	16,46	159.684,98	2.116.527	18,57	654.921,89
Custo produtos vendidos	-	-	-	667.118	18,28	203.295,54
C. P.V. não cooperado	-	-	-	55.869	17,50	16.294,79
Transf. emitida p/filial	16.780	16,00	4.474,66	159.310	16,06	42.642,93
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	16.780	16,00	4.474,66	882.297	17,83	262.233,26
Estoque	565.277	16,47	155.210,32			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	722.987	20,61	248.399,02
Venda de resíduos	-	-	-	7.640	3,24	411,97
Soma	-	-	-	730.627	20,43	248.810,99
Estoque físico	1.621.569					
(-) Disponível	1.056.292					
(-) Balança	-					
Saldo atual	565.277					
				Preço ao produtor:	R\$	17,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. jun 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	565.277	16,47	155.210,32			
Aquisição de cooperados	711.509	16,82	199.453,92	2.689.950	18,13	812.850,63
Aquisição de terceiros	-	-	-	55.869	17,50	16.294,79
Transf. recebida de filial	-	-	-	3.895	17	1.094,65
Devolução de venda	113.000	17,26	32.514,44	189.700	17,76	56.163,58
Sobra técnica	980	16,20	264,65	2.602	17,32	751,25
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	1.390.766	16,71	387.443,33	2.942.016	18,09	887.154,90
Custo produtos vendidos	1.706.780	16,59	471.865,24	2.373.898	17,06	675.160,78
C. P.V. não cooperado	-	-	-	55.869	17,50	16.294,79
Transf. emitida p/filial	31.720	13,52	7.148,04	191.030	15,64	49.790,97
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	1.738.500	16,53	479.013,28	2.620.797	16,97	741.246,54
Estoque	(347.734)	15,80	(91.569,95)			
Informativo das vendas						
Venda	1.706.780	17,81	506.703,76	2.429.767	18,65	755.102,78
Venda de resíduos	-	-	-	7.640	3,24	411,97
Soma	1.706.780	17,81	506.703,76	2.437.407	18,60	755.514,75
Estoque físico	254.672					
(-) Disponível	588.201					
(-) Balança	14.205					
Saldo atual	(347.734)					
					Preço ao produtor:	R\$ 15,80

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. jul 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(347.734)	15,80	(91.569,95)			
Aquisição de cooperados	324.305	15,84	85.640,45	3.014.255	17,88	898.491,08
Aquisição de terceiros	3.950	16,00	1.053,33	59.819	17,40	17.348,12
Transf. recebida de filial	-		-	3.895	16,86	1.094,65
Devolução de venda	41.780	18,80	13.091,05	231.480	17,95	69.254,63
Sobra técnica	62.551	12,78	13.323,36	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
				-		-
Total das entradas	84.852	15,23	21.538,24	3.374.602	17,78	1.000.263,09
Custo produtos vendidos	37.830	14,59	9.196,20	2.411.728	17,03	684.356,98
C. P.V. não cooperado	3.950	16,00	1.053,33	59.819	17,40	17.348,12
Transf. emitida p/filial	59.140	15,80	15.573,51	250.170	15,68	65.364,48
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
				-		-
Total das saídas	100.920	15,35	25.823,04	2.721.717	16,91	767.069,58
Estoque	(16.068)	16,00	(4.284,80)			
Informativo das vendas						
Venda	41.780	18,80	13.091,05	2.471.547	18,65	768.193,83
Venda de resíduos	-		-	7.640	3,24	411,97
Soma	41.780	18,80	13.091,05	2.479.187	18,60	768.605,80
Estoque físico	1.292.073					
(-) Disponível	1.087.120					
(-) Balança	221.021					
Saldo atual	(16.068)		-			
				Preço ao produtor:	R\$	16,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. ago 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(16.068)	16,00	(4.284,80)			
Aquisição de cooperados	2.067.979	18,32	631.573,44	5.082.234	18,06	1.530.064,52
Aquisição de terceiros	14.585	20,00	4.861,67	74.404	17,91	22.209,79
Transf. recebida de filial	14.175	20,29	4.793,50	18.070	19,55	5.888,15
Devolução de venda	-	-	-	231.480	17,95	69.254,63
Sobra técnica	-	-	-	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	2.080.671	18,37	636.943,81	5.471.341	18,00	1.641.491,70
Custo produtos vendidos	2.395.415	19,95	796.645,78	4.807.143	18,49	1.481.002,76
C. P.V. não cooperado	14.585	20,00	4.861,67	74.404	17,91	22.209,79
Transf. emitida p/filial	2.199.639	18,51	678.425,69	2.449.809	18,22	743.790,17
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Perda Técnica	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	4.609.639	19,26	1.479.933,14	7.331.356	18,39	2.247.002,72
Estoque	(2.528.968)	20,00	(842.989,33)			
Informativo das vendas						
Venda	2.410.000	21,33	856.577,99	4.881.547	19,97	1.624.771,82
Venda de resíduos	-	-	-	7.640	3,24	411,97
Soma	2.410.000	21,33	856.577,99	4.889.187	19,94	1.625.183,79
Estoque físico	1.631.876					
(-) Disponível	2.959.194					
(-) Balança	1.201.650					
Saldo atual	(2.528.968)					
				Preço ao produtor:	R\$	20,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. set 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.528.968)	20,00	(842.989,33)			
Aquisição de cooperados	2.044.583	22,95	782.130,30	7.126.817	19,47	2.312.194,82
Aquisição de terceiros	66.374	22,62	25.025,00	140.778	20,13	47.234,79
Transf. recebida de filial	420	24,00	168,00	18.490	19,65	6.056,15
Devolução de venda	-	-	-	231.480	17,95	69.254,63
Sobra técnica	-	-	-	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(417.591)	5,12	(35.666,03)	7.582.718	19,38	2.448.815,00
Custo produtos vendidos	432.806	23,03	166.107,98	5.239.949	18,86	1.647.110,74
C. P.V. não cooperado	66.374	22,62	25.025,00	140.778	20,13	47.234,79
Transf. emitida p/filial	85.120	110,85	157.259,20	2.534.929	21,33	901.049,37
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	584.300	35,78	348.392,18	7.915.656	19,67	2.595.394,90
Estoque	(1.001.891)	23,00	(384.058,22)			
Informativo das vendas						
Venda	499.180	23,59	196.222,21	5.380.727	20,31	1.820.994,03
Venda de resíduos	5.100	3,00	255,00	12.740	3,14	666,97
Soma	504.280	23,38	196.477,21	5.393.467	20,27	1.821.661,00
Estoque físico	4.124.225					
(-) Disponível	3.468.170					
(-) Balança	1.657.946					
Saldo atual	1.001.891)		-			
				Preço ao produtor	R\$	23,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. out 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.001.891)	23,00	(384.058,22)			
Aquisição de cooperados	1.515.624	23,61	596.400,94	8.642.441	20,19	2.908.595,76
Aquisição de terceiros	37.816	24,93	15.710,64	178.594	21,15	62.945,43
Transf. recebida de filial	-	-	-	18.490	19,65	6.056,15
Devolução de venda	-	-	-	231.480	17,95	69.254,63
Sobra técnica	-	-	-	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	551.549	24,81	228.053,36	9.136.158	20,10	3.060.926,58
Custo produtos vendidos	458.744	24,80	189.605,98	5.698.693	19,34	1.836.716,72
C. P.V. não cooperado	37.816	24,93	15.710,64	178.594	21,15	62.945,43
Transf. emitida p/filial	-	-	-	2.534.929	21,33	901.049,37
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	496.560	24,81	205.316,62	8.412.216	19,98	2.800.711,52
Estoque	54.989	24,81	22.736,74			
Informativo das vendas						
Venda	496.560	28,18	233.233,62	5.877.287	20,97	2.054.227,65
Venda de resíduos	1.060	3,00	53,00	13.800	3,13	719,97
Soma	497.620	28,13	233.286,62	5.891.087	20,93	2.054.947,62
Estoque físico	4.001.846					
(-) Disponível	2.759.859					
(-) Balança	1.186.998					
Saldo atual	54.989		-			
				Preço ao produtor:	R\$	26,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. nov 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	54.989	24,81	22.736,74			
Aquisição de cooperados	1.983.162	26,77	884.823,08	10.625.603	21,42	3.793.418,84
Aquisição de terceiros	23.931	28,44	11.342,23	202.525	22,01	74.287,66
Transf. recebida de filial	710	4.675	55.319,50	19.200	191,80	61.375,65
Devolução de venda	-	-	-	231.480	-	69.254,63
Sobra técnica	-	-	-	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	2.062.792	28,34	974.221,55	11.143.961	21,60	4.012.411,39
Custo produtos vendidos	2.771.949	28,84	1.332.575,32	8.470.642	22,45	3.169.292,05
C. P.V. não cooperado	23.931	28,44	11.342,23	202.525	22,01	74.287,66
Transf. emitida p/filial	31.520	24,00	12.608,00	2.566.449	21,36	913.657,37
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	2.827.400	28,79	1.356.525,55	11.239.616	22,19	4.157.237,08
Estoque	(764.608)	30,00	(382.304,00)			
Informativo das vendas						
Venda	2.795.880	30,41	1.416.988,00	8.673.167	24,01	3.471.215,65
Venda de resíduos	620	3,00	31,00	14.420	3,12	750,97
Soma	2.796.500	30,40	1.417.019,00	8.687.587	23,98	3.471.966,62
Estoque físico	1.492.846					
(-) Disponível	1.687.410					
(-) Balança	570.044					
Saldo atual	(764.608)					
				Preço ao produtor:	R\$	30,00

Fonte: CAP (2007)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. dez 07		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(764.608)	30,00	(382.304,00)			
Aquisição de cooperados	930.495	28,65	444.262,65	11.556.098	22,00	4.237.681,49
Aquisição de terceiros	1.506	30,00	753,00	204.031	22,07	75.040,66
Transf. recebida de filial	270	30,00	135,00	19.470	189,6	61.510,65
Devolução de venda	-	-	-	231.480	17,95	69.254,63
Sobra técnica	-	-	-	65.153	12,96	14.074,61
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	167.663	22,49	62.846,65	12.076.232	22,15	4.457.562,04
Custo produtos vendidos	235.614	24,36	95.664,53	8.706.256	22,50	3.264.956,58
C. P.V. não cooperado	1.506	30,00	753,00	204.031	22,07	75.040,66
Transf. emitida p/filial	-	-	-	2.566.449	21,36	913.657,37
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	237.120	24,40	96.417,53	11.476.736	22,24	4.253.654,61
Estoque	(69.457)	29,00	(33.570,88)			
Informativo das vendas						
Venda	237.120	33,78	133.481,99	8.910.287	24,27	3.604.697,64
Venda de resíduos	1.020	3,00	51,00	15.440	3,12	801,97
Soma	238.140	33,64	133.532,99	8.925.727	24,24	3.605.499,61
Estoque físico	1.492.546					
(-) Disponível	1.306.342					
(-) Balança	255.661					
Saldo atual	(69.457)					
				Preço ao produtor:	R\$	29,00

Fonte: CAP (2007)

ANEXO E – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2008

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. jan 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(69.457)	29,00	(33.570,88)			
Aquisição de cooperados	598.350	27,05	269.712,55	598.350	27,05	269.712,55
Aquisição de terceiros	33.365	26,54	14.760,24	33.365	26,54	14.760,24
Transf. recebida de filial	3.760	25,06	1.570,68	3.760	25,06	1.570,68
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	-	-	-
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	566.018	26,76	252.472,59	635.475	27,01	286.043,47
Custo produtos vendidos	1.643.435	24,49	670.917,33	1.643.435	24,49	670.917,33
C. P.V. não cooperado	33.365	26,54	14.760,24	33.365	26,54	14.760,24
Transf. emitida p/filial	-	-	-	-	-	-
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	1.676.800	24,54	685.677,57	1.676.800	24,54	685.677,57
Estoque	(1.110.782)	23,40	(433.204,98)			
Informativo das vendas						
Venda	1.676.800	29,46	823.270,49	1.676.800	29,46	23.270,49
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	1.676.800	29,46	823.270,49	1.676.800	29,46	823.270,49
Estoque físico	(61.414)					
(-) Disponível	819.729					
(-) Balança	229.639					
Saldo atual	(1.110.782)					
				Preço ao produtor:	R\$	23,40

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	28. fev 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.110.782)	23,40	(433.204,98)			
Aquisição de cooperados	248.796	23,30	96.633,95	847.146	25,95	366.346,50
Aquisição de terceiros	1.500	24,30	607,50	34.865	26,45	15.367,74
Transf. recebida de filial	15.255	25,00	6.356,25	19.015	25,01	7.926,93
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	-	-	-
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(845.231)	23,40	(329.607,28)	901.026	25,95	389.641,17
Custo produtos vendidos	37.660	26,42	16.585,86	1.681.095	24,54	687.503,19
C. P.V. não cooperado	1.500	24,30	607,50	34.865	26,45	15.367,74
Transf. emitida p/filial	13.740		12.451,76	13.740		12.451,76
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	52.900	33,62	29.645,12	1.729.700	24,81	715.322,69
Estoque	(898.131)	24,00	(359.252,40)			
Informativo das vendas						
Venda	39.160	25,50	16.643,00	1.715.960	29,37	839.913,49
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	39.160	25,50	16.643,00	1.715.960	29,37	839.913,49
Estoque físico	(76.534)					
(-) Disponível	771.223					
(-) Balança	50.374					
Saldo atual	(898.131)					
				Preço ao produtor:	R\$ 24,00	

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. mar 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(898.131)	24,00	(359.252,40)			
Aquisição de cooperados	83.497	22,73	31.629,04	930.643	25,66	397.975,54
Aquisição de terceiros	1.500	23,50	587,50	36.365	26,33	15.955,24
Transf. recebida de filial	7.150	399,07	47.556,37	26.165	127,23	55.483,30
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	77.114	21,00	26.989,90	77.114	21,00	26.989,90
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(728.870)	20,78	(252.489,59)	1.070.287	27,83	496.403,98
Custo produtos vendidos	(1.500)	23,50	(587,50)	1.679.595	24,54	686.915,69
C. P.V. não cooperado	1.500	23,50	587,50	36.365	26,33	15.955,24
Transf. emitida p/filial	74.194	23,11	28.582,81	87.934	28,00	41.034,57
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Falta de estoque	-		-	-		-
Total das saídas	74.194	23,11	28.582,81	1.803.894	24,74	743.905,50
Estoque	(803.064)	21,00	(281.072,40)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	1.715.960	29,37	839.913,49
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	-		-	1.715.960	29,37	839.913,49
Estoque físico	186.679					
(-) Disponível	880.116					
(-) Balança	109.627					
Saldo atual	(803.064)		-			
				Preço ao produtor:	R\$	21,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. abr 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(803.064)	21,00	(281.072,40)			
Aquisição de cooperados	268.429	21,73	97.224,35	1.199.072	24,78	495.199,89
Aquisição de terceiros	10.680	22,78	4.054,01	47.045	25,52	20.009,25
Transf. recebida de filial	-	-	-	26.165	127,23	55.483,30
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	77.114	21,00	26.989,90
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
				-	-	-
Total das entradas	(523.955)	20,59	(179.794,04)	1.349.396	26,58	597.682,34
Custo produtos vendidos	3.400	13,83	783,79	1.682.995	24,52	687.699,48
C. P.V. não cooperado	10.680	22,78	4.054,01	47.045	25,52	20.009,25
Transf. emitida p/filial	44.870	24,36	18.219,10	132.804	26,77	59.253,67
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
				-	-	-
Total das saídas	58.950	23,47	23.056,90	1.862.844	24,70	766.962,40
Estoque	(582.905)	20,88	(202.850,94)			
Informativo das vendas						
Venda	14.080	21,00	4.927,73	1.730.040	29,30	844.841,22
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	14.080	21,00	4.927,73	1.730.040	29,30	844.841,22
Estoque físico	2.366.000					
(-) Disponível	2.382.435					
(-) Balança	566.470					
Saldo atual	(582.905)					
					Preço ao produtor:	R\$ 23,70

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. mai 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(582.905)	20,88	(202.850,94)			
Aquisição de cooperados	247.982	23,76	98.210,33	1.447.054	24,60	593.410,22
Aquisição de terceiros	49.917	23,70	19.717,23	96.962	24,58	39.726,48
Transf. recebida de filial	340	25,00	141,67	26.505	125,92	55.624,97
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	77.114	21,00	26.989,90
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(284.666)	17,87	(84.781,71)	1.647.635	26,06	715.751,57
Custo produtos vendidos	956.823	23,14	369.016,59	2.639.818	24,02	1.056.716,07
C. P.V. não cooperado	49.917	23,70	19.717,23	96.962	24,58	39.726,48
Transf. emitida p/filial	-	-	-	132.804	26,77	59.253,67
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	1.006.740	23,17	388.733,82	2.869.584	24,16	1.155.696,22
Estoque	(1.291.406)	22,00	(473.515,53)			
Informativo das vendas						
Venda	1.006.740	24,50	411.041,14	2.736.780	27,53	1.255.882,36
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	1.006.740	24,50	411.041,14	2.736.780	27,53	1.255.882,36
Estoque físico	1.394.975					
(-) Disponível	2.237.494					
(-) Balança	448.887					
Saldo atual	(1.291.406)					
				Preço ao produtor:	R\$	22,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. jun 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(1.291.406)	22,00	(473.515,53)			
Aquisição de cooperados	471.040	23,15	181.770,86	1.918.094	24,25	775.181,08
Aquisição de terceiros	18.000	21,70	6.510,01	114.962	24,13	46.236,49
Transf. recebida de filial	5.860	21,70	2.119,36	32.365	107,05	57.744,33
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	77.114	21,00	26.989,90
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(796.506)	21,33	(283.115,30)	2.142.535	25,38	906.151,80
Custo produtos vendidos	1.429.860	22,80	543.411,34	4.069.678	23,59	1.600.127,41
C. P.V. não cooperado	18.000	21,70	6.510,01	114.962	24,13	46.236,49
Transf. emitida p/filial	24.813	108,23	44.757,42	157.617	39,59	104.011,09
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	1.472.673	24,23	594.678,77	4.342.257	24,19	1.750.374,99
Estoque	(2.269.179)	23,21	(877.794,08)			
Informativo das vendas						
Venda	1.447.860	23,71	572.036,29	4.184.640	26,21	1.827.918,65
Venda de resíduos	-	-	-	-	-	-
Soma	1.447.860	23,71	572.036,29	4.184.640	26,21	1.827.918,65
Estoque físico	(67.866)					
(-) Disponível	2.107.144					
(-) Balança	94.169					
Saldo atual	(2.269.179)					
				Preço ao produtor:	R\$	26,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. jul 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.269.179)	23,21	(877.794,08)			
Aquisição de cooperados	178.902	23,38	69.720,56	2.096.996	24,17	844.901,64
Aquisição de terceiros	21.964	25,31	9.265,95	136.926	24,32	55.502,44
Transf. recebida de filial	180	7.618	22.854,34	32.545	148,59	80.598,67
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	72.505	22,80	27.551,90	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(1.995.628)	22,50	(748.401,33)	2.416.086	25,72	1.035.544,55
Custo produtos vendidos	(21.964)	25,31	(9.265,95)	4.047.714	23,58	1.590.861,47
C. P.V. não cooperado	21.964	25,31	9.265,95	136.926	24,32	55.502,44
Transf. emitida p/filial	5.060	22,02	1.856,67	162.677	39,05	105.867,76
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	5.060	22,02	1.856,67	4.347.317	24,18	1.752.231,67
Estoque	(2.000.688)	22,50	(750.258,00)			
Informativo das vendas						
Venda	-		-	4.184.640	26,21	1.827.918,65
Venda de resíduos	-		-	-		-
Soma	-		-	4.184.640	26,21	1.827.918,65
Estoque físico	123.526					
(-) Disponível	2.023.864					
(-) Balança	100.350					
Saldo atual	(2.000.688)					
				Preço ao produtor:	R\$	22,50

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. ago 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.000.688)	22,50	(750.258,00)			
Aquisição de cooperados	1.426.076	21,75	516.938,45	3.523.072	23,19	1.361.840,09
Aquisição de terceiros	51.883	21,00	18.160,55	188.809	23,41	73.662,99
Transf. recebida de filial	1.272	24,50	519,40	33.817	143,92	81.118,07
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(521.457)	24,70	(214.639,60)	3.895.317	24,20	1.571.162,95
Custo produtos vendidos	1.620.397	19,87	536.741,00	5.668.111	22,52	2.127.602,47
C. P.V. não cooperado	51.883	21,00	18.160,55	188.809	23,41	73.662,99
Transf. emitida p/filial	462.120	20,77	160.008,80	624.797	25,53	265.876,56
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	2.134.400	20,10	714.910,35	6.481.717	22,84	2.467.142,02
Estoque	(2.655.857)	21,00	(929.549,95)			
Informativo das vendas						
Venda	1.672.280	23,89	665.891,19	5.856.920	25,55	2.493.809,84
Venda de resíduos	14.060	2,51	587,60	14.060	2,51	587,60
Soma	1.686.340	23,71	666.478,79	5.870.980	25,49	2.494.397,44
Estoque físico	2.400.960					
(-) Disponível	4.333.523					
(-) Balança	723.294					
Saldo atual	(2.655.857)					
				Preço ao produtor:	R\$	21,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. set 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.655.857)	21,00	(929.549,95)			
Aquisição de cooperados	1.763.545	20,07	589.954,42	5.286.617	22,15	1.951.794,51
Aquisição de terceiros	156.019	20,22	52.584,26	344.828	21,97	126.247,25
Transf. recebida de filial	-		48.300,00	33.817	229,62	129.418,07
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(736.293)	19,45	(238.711,27)	5.814.881	23,34	2.262.001,63
Custo produtos vendidos	6.059.921	19,45	1.964.116,18	11.728.032	20,93	4.091.718,65
C. P.V. não cooperado	156.019	20,22	52.584,26	344.828	21,97	126.247,25
Transf. emitida p/filial	767.120	20,82	266.243,60	1.391.917	22,94	532.120,16
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Falta de estoque	-		-	-		-
Total das saídas	6.983.060	19,62	2.282.944,04	13.464.777	21,17	4.750.086,06
Estoque	(7.719.353)	19,60	(2.521.655,31)			
Informativo das vendas						
Venda	6.215.940	21,91	2.269.719,83	12.072.860	23,67	4.763.529,67
Venda de resíduos	39.660	2,24	1.479,20	53.720	2,31	2.066,80
Soma	6.255.600	21,78	2.271.199,03	12.126.580	23,58	4.765.596,47
Estoque físico	5.073.875					
(-) Disponível	11.041.573					
(-) Balança	1.751.655					
Saldo atual	(7.719.353)					
				Preço ao produtor	R\$	19,60

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. out 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(7.719.353)	19,60	(2.521.655,31)			
Aquisição de cooperados	2.821.932	18,33	862.099,94	8.108.549	20,82	2.813.894,45
Aquisição de terceiros	151.494	18,93	47.798,80	496.322	21,04	174.046,05
Transf. recebida de filial	280	34.736	162.100,33	34.097	512,98	291.518,40
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(4.745.647)	18,33	(1.449.656,24)	8.788.587	22,76	3.334.000,70
Custo produtos vendidos	1.886.946	18,18	571.691,49	13.614.978	20,55	4.663.410,14
C. P.V. não cooperado	151.494	18,93	47.798,80	496.322	21,04	174.046,05
Transf. emitida p/ filial	-	-	-	1.391.917	22,94	532.120,16
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	2.038.440	18,23	619.490,29	15.503.217	20,78	5.369.576,35
Estoque	(6.784.087)	18,30	(2.069.146,54)			
Informativo das vendas						
Venda	2.038.440	21,20	720.308,24	14.111.300	23,32	5.483.837,91
Venda de resíduos	4.980	1,87	155,60	58.700	2,27	2.222,40
Soma	2.043.420	21,15	720.463,84	14.170.000	23,23	5.486.060,31
Estoque físico	3.189.874					
(-) Disponível	8.784.860					
(-) Balança	1.189.101					
Saldo atual	(6.784.087)					
				Preço ao produtor:	R\$	17,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	30. nov 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(6.784.087)	18,30	(2.069.146,54)			
Aquisição de cooperados	2.058.516	17,00	583.246,76	10.167.065	20,05	3.397.141,21
Aquisição de terceiros	136.624	17,00	38.710,22	632.946	20,17	212.756,27
Transf. recebida de filial	11.570	649,67	125.278,17	45.667	547,61	416.796,57
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(4.577.377)	17,33	(1.321.911,39)	10.995.297	22,27	4.081.235,85
Custo produtos vendidos	(136.624)	17,00	(38.710,22)	13.478.354	20,59	4.624.699,93
C. P.V. não cooperado	136.624	17,00	38.710,22	632.946	20,17	212.756,27
Transf. emitida p/ filial	180.500	13,60	40.913,23	1.572.417	21,87	573.033,39
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	180.500	13,60	40.913,23	15.683.717	20,70	5.410.489,59
Estoque	(4.757.877)	17,19	(1.362.824,62)			
Informativo das vendas						
Venda	-	-	-	14.111.300	23,32	5.483.837,91
Venda de resíduos	-	-	-	58.700	2,27	2.222,40
Soma	-	-	-	14.170.000	23,23	5.486.060,31
Estoque físico	3.009.254					
(-) Disponível	6.891.025					
(-) Balança	876.106					
Saldo atual	(4.757.877)					
				Preço ao produtor:	R\$	17,00

Fonte: CAP (2008)

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA						
CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. dez 08		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(4.757.877)	17,19	(1.362.824,62)			
Aquisição de cooperados	2.503.720	17,23	719.029,63	12.670.785	19,49	4.116.170,84
Aquisição de terceiros	33.246	17,27	9.569,72	666.192	20,02	222.325,99
Transf. recebida de filial	200	19,50	65,00	45.867	545,31	416.861,57
Devolução de venda	-	-	-	-	-	-
Sobra técnica	-	-	-	149.619	21,87	54.541,80
Produção própria	-	-	-	-	-	-
Transf. sobra semente	-	-	-	-	-	-
Total das entradas	(2.220.711)	17,13	(634.160,27)	13.532.463	21,33	4.809.900,20
Custo produtos vendidos	185.454	20,51	63.407,01	13.663.808	20,59	4.688.106,94
C. P.V. não cooperado	33.246	17,27	9.569,72	666.192	20,02	222.325,99
Transf. emitida p/filial	-	-	106.000,00	1.572.417	25,91	679.033,39
Devolução de compra	-	-	-	-	-	-
Transf. fábrica ração	-	-	-	-	-	-
Falta de estoque	-	-	-	-	-	-
Total das saídas	218.700	49,10	178.976,73	15.902.417	21,09	5.589.466,32
Estoque	(2.439.411)	20,00	(813.137,00)			
Informativo das vendas						
	-					
Venda	218.700	20,18	73.538,57	14.330.000	23,27	5.557.376,48
Venda de resíduos	-	-	-	58.700	2,27	2.222,40
Soma	218.700	20,18	73.538,57	14.388.700	23,18	5.559.598,88
Estoque físico	2.780.814					
(-) Disponível	5.107.139					
(-) Balança	113.086					
Saldo atual	(2.439.411)					
				Preço ao produtor:	R\$	20,00

Fonte: CAP (2008)

ANEXO F – INFORMATIVO DE ESTOQUES DE MILHO 2009

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA CNPJ n.º 52.008.315/0001-89						
INFORMATIVO DE ESTOQUES						
Unidade:	Laranjeiras	Produto:	Milho	31. jan 09		
Descrição	Movimento do mês			Movimento acumulado do ano		
	Kg	\$ Saca	Valor	kg	\$ Saca	Valor
Estoque inicial	(2.439.411)	20,00	(813.137,00)			
Aquisição de cooperados	592.685	20,86	206.087,45	592.685	20,86	206.087,45
Aquisição de terceiros	89.052	21,64	32.117,28	89.052	21,64	32.117,28
Transf. recebida de filial	-		-	-		-
Devolução de venda	-		-	-		-
Sobra técnica	-		-	-		-
Produção própria	-		-	-		-
Transf. sobra semente	-		-	-		-
Total das entradas	(1.757.674)	19,63	(574.932,27)	681.737	20,96	238.204,73
Custo produtos vendidos	2.956.448	20,99	1.034.034,90	2.956.448	20,99	1.034.034,90
C. P.V. não cooperado	89.052	21,64	32.117,28	89.052	21,64	32.117,28
Transf. emitida p/ filial	-		-	-		-
Devolução de compra	-		-	-		-
Transf. fábrica ração	-		-	-		-
Total das saídas	3.045.500	21,00	1.066.152,18	3.045.500	21,00	1.066.152,18
Estoque	(4.803.174)	20,50	(1.641.084,45)			
Informativo das vendas						
Venda	3.045.500	22,93	1.164.056,35	3.045.500	22,93	1.164.056,35
Venda de resíduos	460	11,38	87,22	460	11,38	87,22
Soma	3.045.960	22,93	1.164.143,57	3.045.960	22,93	1.164.143,57
Estoque físico	(122.928)					
(-) Disponível	4.567.160					
(-) Balança	113.086					
Saldo atual	(4.803.174)		-			

Preço ao produtor: R\$ 20,50

Fonte: CAP (2009)